

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2007

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Julho de 2007

Índice

Médicos do MST formados em Cuba não conseguem trabalhar no Brasil - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 01/07/2007	6
Justiça freia investida do Incra na área ambiental – Estado de São Paulo – Nacional – 01/02/2007	8
Na Amazônia, sai a floresta, entra a soja - Fellipe Awii – O Globo – O País - 01/07/2007	9
'Não saio daqui. Quem saiu está pobre de novo' – Felipe Awii – O Globo – O País – 01/07/2007	10
Invasão contra obra de transposição tem gerência de "empresa" – Fábio Guibu - Folha de São Paulo – Brasil – 01/07/2007	11
Grupo do MST invade prédio do INSS na Lapa – O Globo – Rio – 02/07/2007	12
Mitos sobre a Reforma Agrária Brasileira - Sérgio Pereira Leite – Carta Maior – 03/07/2007	12
Grupos protestam em duas cidades do PR – Estado de São Paulo – Nacional – 03/07/2007	16
Fazenda de cana tinha 1.108 como escravos - Luiza Damé – O Globo – O País – 03/07/2007	17
Cabrobó: PF negocia fim do protesto - Letícia Lins e Adilson Fonseca – O Globo – O País – 03/06/2007	18
Manifestantes decidem manter ocupação em Cabrobó – Valor Econômico – Brasil - 03/07/2007	19
Sob forte aparato policial, movimentos deixam área em Cabrobó - Antonio Biondi – Carta Maior – 04/07/2007	19
Sob forte aparato policial, movimentos deixam área em Cabrobó - Antonio Biondi – Carta Maior – 04/07/2007	21
Polícia deve retirar hoje grupo que tenta impedir obra no S. Francisco – Folha de São Paulo – Brasil – 04/07/2007	22
Cortador de cana do PA deve receber hoje – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 04/07/2007	23
Movimentos são decisivos para impedir barragem de Tijuco Alto - Natália Suzuki - Carta Maior – 05/07/2007	24
Invasores desocupam obra no São Francisco - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2007	26
Sem resistência, invasores desocupam canteiro de obras do rio São Francisco – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 05/07/2007	28
Invasores saem de canteiro de obra em Cabrobó – O Globo – O País – 05/07/2007	28
Sem-terra fazem 19ª invasão em duas semanas no Pontal – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 06/07/2007	29
Incra quer terras de Beira-Mar para assentar – Folha de São Paulo – Brasil – 06/07/2007	30
Grupo de Rainha faz 19ª invasão em 15 dias – Estado de São Paulo – Nacional – 07/07/2007	30
QUESTÃO AGRÁRIA SEM-TERRA FAZEM MAIS DUAS INVASÕES EM SP – Folha de São Paulo – Brasil- 08/07/2007	30
Desempregados rurais saqueiam caminhões em AL – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – 08/07/2007	30

Sem trabalho durante a entressafra da cana, famílias não têm o que comer – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/07/2007	32
Governo dá R\$ 5,8 mi a ONGs do MST - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 09/07/2007	33
Instituto não vê problema em ligação com o movimento – Estado de São Paulo – Nacional – 09/07/2007	35
Agronegócio é foco de tensão da reforma agrária na AL - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 09/07/2007	36
MST cobra cestas básicas e fecha 4 rodovias no Sul - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/07/2007	37
Acampamento é alvo de atiradores no interior de SP - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 10/07/2007	38
No MS, 20 índios foram mortos apenas este ano – O Globo – O País – 10/07/2007	39
Técnicos do governo visitam Rainha – Estado de São Paulo – Nacional – 11/07/2007 ...	39
Índios invadem fazenda na Bahia em protesto contra transposição - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2007	39
Após mais de um ano, Via Campesina desocupa área da Syngenta no Paraná - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2007	41
Grupos rivais de sem-terra disputam lotes – Folha de São Paulo – Brasil – 12/07/2007	41
Contra desocupação, sem-terra fecham estrada e provocam caos no Pará - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 13/07/2007	42
'Lula não manda nada', ataca Stédile - Miguel Portela – Estado de São Paulo – Nacional – 13/07/2007	42
MST cobra apoio à agroecologia – Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2007	43
Começam preparativos para a 4ª Feira de Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 13/07/2007	43
Preço de desapropriação deveria ser ligado a imposto, diz presidente do Incra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/07/2007	44

Segunda Quinzena

Documentário resgata história da primeira ocupação de terra no RS – Sítio Eletrônico do MST – 16/07/2007	45
MST volta a invadir fazenda no Paraná – Estado de São Paulo – Nacional – 17/07/2007	46
Ianomâmi se recusa a receber transplante – Estado de São Paulo – Nacional – 17/07/2007	46
'Estão fabricando gente que vive como escravo' – O Globo – O País – 17/07/2007	47
MST invade prefeitura para cobrar seguro – Estado de São Paulo – Nacional – 18/07/2007	48
Syngenta recebe hoje propriedade invadida – Estado de São Paulo – Nacional – 18/07/2007	48
Senador suspeita de abuso em ação no PA – Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2007	48
Projeto fixa limites para jornada de trabalho no campo – Sítio Eletrônico do MST – 20/07/2007	49

A ilha de Marambaia – Denis Lerrer Rosenfield - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 23/07/2007	49
A nova central – Ricardo Patah – O Globo – Opinião – 23/07/2007.....	51
A Ilha de Marambaia - Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 23/07/2007	52
Reunião da Comissão Nacional de Mulheres da Contag e parceiras da Marcha das Margaridas em Brasília – Sítio Eletrônico da Contag – Hot Site da Marcha das Margaridas - 24/07/2007	53
MST reocupa área que seria de quilombo – Estado de São Paulo – Nacional – 24/07/2007	54
Cassel reafirma a pauta da Marcha das Margaridas como um desafio positivo – MDA – 24/07/2007	54
Quilombolas invadem área da Aracruz no ES – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007	55
MST bloqueia rodovias no interior do RS – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007	56
Reassentados tentam invadir Chesf na Bahia – Kamila Fernandes - Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007	56
Acusados de morte da freira são denunciados por outros crimes – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007	57
Gente da Terra: documentário relata vida camponesa em Roraima – Sítio eletrônico do MST – 25/07/2007.....	58
Justiça dá reintegração de posse de área ocupada no ES - Carta Maior – 26/07/2007 ..	58
MST recebe cestas de alimentos e desocupa área em frente à Conab – Sítio Eletrônico da Conab – 26/07/2007	59
PAUTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2007 – Sítio Eletrônico da Contag – Hot Site da Marcha das Margaridas – 31/07/2007	60
Reivindicações da Marcha das Margaridas nas mãos do governo Lula – Emanuelle Nunes – Sítio Eletrônico da Contag – Hot Site da Marcha das Margaridas – 26/07/2007 ..	76
Sem-terra mobilizam 10 mil pessoas para ações em 9 Estados - Roldão Arruda – estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2007.....	77
No Pontal, alvo é o projeto de regularização fundiária - Sílvia Amorim – estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2007	78
MST queria invadir fórum e cartório na cidade de Renan - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2007.....	79
Projeto no Amazonas está ameaçado, dizem cientistas – Estado de São Paulo – Vida & - 26/07/2007	81
MST tenta invadir fábrica que foi do irmão de Renan - Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 26/07/2007	82
Assentamento ameaça pesquisa no AM – Giovana Giradi – Folha de São Paulo – Ciência – 26/07/2007	83
Sem-terra invadem fazenda de Olavo Calheiros – Odilon Rios – O Globo – O País – 26/07/2007	84
MST propõe ao Ministério do Desenvolvimento Social expansão do Programa de Aquisição de Alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 26/07/2007	85
Jornada de Lutas da Via Campesina alcança 10 estados – Sítio Eletrônico do MST – 26/07/2007	86
Movimentos do campo fazem dia de protesto – Valor Econômico – Política - 26/07/2007	86

Morte de pajé causa protesto em MS – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007	87
Juiz manda desocupar fazenda - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 27/07/2007	88
CAMPO MINADO: SEM-TERRA TERÃO QUE SAIR DA FAZENDA DE OLAVO CALHEIROS – Folha de São Paulo – Brasil – 27/07/2007	88
No Pontal, MST invade prédio da Procuradoria – Folha de São Paulo – Brasil – 27/07/2007	89
Apoio à produção ajuda agricultor a realizar o sonho de se manter em sua terra – Sítio Eletrônico do MDS – 27/07/2007	89
Aracruz vai à Justiça para retomar área no ES – Estado de São Paulo – Nacional – 28/07/2007	91
INVASÃO: SEM-TERRA NÃO DEIXAM FAZENDA DE OLAVO CALHEIROS – Folha de São Paulo – Brasil – 28/07/2007	91
Sem-terra saem da fazenda de irmão de Renan – Folha de São Paulo – Brasil – 28/07/2007	91
Sem-terra deixam fazenda dos Calheiros – Odilon Rios – O Globo – O País – 28/07/2007	92
Agricultores brigam para ficar em reserva – Estado de São Paulo – Nacional – 29/07/2007	92
Sem-terra desocupam fazenda do irmão de Renan - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 29/07/2007	92
Partido procura movimentos sociais para discutir relação - Verena Glass - Carta Maior – 30/07/2007	94
Estrangeiros já possuem cerca de 10% das terras na Argentina - Marco Aurélio Weissheimer - Carta Maior – 30/07/2007	97
Contag invade fazenda do reverendo Moon - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional – 30/07/2007	99
Greve no Incra permanece e metas estão comprometidas - Verena Glass - Carta Maior – 31/07/2007	100
MST invade nove fazendas na Bahia – O Globo – O País – 31/07/2007	102

Médicos do MST formados em Cuba não conseguem trabalhar no Brasil - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 01/07/2007

Movimento quer aprovação de lei que valida automaticamente diplomas de Havana, mas enfrenta resistências

Chega ao Brasil em agosto a terceira turma de médicos do Movimento dos Sem-Terra (MST) formados em Cuba. Vão juntar-se aos 18 jovens militantes que já passaram pela Escola Latino-americana de Medicina (Elam), em Havana, mas não podem exercer a profissão: seus diplomas ainda não foram reconhecidos no Brasil. Nem a turma de 2005 obteve autorização.

A demora incomoda a direção do MST. “Isso é fruto do preconceito de classe: o povo pobre não tem oportunidade de aprender medicina no Brasil e, quando consegue uma bolsa para estudar no exterior, não é reconhecido na volta”, reclama Marina dos Santos, da direção nacional do movimento.

O pessoal do MST estuda por meio de um programa do Ministério de Educação Superior de Cuba, que oferece bolsas para jovens indicados por partidos, instituições públicas e organizações sociais. Josiano Macedo, de 29 anos, é um desses jovens. Filho de agricultores - meeiros - do Rio Grande do Norte e militante dos sem-terra, ele desembarcou em Cuba em 2000. Fez um curso preparatório e prestou a prova de habilitação exigida pelo ministério, antes de ser aceito na Elam.

Depois de estudar seis anos e encantar-se com a sociedade cubana (“É um país maravilhoso, no qual as prioridades do Estado são questões básicas, como saúde, educação, lazer, esporte”), ele voltou em setembro do ano passado. E de lá para cá vem batalhando pelo reconhecimento do canudo.

De acordo com a lei brasileira, o estudante que obtém um diploma no exterior, em qualquer área do conhecimento, não pode exercer a profissão sem antes passar por um exame de revalidação - aplicado por universidades públicas, estaduais ou federais. O mesmo acontece quando um estrangeiro vem ao Brasil para exercer profissão aprendida lá fora.

O problema, segundo Macedo, é que as escolas não realizam as provas. “Há três anos que as faculdades de medicina não abrem processos de revalidação nem aceitam nossos pedidos para análise dos diplomas”, conta. “Pelos normas do Conselho Nacional de Educação, quando a compatibilidade dos currículos é superior a 90%, a revalidação é automática.”

Macedo acredita que por trás de tudo está o Conselho Federal de Medicina (CFM). “É uma jogada corporativista”, acusa ele. “O conselho federal conversa com reitores de universidades e conselhos regionais, criando dificuldades. Tentam, por exemplo, nos impedir de fazer residência médica, mas isso é ilegal: no Rio Grande do Sul, três colegas foram à Justiça e ganharam.”

Por enquanto, Macedo faz curso de especialização, lato sensu, em saúde da família, na cidade de Sobral, no Ceará, e trabalha num ambulatório. “Temos interesse nessa área e aqui funciona um programa pioneiro”, explica. “Fiz os exames para ser aprovado no curso. Enquanto estudo, também me preparo para o exame de revalidação, quando vier.”

Além de estudar, os médicos do MST estão de olho no Congresso. Lá tramita um projeto de lei que torna automático o reconhecimento, no Brasil, dos diplomas da Elam. “Queremos a aprovação desse projeto, que confirma um acordo bilateral assinado entre os governos dos dois países em 2003 e renovado em 2006”, diz Macedo. “Isso resolveria o problema dos brasileiros que passaram por aquela escola - e que já são mais de cem.”

Na direção do CFM, o conselheiro Geraldo Guedes, da comissão de ensino, rebate as críticas. “Estão atirando no alvo errado. O responsável por todo o processo de revalidação dos diplomas é o Ministério da Educação, que transfere essa atividade para as universidades públicas”, diz. “Apoiamos esse sistema e estamos fazendo propostas ao governo para que o aperfeiçoe, com o objetivo de facilitar o trânsito da revalidação. Defendemos um exame único em todo o território nacional. Ele seria aplicado por um conjunto de seis ou sete universidades, em diferentes regiões.”

Na opinião de Guedes, a polêmica tende a crescer, porque aumenta o número de jovens que vão estudar medicina em outros países da América Latina e voltam para o Brasil: “A maioria vem da Bolívia.”

ANTIDEMOCRÁTICO

Por outro lado, o CFM, segundo Guedes, está disposto a combater de todas as formas o projeto de lei que, com apoio do Itamaraty, revalida automaticamente os diplomas da Elam. “Há gente vindo da Argentina, da Bolívia e de outros países com diplomas médicos. Por que criar uma exceção? Por que tratar os cidadãos brasileiros de forma diferente?”, argumenta. “Não somos a favor desse acordo, que, além de anticonstitucional, não tem nada de bilateral, porque não é recíproco: os diplomas brasileiros não serão automaticamente aceitos lá. Somos a favor do aperfeiçoamento do atual sistema, que, além de mais seguro, é democrático.”

Consultado, o MEC informou, por meio de sua assessoria, que a legislação está sendo cumprida - e que a realização das provas compete às escolas públicas. Sobre o projeto que abre uma exceção para os diplomas da Elam, o ministério preferiu não se manifestar.

TRF anula desapropriação de fazenda no Tocantins baseada no descumprimento da legislação ambiental

Diante das crescentes dificuldades para obter terras para novos assentamentos, porque encolhem as chances de comprovar o não cumprimento dos índices legais de produtividade nas fazendas que vistoria, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) resolveu voltar sua mira para outras possíveis ilegalidades.

Uma delas é o desrespeito às normas ambientais - que está entre os quatro fatores previstos na Constituição que permitem a desapropriação de propriedades para a reforma agrária. Os outros três, definidos no artigo 186 da Carta, são a falta de aproveitamento racional da área, o não cumprimento das leis trabalhistas e a falta de condições de bem-estar de proprietários e trabalhadores.

Nessa campanha, a direção do Incra trombeteou em julho do ano passado que uma de suas primeiras conquistas tinha acabado de se concretizar. Tratava-se da desapropriação, por meio de sentença da Justiça Federal, da Fazenda Bacaba, situada em Miranorte, no Tocantins. Embora comprovadamente produtiva, a fazenda foi desapropriada pelo não cumprimento das leis que protegem o meio ambiente.

Os proprietários recorreram a instâncias superiores e, na semana passada, veio o revertério para o Incra: em Brasília, a juíza federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho, relatora convocada do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, anulou a desapropriação. Ela fez isso depois de analisar as perícias já feitas - e outras encomendadas no decorrer do processo - e concluir que os índices de utilização e exploração econômica da terra são satisfatórios; e que as irregularidades ambientais não comprometem o equilíbrio ecológico da área.

ARTIGO 185

O que deve prevalecer na opinião da juíza, é o artigo 185 da Constituição, pelo qual nenhuma propriedade rural pode ser desapropriada para a reforma agrária, desde que seja produtiva. Quanto à lei ambiental, a juíza determina que os órgãos competentes obriguem os proprietários a respeitá-la.

Batalha perdida, o Incra prepara-se para ir ao Supremo Tribunal Federal (STF). Nos escritórios de advocacia especializados em questões agrárias há grande interesse em torno desse debate, porque pode determinar o destino de dezenas de processos semelhantes ao da Bacaba que tramitam na Justiça em diferentes pontos do País.

Na opinião do advogado Paulo Junqueira, do Escritório Galvão & Junqueira Associados, defensor dos proprietários da fazenda do Tocantins, o Incra atropelou a lei. Mas o chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, Valdez Farias, tem outra

opinião. Para ele, Rosimayre interpretou mal a Constituição. “O fazendeiro alcançou índices de produtividade, mas derrubou a mata e plantou em áreas de preservação ilegal. De acordo com a lei, a propriedade só está imune à desapropriação para efeitos da reforma agrária se cumpre os quatro requisitos de função social determinados pela Constituição”, diz ele.

Valdez argumenta que a juíza só considerou o artigo 185 da Constituição e esqueceu o artigo seguinte. “Isso não é admitido em matéria de interpretação constitucional”, afirma. “Temos convicção de que essa decisão será revertida no Supremo.”

Valdez também acredita que Rosimayre errou ao anular o decreto de desapropriação assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Ela não tem competência para isso. Todos os atos do presidente só podem ser anulados pelo Supremo.”

A certeza do procurador não parece tão líquida quando se lê a sentença da juíza relatora. Na apresentação, ela recorda outras decisões do STF, em debates sobre questões agrárias, nos quais a questão da produtividade parece ser imperativa.

Na Amazônia, sai a floresta, entra a soja - Fellipe Awii – O Globo – O País - 01/07/2007

No oeste do Pará, expansão agrícola faz surgir comunidades fantasmas e provoca grilagem de terras

Enviado especial

SANTARÉM e BELTERRA (PA). Para os moradores de Belterra, o cemitério de Tracuí representa, acima de tudo, a morte da floresta.

Abandonado, cercado de plantação de soja por todos os lados, é um retrato da expansão da fronteira agrícola de grãos na Amazônia, principal fator de desmatamento e do surgimento de comunidades fantasmas no oeste do Pará, ao longo da BR163 (Cuiabá-Santarém).

A zona rural de Belterra e Santarém apresenta um cenário praticamente único: com a floresta ao fundo, enormes plantações de soja e arroz a perder de vista. Entre elas, casas abandonadas e árvores frutíferas de quintal, como mangueiras e jambeiros.

Seus antigos habitantes são pequenos agricultores que hoje estão, em geral, nas periferias urbanas de Santarém ou se mudam para áreas mais distantes da floresta, provocando mais desmatamento.

O panorama é usado pelo Ministério Público Federal, por grupos ecológicos e sociais, como o Greenpeace e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para apontar os sojeiros como maiores vilões desta parte da floresta.

Estes, por sua vez, alegam que a soja se ocupou principalmente de áreas já desmatadas e tem levado benefícios econômicos para a região.

— A chegada da soja trouxe grilagem e conflito de terra, que não existia em Santarém — diz o procurador-chefe do MPF em Belém, Felício Pontes.

'Não saio daqui. Quem saiu está pobre de novo' – Felipe Awii – O Globo – O País – 01/07/2007

Famílias vendem suas terras para sojeiros e vão para a periferia

SANTARÉM e BELTERRA (PA). O caminho rumo à periferia de Santarém foi o roteiro do casal Silvino e Marina Pimentel. Durante quatro anos e meio, eles viram os vizinhos venderem suas terras aos gaúchos, como são chamados lá os sojeiros que vêm de outras regiões, desde mato-grossenses até gaúchos de verdade. A cada família que se mudava, a mata em volta era derrubada e crescia a plantação de soja.

— Como tudo em volta ficou desmatado, aumentou muito o número de mosquitos, e apareceu até cobra surucucu. Depois, o ônibus parou de passar por aqui. Aí tivemos que vender nossa casa para os gaúchos também — conta Marina.

E lá se foi a plantação de mandioca e de maracujá. O casal Pimentel foi morar em Santarém, e logo o dinheiro acabou. Silvino hoje trabalha para um grande fazendeiro.

Das 45 famílias que, no início da década, viviam em Tracuá, só restaram nove.

— Não faz nem um ano que estive aqui e havia muita gente morando — conta Gilson Rego, da CPT de Santarém, ao passar pela vila chamada São Raimundo, zona rural de Santarém.

Em São Raimundo, Moisés da Costa tem uma casa de farinha e sua mulher, Rosinei, cuida da plantação de urucum. Eles se lembram do tempo em que saíam para caçar paca ali perto.

Quase não há mais floresta. O vizinho é o sojeiro gaúcho Miguel Dimenore, o mesmo que comprou a casa do casal Pimentel.

— Eu não saio daqui. Quem saiu está pobre de novo — diz Moisés.

Região atrai pequenos agricultores do Sul

O oeste do Pará se tornou um novo pólo para soja a partir do início dos anos 2000. Ainda não concorre com Mato Grosso, mas o crescimento é notável. Em geral, atrai pequenos e médios agricultores do Sul, que encontram aqui terra mais barata.

Para ambientalistas, o estrago já é grande. Em 2004, a agricultura mecanizada, usada na soja e no arroz, já era responsável por 69,7% do desmatamento na região, segundo estudo do gerente do Ibama de Santarém, Daniel Cohenca. A pecuária, campeã até os anos 90, motivou 22,9% do desmatamento.

Segundo o IBGE, em 2005 Santarém e Belterra produziram mais de 100 mil toneladas de soja em 35 mil hectares de terra. A baixa no preço da soja fez com que, no ano seguinte, a produção diminuísse em 11,4% em Santarém. Mesmo assim, segundo o Greenpeace, até 2006 cerca de 1,2 milhão de hectares de floresta já tinham sido destruídos.

— Não somos contra a soja, mas contra a soja na Amazônia — afirma Caetano Scannavino Filho, coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria.

Invasão contra obra de transposição tem gerência de "empresa" – Fábio Guibu -
Folha de São Paulo – Brasil – 01/07/2007

No acampamento dos manifestantes de Cabrobó (PE), tarefas são divididas por setor e administradas por grupos diferentes

Receitas e despesas são registradas em planilhas de computador; coordenador nega que protesto siga administração empresarial

No acampamento dos manifestantes que há cinco dias invadiram o canteiro de obras da transposição das águas do rio São Francisco, em Cabrobó (PE), a precariedade da infraestrutura contrasta com o profissionalismo dos líderes no gerenciamento do protesto. Erguido para abrigar 1.200 pessoas, o acampamento é formado por sem-terra, pescadores, quilombolas, índios e sindicalistas de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Ceará. À semelhança de uma empresa moderna, as atividades são setorizadas e gerenciadas por grupos distintos.

Os coordenadores são representantes das 12 caravanas que participam da invasão. As equipes comandam áreas como saúde, limpeza, alimentação, comunicação, política e finanças. Planilhas de um computador portátil registram receitas e despesas. Até a quantidade e o tipo de alimento distribuído são controlados.

Nas barracas, colchonetes e roupas ficam espalhados no chão. Durante o dia, o calor é insuportável. A seca e as rajadas de vento tornam o ambiente carregado de poeira. Para manter o grupo motivado e alegre, os organizadores promovem diariamente festas, debates e reuniões de trabalho. Em um telão, exibem filmes como o vídeo "Pescando Esperança", sobre o rio São Francisco, ou DVDs de forró.

Com a anuência dos líderes, os acampados aproveitam o movimento para faturar. Índios de Pernambuco e Alagoas montaram pontos-de-venda em frente às suas barracas. Negociam artesanatos, cigarros, bolos e refrigerantes.

Integrante da "coordenação política" da invasão, o sociólogo Rubem Siqueira, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), afirmou que o modelo de administração do acampamento não é empresarial, mas inspirado em comunidades indígenas "anteriores ao capitalismo".

Segundo Siqueira, não há líderes no local e as decisões partem de um colegiado.

Custo

Ao ser idealizado, em março, o protesto em Cabrobó foi orçado em R\$ 150 mil, afirmou a coordenadora de finanças Marina Braga, da CPT. Desse total, disse, foram obtidos cerca de R\$ 80 mil, "não necessariamente em dinheiro". O custo de transporte, item mais caro, ficou em R\$ 60 mil.

Ao invadir a área, os manifestantes dispunham de R\$ 20 mil em caixa, além de dois caminhões carregados com alimentos. Os recursos disponíveis seriam suficientes para manter o grupo acampado no local por duas semanas.

Segundo Braga, para obter os recursos, as cerca de 30 entidades envolvidas promoveram uma campanha de arrecadação por meio de contribuições de pessoas físicas, sindicatos, movimentos e ONGs.

Essas mesmas entidades reuniram manifestantes para o acampamento. Os invasores afirmam que devem permanecer na fazenda por tempo indeterminado.

Na sexta-feira, a Justiça Federal concedeu reintegração de posse da área ao governo.

Grupo do MST invade prédio do INSS na Lapa – O Globo – Rio – 02/07/2007

Imóvel ocupado por 50 famílias não tem energia elétrica Um grupo de militantes do Movimento dos Sem-Teto ocupou, no início da madrugada de ontem, o edifício de número 48 da Rua do Riachuelo, a pouco mais de cem metros dos Arcos da Lapa. O imóvel, que pertence ao INSS, está em péssimas condições de conservação e já havia sido invadido outras vezes, em 1998 e 2003.

— Da última vez que ocupamos o prédio, em 2003, nos disseram que iriam fazer um cadastro das 50 famílias que estavam aqui. Prometeram uma solução, que não chegou até hoje. Continuávamos todos morando na rua. Agora, não vamos sair daqui de jeito nenhum — afirmou um dos líderes do grupo, que se identificou como José.

A invasão aconteceu por volta das 1h30m. O único segurança que tomava conta do imóvel foi surpreendido por cerca de 150 pessoas, que ordenadamente ocuparam o prédio, que está sem luz e sem água.

Mitos sobre a Reforma Agrária Brasileira - Sérgio Pereira Leite – Carta Maior – 03/07/2007

A crença em que a reforma agrária é obsoleta em relação ao atual estágio do capitalismo ou de que assentados não têm vocação para a agricultura são alguns dos mitos que, alimentados pela mídia, têm impedido uma discussão mais séria sobre o assunto.

A realização do V Congresso Nacional do MST, reunindo neste mês em Brasília mais de 15 mil pessoas, e a organização dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais em torno do “Grito da Terra”, programado para julho, trouxeram novamente à tona o tema da reforma agrária e sua aplicação ao meio rural brasileiro.

Nos debates que cercam a questão, são recorrentes as referências favoráveis à democratização do campo, por meio não só da ampliação da condição de cidadania de uma vasta parcela da sociedade ainda hoje marginalizada, mas também do aumento do emprego

e da renda rural, da redinamização de diversas regiões brasileiras, entre outros aspectos. Na direção oposta, diversos aspectos que não justificariam a adoção dessa clássica política redistributivista são levantados pelos segmentos sociais e intelectuais contrários ao tema. Parte considerável da crítica ao programa de desconcentração fundiária está baseada em argumentos que comentamos a seguir.

1. O aumento da produção e do emprego no campo, e, portanto, do combate à pobreza no meio rural, será resolvido pelo modelo produtivista do chamado agronegócio.

As questões relacionadas ao emprego, à produção e à renda não estão necessariamente relacionadas ao combate à pobreza. Isto é, o crescimento econômico (entendido aqui como o aumento da produção e/ou da renda e, conseqüentemente, do emprego) não garante necessariamente o desenvolvimento (econômico, social, etc.), ainda que, para haver desenvolvimento, é necessária alguma dose de crescimento. Nesse sentido o modelo do chamado "agronegócio" tem aprofundado essa diferença, na medida em que seu vetor de crescimento é acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, etc.), além de uma brutal ocupação de áreas de preservação e/ou de comunidades nativas (pequenos produtores, índios, extrativistas, etc.) com a expansão das monoculturas (particularmente da soja).

Como é sabido, ao longo de toda a década de 90, o país assistiu uma vigorosa expansão da chamada "fronteira" agrícola, incorporando áreas (como aquelas inscritas na região amazônica, nos estados do Maranhão e do Piauí) ao movimento anterior de áreas como o Oeste baiano. Tal crescimento redundou num incremento do volume de grãos colhidos anualmente, bem como no quantum de produtos exportados (in natura e processados). Ainda que o assunto seja objeto de forte polêmica, esta expansão tem gerado protestos de organizações ambientalistas e comunidades nativas, visto que parte da área ocupada pela soja tem sido angariada devido ao desmatamento e/ou do deslocamento forçado de pequenos agricultores ou aldeias indígenas, como pode ser constatado, por exemplo, nas chapadas piauienses.

Outra tese derivada e igualmente equivocada é atribuir ao "agronegócio" a retomada do crescimento brasileiro. Com efeito, as contínuas taxas de crescimento do setor agropecuário de 5% ao ano nos últimos períodos não necessariamente garantem a expansão da economia como um todo, visto que o mesmo não representa mais do que 10% do PIB (ainda que se diga que, somando-se aos demais setores adjacentes e industriais, tenhamos algo da ordem de 30 a 40% do PIB, dependendo da fonte dos dados). A economia brasileira hoje é relativamente complexa (depois de mais de 70 anos de industrialização) e um crescimento contínuo e expressivo da agricultura, especialmente aquele calcado na especialização das exportações (produtos agrícolas e agroprocessados) não é suficiente para reanimar o parque produtivo como um todo. Ou seja, a idéia de "vocalização agrícola" da economia brasileira (repondo questões de um debate do início do século passado, que são insistentemente retomadas pela mídia) é completamente despropositada na atual conjuntura.

2. A reforma agrária é uma tese ultrapassada e obsoleta, incompatível com o atual estágio do capitalismo brasileiro e não apresenta nenhum impacto econômico na sociedade.

O tema da reforma agrária, como dissemos anteriormente, tem permanecido na agenda (política, econômica, social, etc.) dos últimos 60 anos. Os anos 1990 parecem confirmar a capacidade da reforma agrária ressurgir como fênix, solapando as teses (muito em voga nos anos 80) que advogavam posições como: i) não existem terras disponíveis para a reforma; ii) mesmo se existissem, não haveria quem as demandasse; iii) a implantação dos assentamentos "deturparia" a estrutura produtiva, etc. O que se tem visto, de forma geral (guardadas as especificidades e diferenciações regionais e locais, não desprezíveis no caso brasileiro) nos assentamentos é um potencial efeito dinamizador de economias locais/regionais, quer na esfera econômica propriamente dita, quer no campo político, social, demográfico, territorial, etc.

De fato, os assentamentos provocaram, especialmente nas regiões pontuadas por uma alta densidade de famílias beneficiárias, a dinamização econômica de vários municípios onde se inserem, tendo como base um processo produtivo mais diversificado, quando comparado à estrutura - anterior e presente - prevalecente nos estabelecimentos agropecuários locais. Essa dinamização resulta em uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal (as regiões sucroalcooleiras da Mata pernambucana e do Norte fluminense são bons exemplos). Para além da relevância do número de novos produtores, estimulando um aumento na oferta de produtos (em especial alimentares), os assentados potencializam o mercado de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de cidades vizinhas, como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral.

Num cenário de arrefecimento das oportunidades de trabalho como o atual, os assentamentos representam, adicionalmente, uma importante alternativa de emprego. Os assentamentos têm gerado, em média, três ocupações por unidade familiar no próprio estabelecimento, a custo extremamente baixo (cerca de R\$ 31 mil por família, em média, segundo recente estudo divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário).

3. Com a modernização da agricultura, esgotou-se a disponibilidade de terras não aproveitadas, salvo aquelas situadas na Amazônia e no Cerrado, não recomendadas para a reforma agrária.

Dois pontos são centrais para uma abordagem mais criteriosa do assunto. Em primeiro lugar, o que se entende por aproveitamento das terras. Temos avançado na dimensão legal desse assunto, e hoje possuímos instrumentos mais precisos para definir um imóvel que cumpre efetivamente sua função social, particularmente por meio de índices como o Grau de Utilização das Terras (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), além do respeito à legislação trabalhista e ambiental. Recentemente, algumas iniciativas de desapropriações com base no descumprimento das relações de trabalho e no desrespeito ao meio ambiente, abriram um precedente histórico enorme para questionar o quantum de terras efetivamente estão disponíveis. Da mesma forma, a necessária revisão dos índices de produtividade indicaria que a chamada "modernização" do campo opera, em diversas áreas e imóveis, com resultados abaixo do esperado, tomando-se como referência as estatísticas mais recentes sobre o rendimento físico médio de culturas e criações.

Em segundo lugar, mesmo desconsiderando o item anterior, há dados que demonstram a existência de terras aproveitáveis não-aproveitadas, tomando como fonte as estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Levando-se em consideração apenas os imóveis rurais acima de 100 módulos fiscais (sendo o módulo variável conforme a região do país), veremos que 45,23% do número de imóveis são improdutivos. Eles possuem uma área equivalente a 28.861.830 hectares, o que corresponde a 56,40% de todos os imóveis do estrato considerado.

4. Os projetos de assentamentos já implantados possuem baixa qualidade, gerando um processo de favelização na área rural.

Conforme nos informam diferentes pesquisas, uma das características comuns aos projetos de assentamento é a precariedade da sua infra-estrutura, o que demanda intervenção por meio de políticas públicas de ordem municipal (educação, saúde, etc.), regional/estadual e nacional (geral e setorial). Em alguns projetos, as condições de vida são, efetivamente, muito ruins, comprometendo a reprodução das famílias ali instaladas. No entanto esta descrição não parece refletir a situação média dos casos que têm conjugado alguma precariedade de infra-estrutura com estratégias de viabilidade social e produtiva.

Vale ressaltar que a situação das famílias no momento anterior ao da entrada no projeto era ainda pior, ou seja, que o ingresso aos assentamentos proporcionou um processo de inclusão social. Assim, as famílias assentadas são dotadas de novas condições para a reivindicação de outros direitos e se inserem num circuito de acesso às políticas públicas, mercado de trabalho e mercado de produtos (venda e consumo), que antes não possuíam.

O debate sobre as condições de infra-estrutura e dos equipamentos sociais não pode comprometer a própria realização do programa de reforma agrária, mas, ao contrário, deve justamente aprimorá-lo. Temas como saúde e educação são fundamentais ao processo de construção de uma nova cidadania que emerge junto ao acesso à terra. Da mesma forma, a questão relativa à segurança alimentar é um importante item que possibilita às famílias, após sua instalação nos assentamentos, refeições diárias com melhor valor protéico e calórico.

5. A maioria das famílias instaladas nos assentamentos não estão vocacionadas para a agricultura, comprometendo o sucesso do programa de reforma agrária

Os assentamentos, dada sua extrema diversidade regional e social, são compostos por famílias oriundas de distintos segmentos sociais (extrativistas, sem-terra, trabalhadores sindicalizados, atingidos, periferias urbanas, etc.). Não estamos discutindo aqui as "vocações", mas sim o direito de trabalhadores com distintas origens reivindicarem terra. Estamos abordando, na realidade, o preconceito existente entre setores urbanos e rurais de que trabalhadores provindos de atividades urbanas e periurbanas (vários de famílias originárias do meio rural) não possam deslocar-se para o campo e dedicar-se às atividades rurais (agrícolas e não-agrícolas). O que poderia ser objeto de debate são questões relativas à aptidão, habilidade, conhecimento tecnológico, etc. Mas aqui não se trata de vocação (ou de saber quem são os "verdadeiros agricultores"), mas sim de capacitação e assessoria

(técnica, política, social, econômica, etc.) às famílias que buscam os assentamentos, dotando-as de condições para que possam exercer suas atividades.

Na intensa migração campo-cidade ocorrida entre os anos 30 e 80 do século passado, nunca havia sido cobrado aos trabalhadores rurais que se dirigiam aos diferentes setores urbano-industriais um atestado de vocação, eficiência ou habilidade particular para constituir um imenso exército de mão-de-obra funcional à industrialização brasileira. No entanto, quando se trata de pensar o fluxo inverso, preconceitos de toda sorte, inclusive aqueles de classe, são prontamente acionados.

Na mesma direção, parece-nos problemática a definição de um "modelo" único e exemplar daquilo que deveria se constituir a atividade rural, condenando outras estratégias - legítimas - realizadas pelas famílias para garantir sua reprodução (social e econômica). Assim, além das atividades produtivas agropecuárias propriamente ditas, outras formas de inserção, como trabalho externo ao lote, atividades de processamento e serviços no lote ou no projeto, etc., são igualmente válidas.

A crença nesses mitos, alimentada pela mídia, tem impedido uma discussão mais séria sobre o assunto, e, o que é pior, vem desqualificando as demandas e iniciativas nesse setor. Está na hora de romper com essa armadilha e retirar da reforma agrária o caráter reducionista ao qual o tema vem sendo condenado.

Sérgio Pereira Leite é professor do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e coordenador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) da mesma instituição.

Grupos protestam em duas cidades do PR – Estado de São Paulo – Nacional – 03/07/2007

Dois grupos de integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) acamparam ontem em frente às prefeituras de Pitanga e Cândido de Abreu, na região central do Paraná. Eles pedem melhorias para os assentamentos e desapropriação de terras. De acordo com as polícias militares dos dois municípios, as manifestações foram pacíficas. O superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Paraná, Celso Lisboa de Lacerda, deve conversar com os líderes quinta-feira e comunicar que as desapropriações e liberação de verbas dependem do fim da greve dos servidores do Incra.

Fazenda de cana tinha 1.108 como escravos - Luiza Damé – O Globo – O País – 03/07/2007

o maior número de trabalhadores libertados desde 1995, quando o atual sistema de blitz começou

BRASÍLIA. Operação do Ministério do Trabalho, realizada em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público do Trabalho, libertou 1.108 trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo numa fazenda de cana-de-açúcar no Pará, voltada para a produção de etanol.

É o maior número de trabalhadores libertados desde 1995, quando foi criado o sistema atual de fiscalização do trabalho em condições semelhantes à escravidão. O total representa cerca de um terço de todos os trabalhadores libertados no ano passado — 3.308.

Os trabalhadores, contratados pela Pagrisa (Pará Pastoral e Agrícola S/A) em Ulianópolis, a 250 quilômetros de Belém, eram mantidos em condições degradantes. A empresa, da família Zancaner, instalou-se no Pará na década de 60 e produz cerca de 40 milhões de litros de álcool por ano. Num acordo com os trabalhadores, mediado pelos fiscais, as indenizações — de aproximadamente R\$ 1,8 milhão no total — começarão a ser pagas hoje e devem ser quitadas até o fim da semana, segundo o procurador do Trabalho Luís Antônio Fernandes, que participa da operação.

Água imprópria e alojamentos superlotados

A maior parte dos trabalhadores é do Maranhão e do Piauí.

A fiscalização teve início no último dia 28 e constatou irregularidades como superlotação nos alojamentos e descontos excessivos no pagamento dos salários.

Eram descontadas despesas com alimentação e remédios, mesmo que a doença fosse decorrente de acidente de trabalho.

Os preços eram superiores aos de mercado.

Havia contracheques zerados ou com saldo inferior a R\$ 10. Para evitar que os vencimentos fossem inferiores aos descontos, havia um item chamado “crédito de complementação de salário”, adotado para aumentar o montante. Essa complementação seria descontada do salário do mês seguinte — se houvesse saldo. O comércio local cobrava uma comissão para trocar os cheques pagos aos trabalhadores.

Segundo relatório preliminar do Ministério do Trabalho, em alguns alojamentos, o esgoto corre a céu aberto e é despejado na represa utilizada pelos trabalhadores para tomar banho e lavar roupas. Em algumas frentes de serviço não há banheiros, nem local reservado para alimentação.

Os empregados eram obrigados a comer sentados no chão, embaixo de caminhões ou sobre suas garrafas térmicas.

Nem todos tinham equipamentos adequados.

Os trabalhadores reclamaram da qualidade da água e da comida.

Segundo o ministério, a água oferecida não é tratada, tem gosto de ferrugem e é imprópria para o consumo humano. A comida não é bem acondicionada e chega aos pontos de serviço azeda, causando infecções intestinais.

Os trabalhadores disseram sofrer humilhações diárias dos fiscais de campo.

O deslocamento para as frentes de serviço era feito em ônibus sem condições de transporte.

Às vezes, os trabalhadores faziam o trajeto a pé, andando vários quilômetros. Eles saíam de casa por volta de 4h30m e só retornavam às 17h30m, com um pequeno intervalo para o almoço.

O GLOBO tentou localizar os donos da fazenda, mas eles não foram encontrados

Cabrobó: PF negocia fim do protesto - Letícia Lins e Adilson Fonseca – O Globo – O País – 03/06/2007

Índios e sem-terra ainda estão nas obras de transposição do São Francisco

RECIFE e CABROBÓ (PE). A Polícia Federal informou que vai requisitar o apoio de policiais militares de Pernambuco para desocupar a área do canteiro de obras do canal da transposição do Rio São Francisco, em Cabrobó.

Ontem, um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal fez dois vôos rasantes sobre o local onde estão os índios e os sem-terra, filmando toda a área. O sobrevôo fez aumentar a tensão e o temor de uma investida dos policiais federais, o que não ocorreu.

Uma equipe de negociadores foi para Recife articular a saída pacífica dos manifestantes, que desde a última terça-feira estão num acampamento montado no lugar onde será construído o canal.

Os agentes têm ordem de esgotar até o último instante as negociações com os manifestantes.

Mas a Polícia Federal não descarta o uso de soldados do Exército na desocupação.

Governadores temem que protesto atrase as obras A reintegração de posse do foi determinada pelo juiz da 20ª Vara da Justiça Federal de Salgueiro (PE), Giorgius Argentinini Felipi Credídio, na última sexta-feira, que atendeu a pedido da Advocacia Geral da União. Mas a retirada dos índios, com uso da força da PF, não tem uma data determinada, podendo acontecer ainda hoje. Os índios trukás moram na Ilha de Assunção, a cem metros das obras.

Ontem, os governadores de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba se reuniram em Recife para anunciar uma campanha de conscientização sobre a importância da obra para a Nordeste. Eles temem que a mobilização atrapalhe o andamento das obras. No próximo dia 9, serão instalados os comitês pró-transposição, um em cada estado. Em agosto, estão previstos atos públicos nas cidades que mais precisam da obra. O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB) escolheu Cabrobó para um ato público em defesa da obra.

Os manifestantes permanecem na fazenda Mãe Rosa, cujas terras têm a propriedade invocada pelos trukás. O projeto da transposição está orçado em R\$ 6 bilhões, R\$ 5 bilhões já garantidos pelo presidente Lula no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

— Vamos fazer uma mobilização simultânea — afirmou Campos, ao lado de Vilma de Faria (PSB), do Rio Grande do Norte; Cid Gomes (PPS), do Ceará; e Cássio Cunha Lima (PSDB), da Paraíba. Haverá atos em Campina Grande (PB), Mossoró (RN) e Brejo Santo (CE).

Manifestantes decidem manter ocupação em Cabrobó – Valor Econômico – Brasil -
03/07/2007

Os manifestantes que invadiram a área no km 29 da BR-428, em Cabrobó (PE), onde o Exército iniciou as obras de transposição das águas do rio São Francisco, decidiram ontem manter a ocupação, apesar de a Justiça Federal ter determinado, na sexta-feira, a reintegração de posse. Eles já foram notificados pela Justiça Federal sobre a ação de reintegração de posse ordenada pelo juiz federal Georgius Luís Argenti Príncipe Credidio, da 20ª Vara Federal de Salgueiro. A notificação foi entregue ontem por um oficial de Justiça, acompanhado por policiais federais.

Segundo Rubens Siqueira, um dos coordenadores da ocupação e integrante da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, os manifestantes não pretendem sair da área. Siqueira disse que possibilidade de a polícia cumprir o mandado de reintegração não tem intimidado os manifestantes, que na semana passada iniciaram a construção de casas de barro.

Ontem pela manhã o trabalho na área foi dedicado à construção de uma praça, que iria ser inaugurada à noite. No início da tarde, os manifestantes também começaram a fechar, em forma de mutirão, o buraco que foi aberto para dar início à transposição das águas do São Francisco.

"Estamos tapando o buraco do Geddel", disse Siqueira, em referência ao ministro de Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que enviou um interlocutor ao local na semana passada para tentar convencer os manifestantes a deixar a área. A iniciativa, porém, ainda não teve resultado. A ocupação começou na terça-feira e o objetivo é impedir o avanço das obras. **(Agências noticiosas)**

Sob forte aparato policial, movimentos deixam área em Cabrobó - Antonio Biondi –
Carta Maior – 04/07/2007

Manifestantes iniciaram de forma pacífica, nesta quarta-feira (4), a desocupação de área destinada às obras da transposição do rio São Francisco, em Cabrobó (PE), após Justiça expedir ordem de reintegração de posse. STF ainda analisará ações contrárias ao projeto.

SÃO PAULO – O acampamento montado às margens do rio São Francisco na cidade de Cabrobó (PE) foi desocupado nesta quarta-feira (04/7) pelos manifestantes, após oito dias de ocupação. Diante do forte aparato da Polícia Militar de Pernambuco, Polícia Federal e Exército mobilizado na região para cumprir a reintegração de posse da área destinada às obras da transposição do rio São Francisco, os manifestantes deixaram o local de forma pacífica.

Ao desfazer o acampamento, parte dos que estavam na ocupação destacou que pretende reafirmar por meio de outras ações sua posição contrária ao projeto e em defesa de seus direitos. Os índios Truká, por exemplo, que reivindicam historicamente a área em que as obras foram iniciadas, afirmaram que irão cobrar uma conclusão por parte da União, sobretudo junto à Funai (Fundação Nacional do Índio), quanto aos direitos que teriam sobre o território.

Por outro lado, como as ações contrárias ao projeto que correm no Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não tiveram seu mérito analisado em definitivo, há setores que buscarão interceder junto aos ministros do Supremo nesse sentido. Com as obras e licitações para a obra já correndo, o entendimento desses setores é de que o Tribunal precisa se pronunciar a respeito do projeto o quanto antes (leia mais abaixo).

O governo federal havia obtido na sexta-feira (29/6) a decisão favorável para reintegração de posse da área em Cabrobó, a partir de decisão do juiz Georgios Tedidio, da 20ª Vara Federal de Salgueiro (PE), expedida menos de 24 horas após a apresentação da ação. A expectativa da Advocacia-Geral da União (AGU), que ingressara com o pedido, era de que a execução da sentença se desse ainda na segunda-feira (02/7).

Aparato

Segundo Clarice Maia, integrante do acampamento e uma das responsáveis pela assessoria de imprensa dos movimentos, os policiais responsáveis pela desocupação da área realizaram forte pressão sobre os manifestantes desde o início da semana. “Os policiais criaram diversas barreiras para a circulação das pessoas que estavam no acampamento, e parte deles estavam sem farda, à paisana”, contou ela à Carta Maior. Segundo Clarice, quando questionados sobre em que fundamentavam a ação de impedir as pessoas de ir e vir, os policiais afirmavam que “os documentos somos nós”.

Segundo relatos de órgão de imprensa e de manifestantes presentes à região, o aparato das forças militares, impressionante desde o início da ação, ganhou reforços entre a noite desta terça-feira e manhã de quarta. “Hoje chegou um grupo grande da Polícia Federal, com reforço da Polícia Militar, muito bem armados, equipados, com helicóptero, ambulância, ônibus, viatura, todas essas coisas deles”, relatou Clarice.

De acordo com ela, a quantidade de pessoas no acampamento, que chegou a passar de 1.500 na semana passada, era de aproximadamente 500 pessoas na manhã desta quarta. Parte das caravanas que havia participado dos primeiros dias retornaram para suas regiões e os novos manifestantes aguardados ainda não chegaram ao local – seja pelas barreiras policiais, seja pelo temor de que se envolver em um possível confronto, seja pelas dificuldades de mobilização. Clarice concluiu a entrevista explicando que, “hoje sairemos daqui, junto com os outros movimentos”, mas frisou que “a questão das terras indígenas não acaba aqui”.

A partir de negociação entre os movimentos e as forças policiais, foram dadas algumas horas para que as pessoas deixassem a área. Após deixarem o local, os integrantes do acampamento seguiram em marcha para o assentamento Jibóia, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), também em Cabrobó, a cerca de 13 km da área ocupada. A maior parte das pessoas deve seguir no Jibóia, mas isso só será definido após uma assembléia dos movimentos ainda nesta quarta. A assembléia deve discutir também as próximas ações dos movimentos envolvidos no acampamento em relação à transposição.

Sob forte aparato policial, movimentos deixam área em Cabrobó - Antonio Biondi – Carta Maior – 04/07/2007

Manifestantes iniciaram de forma pacífica, nesta quarta-feira (4), a desocupação de área destinada às obras da transposição do rio São Francisco, em Cabrobó (PE), após Justiça expedir ordem de reintegração de posse. STF ainda analisará ações contrárias ao projeto.

SÃO PAULO – O acampamento montado às margens do rio São Francisco na cidade de Cabrobó (PE) foi desocupado nesta quarta-feira (04/7) pelos manifestantes, após oito dias de ocupação. Diante do forte aparato da Polícia Militar de Pernambuco, Polícia Federal e Exército mobilizado na região para cumprir a reintegração de posse da área destinada às obras da transposição do rio São Francisco, os manifestantes deixaram o local de forma pacífica.

Ao desfazer o acampamento, parte dos que estavam na ocupação destacou que pretende reafirmar por meio de outras ações sua posição contrária ao projeto e em defesa de seus direitos. Os índios Truká, por exemplo, que reivindicam historicamente a área em que as obras foram iniciadas, afirmaram que irão cobrar uma conclusão por parte da União, sobretudo junto à Funai (Fundação Nacional do Índio), quanto aos direitos que teriam sobre o território.

Por outro lado, como as ações contrárias ao projeto que correm no Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não tiveram seu mérito analisado em definitivo, há setores que buscarão interceder junto aos ministros do Supremo nesse sentido. Com as obras e licitações para a obra já correndo, o entendimento desses setores é de que o Tribunal precisa se pronunciar a respeito do projeto o quanto antes (leia mais abaixo).

O governo federal havia obtido na sexta-feira (29/6) a decisão favorável para reintegração de posse da área em Cabrobó, a partir de decisão do juiz Georgios Tedidio, da 20ª Vara Federal de Salgueiro (PE), expedida menos de 24 horas após a apresentação da ação. A expectativa da Advocacia-Geral da União (AGU), que ingressara com o pedido, era de que a execução da sentença se desse ainda na segunda-feira (02/7).

Aparato

Segundo Clarice Maia, integrante do acampamento e uma das responsáveis pela assessoria de imprensa dos movimentos, os policiais responsáveis pela desocupação da área realizaram forte pressão sobre os manifestantes desde o início da semana. “Os policiais criaram diversas barreiras para a circulação das pessoas que estavam no acampamento, e parte deles estavam sem farda, à paisana”, contou ela à Carta Maior. Segundo Clarice, quando questionados sobre em que fundamentavam a ação de impedir as pessoas de ir e vir, os policiais afirmavam que “os documentos somos nós”.

Segundo relatos de órgão de imprensa e de manifestantes presentes à região, o aparato das forças militares, impressionante desde o início da ação, ganhou reforços entre a noite desta terça-feira e manhã de quarta. “Hoje chegou um grupo grande da Polícia

Federal, com reforço da Polícia Militar, muito bem armados, equipados, com helicóptero, ambulância, ônibus, viatura, todas essas coisas deles”, relatou Clarice.

De acordo com ela, a quantidade de pessoas no acampamento, que chegou a passar de 1.500 na semana passada, era de aproximadamente 500 pessoas na manhã desta quarta. Parte das caravanas que havia participado dos primeiros dias retornaram para suas regiões e os novos manifestantes aguardados ainda não chegaram ao local – seja pelas barreiras policiais, seja pelo temor de que se envolva em um possível confronto, seja pelas dificuldades de mobilização. Clarice concluiu a entrevista explicando que, “hoje sairemos daqui, junto com os outros movimentos”, mas frisou que “a questão das terras indígenas não acaba aqui”.

A partir de negociação entre os movimentos e as forças policiais, foram dadas algumas horas para que as pessoas deixassem a área. Após deixarem o local, os integrantes do acampamento seguiram em marcha para o assentamento Jibóia, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), também em Cabrobó, a cerca de 13 km da área ocupada. A maior parte das pessoas deve seguir no Jibóia, mas isso só será definido após uma assembleia dos movimentos ainda nesta quarta. A assembleia deve discutir também as próximas ações dos movimentos envolvidos no acampamento em relação à transposição.

Polícia deve retirar hoje grupo que tenta impedir obra no S. Francisco – Folha de São Paulo – Brasil – 04/07/2007

Assessor da CPT diz que manifestantes vão resistir à desocupação de fazenda

Policiais federais e militares já estão na região de Cabrobó (PE) para cumprir a ordem de desocupação do canteiro de obras da transposição das águas do rio São Francisco. A ação deve acontecer hoje, se não houver algum imprevisto.

O ministro Geddel Vieira Lima (Integração Nacional) disse que a ação da Polícia Federal para a retirada dos manifestantes que invadiram um terreno por onde passará a transposição das águas do rio São Francisco é a única alternativa à desocupação pacífica do local: "Tenho feito apelos para que as pessoas cumpram a lei e saiam pacificamente do local", disse.

Na sexta-feira passada, o juiz federal Georgius Luís Argenti Príncipe Credidio, da 20ª Vara Federal de Salgueiro, Pernambuco, determinou a devolução da área ocupada à União. "A decisão do juiz será cumprida com as pessoas saindo ou a PF retirando", avaliou Geddel.

Os manifestantes invadiram a área há oito dias e ontem iniciaram uma campanha de arrecadação de recursos para financiar o envio de novas caravanas. Os invasores esperam receber ainda hoje um reforço de pelo menos 500 pessoas no local.

Segundo frei Gilvander Luís Moreira, assessor da Comissão Pastoral da Terra, a intenção do grupo é resistir à desocupação.

Obras

Segundo Geddel, a invasão não atrapalhou as obras de transposição em Cabrobó porque o Exército se dedica, por ora, aos preparativos da construção da primeira barragem da obra, distante oito quilômetros das margens do rio.

Ele negou o afastamento da coordenação-geral do projeto de Rômulo Macedo, mas confirmou mudanças administrativas, por meio das quais a transposição passará a ficar subordinada à Secretaria de Infra-estrutura Hídrica, e não mais ao gabinete do ministro.

Cortador de cana do PA deve receber hoje – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil
– 04/07/2007

Fiscais encontraram trabalhadores submetidos a condições degradantes; empresa nega as acusações

O pagamento verbas rescisórias e dos salários integrais dos 1.108 cortadores de cana-de-açúcar que, segundo fiscalização do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, foram submetidos a condições degradantes de trabalho pela empresa Pagrisa (Pará Pastoral e Agrícola S.A.), em Ulianópolis (PA), deve começar hoje.

Ontem, os fiscais tomaram o depoimento dos trabalhadores. Segundo o auditor fiscal do Trabalho Humberto Célio Pereira, coordenador do grupo móvel, os empregados confirmaram as irregularidades encontradas pela fiscalização.

O grupo móvel -formado por fiscais do Ministério do Trabalho e policiais federais, acompanhado por procuradores do Trabalho- identificou que os alojamentos dos trabalhadores estavam superlotados, não havia banheiro, água potável nem espaço coberto para fazerem as refeições. A fiscalização localizou também casos de trabalhadores que recebiam menos de R\$ 10 por mês devido a descontos.

Ontem, a empresa divulgou uma nota rebatendo cada uma das irregularidades apontadas pela fiscalização. Segundo a empresa, ela "combate e repudia o trabalho escravo, daí seu espanto e indignação ante tão grave -e injusta- denúncia".

A empresa afirma que não fez descontos nos salários e que, por erro de informática, seis contracheques foram emitidos com valores baixos, o que já foi retificado. A nota diz também que cada trabalhador recebe uma garrafa térmica de água potável, que é reabastecida durante o dia, e que os alojamentos são "adequados e com boas condições sanitárias". A superlotação, de acordo com a empresa, foi uma situação temporária, causada pela quebra de gerador, e que já foi resolvida.

Movimentos são decisivos para impedir barragem de Tijuco Alto - Natália Suzuki - Carta Maior – 05/07/2007

Pesquisa do Cebrap analisa a participação dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil no processo de discussão sobre barragem no rio Ribeira de Iguape (SP), que poderia ameaçar área de preservação da Mata Atlântica.

SÃO PAULO –Após terem sido adiadas em maio por conta da greve do Ibama, as próximas audiências públicas sobre o projeto de construção da barragem de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape, na região do Vale do Ribeira (SP-PR), acontecerão entre os dias 6 e 10 de julho nos municípios de Cerro Azul, Ribeira, Adrianópolis, Eldorado e Registro. Há mais de 20 anos, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, tenta construir a barragem, mas tem enfrentado forte oposição ao empreendimento, organizada por entidades da sociedade civil local.

De acordo com uma pesquisa realizada por Vera Schattan, pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Cidadania e Desenvolvimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), as organizações contrárias à barragem vêm sendo fundamentais para impedir a sua construção nas duas últimas décadas. Um levantamento do Cebrap aponta a existência de 211 organizações atuantes no local. Na maioria são sindicatos e organismos patronais ou de trabalhadores, organizações socioambientais e associações de moradores.

Segundo Frederico Menino, pesquisador do Núcleo de Cidadania do Cebrap, a idéia da construção da barragem de Tijuco Alto não é nova: ela estava prevista desde a década de 50. Na época, foi feito um primeiro estudo sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Ribeira de Iguape. Atualmente, ele é o único rio em todo o Estado de São Paulo sem interferência das barragens. A CBA é a proponente do atual projeto. Foi em 1988 que ela recebeu a outorga para realizar o empreendimento.

A possibilidade de construção da barragem deflagrou um clima tenso entre os setores que defendem a barragem e aqueles que são contra. Os defensores acreditam que o empreendimento trará desenvolvimento e dinamização econômica ao lugar, enquanto os outros afirmam que a barragem será responsável por abalar o modo de vida das populações locais e por trazer prejuízos ambientais, principalmente por conta das inundações.

“No geral, as prefeituras do Alto e Médio Vale são a favor da barragem, assim como o empresariado local, interessado nos benefícios econômicos. Parte da população local – dentre eles agricultores familiares e trabalhadores rurais, também se colocam a favor da obra, tendo em vista a promessa de empregos. Do lado dos opositores da barragem, estão, sobretudo, os grupos civis organizados – como o Movimento dos Ameaçados por Barragem (Moab), o Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira (Sintravale) e diversas entidades ambientalistas locais e nacionais. No entanto, há prefeituras – especialmente aquelas ocupadas por partidos da chamada “esquerda trabalhista” – e grupos empresariais menos articulados (como o novo incipiente empresariado do ecoturismo) que se colocam contra a barragem”, explicam os pesquisadores.

Para Schattan, o fato de o projeto não ter se concretizado depois de tanto tempo se deve, em grande parte, a movimentos como o Moab. “Do ponto de vista institucional, isso demonstra também a capacidade dessas organizações de interferir nos processos de discussão e decisão que ocorrem em espaços participativos”, explica. Por outro lado, “há inúmeros mecanismos institucionais e extra-institucionais, que são comumente utilizados para dificultar a participação e enfraquecer o poder de influência desses grupos na esfera pública”, pondera a pesquisadora.

A região do Vale do Ribeira paulista concentra um dos últimos grandes remanescentes de Mata Atlântica nativa. É também uma região pobre com 25 municípios, que somam cerca de 350 mil pessoas. A população é caracterizada pela presença de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, caiçaras e agricultores familiares. “Tijuco Alto reflete a própria dinâmica social do Vale do Ribeira, uma região pouco desenvolvida do ponto de vista econômico, mas muito diversificada e dinâmica do ponto de vista social, cultural e político”, observa o pesquisador Frederico Menino.

Apesar da bipolarização criada em torno da polêmica de Tijuco Alto, os pesquisadores do Cebrap chamam a atenção para a complexa diversidade grupos sociais locais: organizações sociais, autoridades políticas e grupos empresariais privados. De acordo com a pesquisa, o Vale do Ribeira não é mais o mesmo como há 30 anos. O êxodo rural diminuiu. A economia local se diversificou e cresceu, principalmente no setor de serviços, enquanto a agropecuária deixou de ser predominante. A educação e a saúde também obtiveram melhoras ao longo dos últimos anos.

Audiências públicas e estratégias

Para a pesquisadora Vera Schattan, as audiências públicas, mesmo não sendo deliberativas, são decisivas para a discussão sobre a barragem. “É nas audiências públicas que os representantes do Ibama (órgão que em última instância decidirá sobre o licenciamento da obra) tem a chance única de ouvir ambos os lados”, explica. Contudo, ela enfatiza que os grupos mais articulados e também aqueles que têm mais recursos financeiros e políticos, podem ser favorecidos, já que a preparação é uma estratégia fundamental para essas audiências.

A pesquisadora conta que houve um esforço e mobilização por parte do Moab e de outras entidades para que o Ibama realizasse as audiências públicas nas cidades de Eldorado e Registro, onde, segundo ela, “a mobilização contra a barragem é maior e melhor organizada”. Contudo, o cancelamento das audiências de maio, por conta da greve do Ibama, desmobilizou a preparação dos grupos. “Houve dificuldades de informar as comunidades distantes sobre o cancelamento”, constata.

“Por outro lado, a CBA e o grupo Votorantin, vêm liderando uma grande mobilização junto às populações locais de Ribeira, Adrianópolis e Cerro Azul. Todos os hotéis e pousadas nesses municípios estão reservados para apoiadores da barragem, o que talvez tenha conseqüências sobre os resultados das audiências”, afirma Schattan.

Consenso do “desenvolvimento sustentável”

“Nesse quadro, são inevitáveis as tensões entre a demanda por dinamização econômica, colocada pela necessidade de se enfrentar a pobreza e, por outro, os delicados problemas de governança ambiental, postos pela urgência de preservar a Mata Atlântica nativa”, descreve a pesquisa do Cebrap.

Diante dessa cisão, o conceito de “desenvolvimento sustentável” se tornou um consenso a que os diferentes setores da região pretendem chegar, conciliando, muitas vezes, ponto de vista opostos. Para Schattan, o conceito surgiu como uma forma de equilibrar a questão da conservação ambiental e a idéia de desenvolvimento econômico local, baseado no potencial energético e paisagístico da biodiversidade do Vale do Ribeira. Mas Schattan alerta que nem sempre a idéia de “desenvolvimento sustentável” tem o mesmo significado para todos os envolvidos na discussão da barragem de Tijuco Alto.

“Nos discursos das comunidades tradicionais, a sustentabilidade passa pelo reconhecimento de seus direitos sobre o uso do solo e das florestas. Para agricultores e de suas organizações, desenvolvimento sustentável é sinônimo de prioridade “aos pequenos”, em oposição aos grandes investimentos. O poder público local acredita que se trata de aproveitar uma vantagem comparativa local, os recursos naturais, mas de uma maneira que tornaria preciso “flexibilizar a legislação ambiental”. Para outros prefeitos, ainda, é o modo de se conseguir grandes investimentos externos para viabilizar a exploração turística ou do potencial de biodiversidade. E nos projetos do governo federal, por fim, trata-se de encontrar formas de fazer confluir investimentos privados e a exploração rentável dos recursos naturais”, explica a pesquisadora.

Invasores desocupam obra no São Francisco - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2007

Contra transposição, sem-terra e índios invadiram área em PE dia 26

Em cumprimento a ordem judicial de desocupação, os últimos 500 manifestantes deixaram ontem a Fazenda Tucutu, a cerca de 18 quilômetros de Cabrobó, no sertão Pernambucano. A área, onde o Exército começou as obras de transposição das águas do Rio São Francisco, foi invadida na terça-feira da semana passada por índios e movimentos contrários ao projeto.

Por volta das 7 horas, os manifestantes - a maioria do Movimento dos Sem-Terra (MST) e de tribos da região - receberam a ordem expedida pelo juiz Giorgius Argenti, da 20ª Vara Federal. Após uma reunião, eles decidiram desmontar o acampamento e sair pacificamente. A desocupação foi acompanhada por 40 policiais federais, 40 agentes da Força Especial da Polícia Militar e 50 homens de defesa pública, entre soldados, policiais rodoviários e bombeiros.

Um grupo de 150 índios - a maioria da tribo truká, que reivindica a posse da área -, saiu do local e promoveu uma marcha pela BR-425, em protesto contra a obra. Ornados com pinturas de guerra e portando faixas, eles bloquearam meia pista da estrada e entoaram palavras de ordem contra o governo.

“Resolvemos deixar pacificamente a área para mostrar ao governo e à sociedade o que é a democracia e o respeito à Constituição e às leis”, desabafou, desanimado, o cacique dos trukás, Aurivan dos Santos Barros. Houve tensão quando o grupo passou pela base do Exército na região, em um posto de combustíveis desativado. Os índios ameaçaram atacar o local, mas soldados, com metralhadoras e fuzis, evitaram o conflito.

A passeata prosseguiu mais 10 quilômetros, até um assentamento. De acordo com o cacique, os índios passariam a noite acampados, deliberando sobre as próximas manifestações. “Estamos muito cansados, mas nossa luta não acabou”, afirmou. “Depois de descansar, vamos nos reunir para decidir como vamos seguir a luta por aquela terra, que é nossa.”

De acordo com o comando local do Exército, as obras naquela área, que fazem parte do Eixo Norte da transposição - ligarão o leito do São Francisco a áreas no interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará - devem ser retomadas hoje, após uma vitória.

ARRASTÃO

Assaltantes aproveitaram a mobilização de policiais para a desocupação da fazenda e tentaram promover um arrastão na saída de Cabrobó, por volta do meio-dia. A ação durou pouco: a polícia foi avisada e o helicóptero que dava apoio aos agentes na desocupação foi deslocado para localizar os assaltantes. Segundo a Polícia Civil, dois caminhoneiros foram assaltados.

“Eles bloquearam a pista, apontando armas para a gente”, contou o caminhoneiro Vanderlei Rangel Sussi, que teve o celular, o relógio e R\$ 80 levados pelos assaltantes.

Do outro lado de Cabrobó, sentido Paulo Afonso (BA), policiais rodoviários federais aproveitaram o intenso movimento para faturar. Eles paravam todos os veículos que passavam pelo posto-trailer da BR-316, nos dois sentidos - inclusive o da reportagem do Estado.

Sem inspecionar nenhum documento, eles indagavam: “É autoridade civil ou militar?” Se a resposta era negativa, pediam uma ajuda, para “comprar um refrigerante bem gelado”. O comerciante José Paulo Farias, de 43 anos, lamentou: “Já dei tanto dinheiro para eles que, quando passo por ali, já me chamam pelo nome.”

Sem resistência, invasores desocupam canteiro de obras do rio São Francisco – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 05/07/2007

Policiais federais e militares retiraram ontem do canteiro de obras da transposição das águas do rio São Francisco, em Cabrobó (PE), os manifestantes que haviam invadido o local há nove dias para protestar contra a execução do projeto.

Apesar da promessa de resistência feita pelos líderes da invasão, a operação policial, determinada pela Justiça Federal, foi pacífica. As cerca de 500 pessoas que ainda permaneciam acampadas desmontaram seus barracos e deixaram a área no final da manhã de ontem.

Os manifestantes -índios, sem-terra e integrantes de movimentos sociais- recusaram a ajuda dos policiais, que colocaram dois ônibus e um caminhão à disposição para transportar o grupo e seus pertences.

Em dois veículos cedidos por agricultores, eles se deslocaram para assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no município. Antes de deixar a área, índios trucká, que reivindicam a posse da terra, dançaram com os corpos e rostos pintados.

Segundo o assessor da CPT (Comissão Pastoral da Terra) frei Gilvander Luís Moreira, a saída do grupo não significa o fim das mobilizações.

Os manifestantes, disse ele, se reuniram ainda ontem para decidir, em assembléia, novas ações. A estratégia é promover ações em seqüência para estimular o apoio popular e, ao mesmo tempo, atrapalhar a execução do projeto.

Os policiais vão permanecer na área para observar a movimentação até que o Exército reassuma o controle. No momento, os militares preparam a construção da primeira barragem.

Na fazenda invadida, localizada às margens do São Francisco, o governo quer construir um canal para transportar água desviada do rio ao sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Invasores saem de canteiro de obra em Cabrobó – O Globo – O País – 05/07/2007

Eles protestavam contra a transposição do São Francisco CABROBÓ (PE). Índios da tribo trucká e integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) deixaram o canteiro de obras de transposição do Rio São Francisco, em Cabrobó, Pernambuco, no fim da manhã de ontem. Eles saíram escoltados pelas polícias Militar e Federal, e acamparam num assentamento do MST, a oito quilômetros do canteiro de obras e a dois quilômetros do acampamento do Exército, encarregado da obra.

Diante de 120 policiais fortemente armados, não houve resistência por parte de índios e sem-terra, que, durante toda a madrugada, permaneceram de vigília, pintados com cores de guerra da tradição indígena e armados com lanças de madeira.

Os invasores receberam a notificação do oficial de Justiça às 8h, mas só deixaram o acampamento ao meio-dia, caminhando por oito quilômetros até o assentamento do MST, na beira da BR-428, que liga Cabrobó a Petrolina.

O comandante do 72º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército, tenente-coronel Aníbal Passos, acompanhou a ação de reintegração, mas o Exército não participou do despejo. O aparato militar incluiu três colunas de ataque.

Na primeira linha, estavam os homens da PF, armados com lança-granadas, fuzis e bombas de efeito moral. Na segunda e terceira colunas estavam os homens do Batalhão de Choque da PM.

Mais atrás, estavam mais homens da PF e um pelotão de militares especializados em ações de combate na caatinga.

Fechando o cerco havia homens do Grupo de Ação Tática Itinerante (Gati). Um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal, que permaneceu sobrevoando o local de operações, e de um grupamento do Corpo de Bombeiros. O forte aparato militar acabou assustando os índios, que preferiram evitar conflitos.

Sem-terra fazem 19ª invasão em duas semanas no Pontal – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 06/07/2007

Membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ligados a José Rainha Jr. invadiram na madrugada de ontem a fazenda das Cobras, em Dracena (647 km a oeste de SP).

É a 19ª invasão ocorrida em duas semanas no chamado "inverno quente", onda de ações articulada por Rainha em protesto contra a proposta do governo do Estado de legitimar títulos de posse de áreas no Pontal do Paranapanema.

O MST é contra a proposta enviada à Assembléia para legalizar títulos de propriedades localizadas em áreas que o próprio Estado tenta provar, na Justiça, que são devolutas (públicas, suspeitas de terem sido griladas no século passado).

Segundo Wésley Mauch, aliado de Rainha, 40 famílias invadiram a fazenda por volta da 1h de ontem. Até o final da tarde de ontem a PM não havia ido ao local. O Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) foi comunicado do fato. Os donos da fazenda não foram encontrados pela reportagem.

Incra quer terras de Beira-Mar para assentar – Folha de São Paulo – Brasil – 06/07/2007

DA AGÊNCIA FOLHA

Duas fazendas em Goiás, usadas para o tráfico de drogas por Fernandinho Beira-Mar, devem receber assentamentos de trabalhadores sem-terra, segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

O órgão negocia com a Secretaria Nacional AntiDrogas a aquisição das propriedades. O objetivo, segundo o Incra, é assentar trabalhadores acampados há cinco anos.

O valor das terras ainda vai ser avaliado pelo Incra.

Grupo de Rainha faz 19ª invasão em 15 dias – Estado de São Paulo – Nacional – 07/07/2007

A condenação do líder dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior em mais um processo não representou trégua na ação de seus liderados. Seguidores de Rainha invadiram anteontem a Fazenda das Cobras, em Dracena, no Pontal do Paranapanema (SP). Foi a 19ª invasão do grupo na região em duas semanas. Rainha não participou da ação. No mês passado, foi condenado a 2 anos e 20 dias de reclusão sob a acusação de ter se apropriado de R\$ 1,4 mil de um assentado, mas poderá esperar em liberdade o julgamento do recurso. Wesley Mauch, seu principal aliado, disse que estão previstas novas ocupações.

QUESTÃO AGRÁRIA SEM-TERRA FAZEM MAIS DUAS INVASÕES EM SP – Folha de São Paulo – Brasil- 08/07/2007

Sem-terra ligados a José Rainha Jr. invadiram duas áreas na região oeste do Estado. O alvo é o projeto do governo de SP para regularizar terras do Pontal.

Desempregados rurais saqueiam caminhões em AL – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – 08/07/2007

Na entressafra, 100 mil ficam sem emprego na zona da mata canavieira; governo de Pernambuco cria ajuda emergencial

"Seis meses só na base da macaxeira e do fubá não dá", diz trabalhador; alguns jogam terra em buracos da estrada para obter trocados

A entressafra da cana-de-açúcar no Nordeste, que vai de março a setembro, significa desemprego e ameaça de fome para 100 mil trabalhadores rurais de Pernambuco e de Alagoas.

Sem alternativa de emprego na região da monocultura canavieira, eles saqueiam caminhões que transportam comida na BR-101.

No dia 28 de junho, a reportagem da Folha presenciou uma tentativa de saque em Alagoas. Por volta do meio-dia, um grupo obstruiu a pista com galhos de árvores e pneus em chamas. A fumaça tirou a visão dos motoristas, forçando-os a reduzir a velocidade. Cerca de 20 homens, com os rostos cobertos e pedras nas mãos, barraram o carro da reportagem para obrigar os caminhões que vinham atrás a parar.

A Polícia Rodoviária Federal chegou, de armas em punho, e o grupo correu para dentro dos canaviais. O fato aconteceu no município de Messias, a poucos metros da antiga usina Bititinga, hoje desativada.

Os saques na BR-101 se tornaram rotineiros. As usinas atribuem os atentados a integrantes de movimentos de sem-terra, mas entre os acampados há trabalhadores rurais do corte da cana. Em frente à usina Bititinga, há um acampamento do Movimento Terra Trabalho e Liberdade e vilas de casas de ex-empregados que continuam morando no local.

"O povo passa muita necessidade por aqui na entressafra. Seis meses só na base da macaxeira [mandioca] e do fubá não dá para agüentar. Se a usina estivesse funcionando, haveria emprego", afirma Edson Barbosa Farias, 32, pai de quatro filhos, que acompanhou à distância a tentativa de saque. Segundo ele, era a segunda tentativa de saque no dia. Na semana anterior, uma carga de margarina foi roubada no local.

Para receber uns trocados dos caminhheiros, trabalhadores desempregados jogam terra em buracos da BR-101.

Chapéu de Palha

O governo de Pernambuco lançou, no mês passado, o programa Chapéu de Palha para assegurar R\$ 190 por mês a 20 mil famílias de trabalhadores rurais em 52 municípios. O quadro só não é mais dramático porque, a cada dois anos, os demitidos podem se habilitar ao seguro-desemprego. No ano em que recebem o benefício, os trabalhadores permanecem na região. No outro ano, viajam para cortar cana em outros Estados. O alagoano José Cláudio dos Santos, 42, cinco filhos, vive nessa gangorra. Nessa época, no ano passado, estava em Campos dos Goytacazes (RJ), trabalhando com contrato temporário. Neste ano, como está recebendo o seguro-desemprego, trabalha "clandestino", sem carteira assinada, nos canaviais de Alagoas.

Pobreza

O governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, diz que o Estado tem a terceira maior taxa de mortalidade infantil e metade da população vive abaixo da linha de pobreza. "Certamente a cultura da cana contribuiu para essa situação, mas sem ela a situação seria muito pior. Onde a usina fecha, sabe o que entra? O capim para a produção de gado, que emprega apenas um vigésimo", afirma Vilela Filho. **(ELVIRA LOBATO)**

Sem trabalho durante a entressafra da cana, famílias não têm o que comer – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/07/2007

DA ENVIADA ESPECIAL A PERNAMBUCO E ALAGOAS

A vida da alagoana Quitéria Maria da Silva, 56, resume os problemas do trabalhador rural da zona canavieira. Analfabeta, mãe de 16 filhos -dos quais apenas 7 escaparam da mortalidade infantil-, começou a trabalhar na adolescência, envelheceu cedo, ficou doente por carregar excesso de peso e acabou descartada como mão-de-obra, com o marido. Com a demissão, a família, que sempre havia morado em terras de usinas, mudou-se para uma casa de taipa em São Luiz do Quitunde, a 50 km de Maceió. Dois dos filhos dela estão cortando cana em Mato Grosso, com contrato de trabalho temporário, enquanto não começa a safra em Alagoas.

Ela mora com o marido, dois filhos e quatro netos. No dia em que falou à Folha, tinha arroz e feijão para cozinhar, no fogão à lenha. "Às vezes não tem nada para comer, e minha filha casada divide uma fubinha (caldo com fubá) comigo. Tem dias que a gente passa fome."

O prefeito de Quitunde, Cícero Cavalcante (PMDB), calcula que 40% dos trabalhadores de usinas tenham migrado para as cidades.

"O desemprego aqui é de 80% na entressafra, e a renda familiar cai para R\$ 60 a R\$ 80 por mês. Sem trabalho, eles não têm o que comer." Quitunde tem 31 mil moradores e, em junho, a prefeitura doou 5.000 cestas básicas para atenuar a fome dos desempregados.

Sítios

Bruno Ribeiro, advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e da Comissão Pastoral da Terra, diz que 200 mil postos de trabalho foram extintos no Estado desde o início dos anos 90, principalmente em razão do fechamento de empresas. Cerca de 120 mil pessoas moravam em sítios nas terras de usinas e de fornecedores de cana, onde plantavam mandioca, milho e frutas para sobrevivência.

A convenção de trabalho dos trabalhadores na cana de Pernambuco prevê o direito de o morador plantar para consumo próprio, o que ficou conhecido como "lei do sítio".

Há que registrar um avanço nas relações trabalhistas na zona canavieira do Nordeste: o desaparecimento do trabalho infantil é confirmado pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e pelas entidades representantes do patronato. (EL)

Governo dá R\$ 5,8 mi a ONGs do MST - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 09/07/2007

Organizações foram criadas por assentados de Itapeva (SP) e ninguém sabe onde dinheiro recebido é aplicado

O trabalhador rural Gilberto Batista da Silva é militante do Movimento dos Sem-Terra (MST) e assentado na Agrovila 4 do Assentamento Pirituba, em Itapeva, no sudoeste de São Paulo. Em junho de 2005, ele se tornou presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Bairro Pinhal, em Guapiara, cidade vizinha. Na mesma assembléia, com o voto de 14 membros, a pequena associação transformou-se no Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac), organização não-governamental que, em cinco meses, do final do ano passado a maio deste ano, recebeu R\$ 4,5 milhões do governo federal.

Desde a última semana de dezembro, quando assinou o primeiro convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor de R\$ 430 mil para “qualificar tecnicamente trabalhadores rurais assentados”, Gilberto não preside mais o instituto. Ele cedeu o posto a Paulo César Ueti Barasioli e a antiga associação migrou de Itapeva para o Edifício Villares, em Brasília.

Seu companheiro de militância e vizinho na agrovila Ismael Rodrigues da Silva também preside uma ONG que já recebeu R\$ 1,3 milhão do MDA, a Inocar. Somados, os recursos liberados para os dois institutos criados no assentamento do MST somam R\$ 5,8 milhões entre o final de dezembro e maio.

Após a saída de Gilberto do Itac, o derrame de dinheiro público na ONG só fez aumentar. Em 26 de janeiro, o instituto recebeu mais R\$ 637 mil referentes a convênio com o MDA, no valor de R\$ 1,2 milhão, para “capacitação dos beneficiários da reforma agrária, assentados”.

O Ministério da Educação foi ainda mais generoso: em 29 de março deu R\$ 654 mil para “desenvolver ações com vistas à melhoria da qualidade do ensino ministrado nas escolas do campo”. Já em 24 de maio, liberou mais R\$ 2.760.341,76 para a “conjugação de esforços no sentido da alfabetização de jovens e adultos”.

Não se sabe onde esse dinheiro é aplicado. “Aqui em Itapeva não é”, garante o prefeito Luiz Cavani (PT). “O município não tem nada a ver com esses convênios. Antes tivesse.” Gilberto não foi encontrado para falar sobre o caso. Sua mãe, Ilda Martins de Souza, que também compunha a diretoria do Itac, nada sabe a respeito de verbas. “É coisa do movimento”, esquiva-se.

Antiga líder do MST, Ilda conta que o filho mora numa casinha modesta e vive da renda do lote. A família é vizinha de Delweck Matheus, dirigente estadual do MST, assentado na Agrovila 1. Márcio Silva, irmão de Gilberto e também ex-diretor da ONG, é cunhado de Matheus. As duas escolas do assentamento, que atendem 355 famílias, têm cursos de alfabetização de adultos mantidos pela prefeitura.

Ninguém conhece o trabalho do instituto, nem o analfabeto Altevino Vieira, 56 anos, que vende caldo de cana na porteira do seu lote. “Na minha idade não compensa mais aprender a ler”, lamenta. Conta que a Usina de Beneficiamento de Leite, inaugurada em março, a um custo de R\$ 800 mil - também liberados pelo MDA em parceria com a prefeitura -, ainda não funciona. O telefone do Itac em Brasília não respondia na sexta-feira.

Seu coordenador pedagógico, Tiago Manggini, responde também pelo setor educacional do MST. O Itac é considerado o braço educacional do MST, tanto que sua sede em Brasília funciona no prédio da direção nacional do movimento. Manggini também não foi encontrado. Na semana passada, rebateu denúncia de irregularidades na aplicação dos recursos do programa Brasil Alfabetizado - o instituto teria recebido verba para turma de alfabetização, sem iniciar as aulas.

INOCAR

O Assentamento Pirituba, do MST, gerou outra ONG, o Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar), criado na década de 90 para trabalhar com agricultura alternativa, segundo o engenheiro agrônomo Francisco Feitosa, que participou da fundação.

Ficou parado vários anos. Em 2006, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) decidiu colocar em vigor lei de 2001 que obriga o georreferenciamento dos imóveis para registro em cartório, ele foi “ressuscitado”, segundo Feitosa. “Mudaram o estatuto sem consultar a antiga diretoria e tornaram a ONG uma empresa.” Os imóveis com até 4 módulos rurais (80 hectares) serão georreferenciados às expensas do Incra.

Quando foi reativado, o Inocar funcionava no escritório do Incra de Itapeva, onde trabalha a mulher do dirigente do MST Delweck Matheus. Depois, abriu sede na cidade e uma filial em São Paulo. A ONG mantém ainda técnicos no 4º andar do prédio do Incra na capital. Matheus não retornou as ligações. O Inocar assinou convênios de quase R\$ 1,4 milhão com o MDA. Foram liberados R\$ 800 mil para “ação conjunta” em serviços de georreferenciamento de imóveis rurais e R\$ 454.507,00 para serviços de topografia e cartografia em lotes.

“Somos uma ONG sem fins lucrativos”, explica o presidente Ismael Rodrigues. Ele garante que não há ligação com o MST, embora sua família seja assentada na Agrovila 4, de Pirituba. Diz que o instituto cumpre o convênio. “Temos 100 áreas praticamente prontas.”

O engenheiro agrimensor Waldirley Ferreira, que trabalha há 18 anos no setor, estranha o Inocar. “Ele saiu do nada, não tinha nenhuma ligação com agrimensura.” Quando foi contratado pelo Incra, o instituto não tinha nem sequer registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Agora, prepara-se para alçar vôo maior: disputará o georreferenciamento em outros Estados. O Incra estabeleceu critérios mínimos, entre eles o da experiência anterior - e nisso poucos interessados terão condições de concorrer com o Inocar.

A vereadora Áurea Aparecida Rosa (PTB), de Itapeva, iniciou investigação sobre as ONGs, que, para ela, podem estar servindo para “facilitar” o repasse de recursos do governo para o MST.

Instituto não vê problema em ligação com o movimento – Estado de São Paulo – Nacional – 09/07/2007

Sorocaba

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César Oliveira, disse que não vê problema no fato de o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac) ser ligado ao Movimento dos Sem-Terra (MST). O Incra repassou recentemente R\$ 637 mil para o Itac fazer a capacitação de agricultores sobre a agroecologia. “Realizamos isso com outras organizações em todo o Brasil”, afirmou.

Segundo Oliveira, a parceria é feita quando o Estado e a organização não-governamental (ONG) têm objetivos concordantes. “Há uma concordância (com o MST) quanto ao objetivo de realizar a capacitação sobre o tema de agroecologia”, justificou ele.

O superintendente explicou que o valor repassado é parcial - o convênio todo monta a R\$ 1,2 milhão - e corresponde ao serviço já prestado pelo Itac. “Foram realizados 10 encontros estaduais e 8 nacionais sobre o tema.” Os encontros nacionais reúnem 50 pessoas e os cursos duram 10 dias. Já os estaduais envolvem 200 pessoas e têm duração de 5 dias.

A respeito da contratação do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar), o diretor da Divisão de Administração do Incra em São Paulo, Guilherme Cyrino Carvalho, disse que o georreferenciamento é um processo novo e o mercado está restrito a poucas empresas que têm preço muito caro, em torno de R\$ 6 mil por unidade.

“O Incra optou por trabalhar com institutos que não têm como foco o interesse comercial, pois isso barateia os custos.” De acordo com Carvalho, foi exigido que o Inocar contratasse corpo técnico com competência para o serviço. Ele confirmou que o instituto já recebeu R\$ 800 mil referentes ao valor de todo o serviço - 600 imóveis a um custo de R\$ 1.335 cada. Ressaltou, entretanto, que o serviço tem de ser concluído no prazo - o convênio acaba em setembro - e é obrigatório prestar contas.

Sobre a ligação do Inocar com o MST, disse que “não é de se estranhar que o Inca tenha relação com os movimentos sociais, porque é com quem a gente sempre se relaciona”.

Agronegócio é foco de tensão da reforma agrária na AL - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 09/07/2007

Do sul do Chile ao interior do Espírito Santo, passando pelas terras baixas da Bolívia, a reforma agrária vive um período de mudanças na América Latina. Não se trata mais de mirar só o latifúndio improdutivo, alvo preferencial das campanhas de redistribuição de terra nos anos 60 e 70. A tendência, segundo especialistas, é que foco dos defensores da reforma se volte cada vez mais para a propriedade do agronegócio, produtiva e rentável. Essa visão tem sido fomentada pela retórica anti-capitalista dos governos venezuelano e boliviano.

"O agronegócio está praticamente em todos os países latino-americanos. E o processo de concentração de terra por meio desse setor é mais rápido que a reforma agrária", avalia o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, coordenador do grupo de trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clasco) e consultor da Comissão Pastoral da Terra no Brasil e na Guatemala.

Fernandes, autor de um estudo recente para o Ministério da Agricultura da Argentina sobre concentração de terra, diz que entre os setores do agronegócio que mais se expandem na região estão os da soja (Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai), florestas para a indústria da madeira e papel (Brasil, Argentina e Uruguai), cana-de-açúcar (Brasil e Colômbia) e laranja e banana (Brasil e América Central).

A expansão da indústria agropecuária na região tem um papel destacado na melhora do quadro macroeconômico dos países, trazendo divisas a partir da exportação de commodities, dizem os advogados do agronegócio. Mas os defensores da reforma agrária argumentam que além de a riqueza produzida pelo setor não ficar na zona rural, a quantidade de terras agricultáveis disponíveis para a reforma cai à medida que grandes propriedades se expandem. O argumento que ganha força na região é: governos devem levar em conta não só se uma área é produtiva, mas se cumpre uma "função social", servindo à população do entorno, diz Fernandes. "Se há um município onde, por exemplo, 80% das terras pertencem a uma empresa é preciso dividir essa terra."

"O que se vê hoje não tem nada a ver com a reforma agrária dos anos 60, que era um ataque ao latifúndio improdutivo", diz José Graziano, diretor-regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

"Hoje há uma tentativa, por parte de comunidades, como por exemplo a dos mapuches, no sul do Chile, de retomada de áreas que são de grandes empresas de plantio de pinheiros pinus." Segundo ele, exemplos semelhantes ocorrem no Peru e no Brasil, em particular no Espírito Santo, onde remanescentes de quilombolas e índios brigam pela posse de parte da área onde hoje está a Aracruz Celulose. "Os grupos que defendem a reforma agrária querem voltar a um estilo de vida mais rural, e não necessariamente tocar negócios agrícolas", diz Graziano.

Mas numa região onde a produção agrícola é um dos pilares das economias nacionais, quem estaria disposto a comprar briga com o agronegócio em nome da redistribuição de terras? Nos últimos anos, Bolívia e Venezuela reviveram o tema com a

aprovação de leis de reforma agrária (em 2001 e em 2006, respectivamente). Ambos já passaram por reformas nos anos 50 e 60. Assim como eles, Peru, Chile, Colômbia e outros fizeram reforma na época. Muitos sob pressão dos EUA, que queria evitar mobilizações populares ao estilo do que ocorrera em Cuba.

Na Bolívia, o governo do presidente Evo Morales vem regularizando títulos terras e concedendo títulos de posse, principalmente para para famílias indígenas pobres. Segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), uma das metas é recuperar terras públicas ocupadas por proprietários rurais. Mesmo áreas produtivas que tenham documentação de posse irregular podem ser revertidas para redistribuição. A política assusta fazendeiros, entre eles os cerca de 800 brasileiros do setor agropecuário no país. Para a Confederação Agropecuária Nacional, a disposição do governo pode provocar uma redução de financiamentos a áreas produtivas, diminuição da produção e desabastecimento.

No caso da Venezuela, o novo impulso que o presidente Hugo Chávez dá à reforma agrária passa pela criação de vilas comunitárias e por cooperativas apoiadas pelo governo. Chávez tem como meta acabar com os latifúndios no país até o início da próxima década e aumentar a produção de alimentos. As terras alvo da reforma agrária são as improdutivas, as usadas meramente para a especulação e as sub-aproveitadas. Fazendeiros locais também se dizem preocupados e já acusaram Chávez de apoiar invasores de terra e de promover "terrorismo agrário".

Apesar dos discursos e propostas, nem nesses países houve um avanço real sobre o agronegócio, diz Fernandes, para quem a meta deveria ser não uma luta contra as empresas agropecuárias, mas um esforço para que pequenos e grandes proprietários vivam juntos.

Mas, enquanto o moderno agronegócio aumenta sua importância nas economias latino-americanas, problemas fundiários permanecem, diz Jacques Choncol, ex-ministro da Agricultura do Chile no governo Salvador Allende e professor da Universidade de Arcis, em Santiago. "A América Latina ainda é tem muita concentração de terra e grande quantidade de camponeses pobres. E precisa de reforma agrária."**(Com agências internacionais)**

MST cobra cestas básicas e fecha 4 rodovias no Sul - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/07/2007

Para líder, repasses de alimentos do governo foram insuficientes

O Movimento dos Sem-Terra (MST) bloqueou quatro rodovias no Rio Grande do Sul na manhã desta segunda-feira para pedir a liberação de cestas básicas ao governo federal. "A remessa de alimentos tem sido irregular", reclamou um dos coordenadores do movimento no Estado, Mauro Cibulski. "Os acampamentos estão sem comida."

No mesmo protesto, os sem-terra também exigiram maior agilidade na reforma agrária. Lembraram que o governo Luiz Inácio Lula da Silva assentou apenas 744 famílias em quatro anos e meio e que outras 2,5 mil continuam vivendo sob barracos à beira de estradas em diversas regiões do Estado.

Segundo o MST, os repasses de cestas básicas ficaram incompletos em maio e junho e ainda não começaram em julho. É a segunda vez em pouco mais de um mês que os sem-terra se mobilizam por esse motivo. Em 6 de junho, cerca de 200 pessoas invadiram armazém da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e só saíram mediante promessa de que haveria remessa emergencial de alimentos.

Desta vez os sem-terra foram protestar nas estradas e interromperam o tráfego na BR-368, em Nova Santa Rita; na RS-168, em Bossoroca; na BR-392, em Tupanciretã; e na BR-116, em Pedro Osório. Somados, os grupos reuniram cerca de mil pessoas, segundo cálculo do MST. Em todas as manifestações, os sem-terra interromperam a passagem de caminhões e automóveis e liberaram o tráfego a cada meia hora, o que evitou a formação de grandes congestionamentos.

Os bloqueios foram suspensos ao meio-dia, quando a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) convocou reunião com representantes do MST, da Conab e do governo do Estado. No encontro, no fim do dia, sem-terra foram informados de que a Conab enviará cestas emergenciais aos acampamentos no próximo final de semana. “Podemos voltar às mobilizações se o acordo não for cumprido”, avisou Micheline Oliveira, da coordenação estadual do MST.

Acampamento éalvo de atiradores no interior de SP - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 10/07/2007

Quatro homens numa caminhonete Toyota preta dispararam quatro vezes contra o acampamento Che Guevara, de dissidentes do Movimento dos Sem-Terra (MST), ontem de madrugada, em Assis, no oeste do Estado de São Paulo. A área, do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), tinha sido invadida na sexta-feira por 40 militantes ligados ao líder José Rainha Júnior, como parte das ações do “inverno quente”.

Segundo o coordenador Luciano de Lima, os sem-terra estavam dormindo quando foram feitos os primeiros disparos. A lona de uma barraca foi atingida, mas ninguém ficou ferido. “O pessoal acordou e, quando estava se reunindo, a caminhonete voltou”, contou o líder. Houve correria e os ocupantes do veículo fizeram novos disparos, mas não acertaram ninguém.

No MS, 20 índios foram mortos apenas este ano – O Globo – O País – 10/07/2007

Líder dos guarani-kaiowá, que participou de invasão de fazenda, foi atingido por cinco tiros

CAMPO GRANDE. O índio Ortiz Lopes, de 46 anos, foi assassinado na porta de sua casa, domingo à noite, na cidade de Coronel Sapucaia, no sul de Mato Grosso do Sul. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), é o 20 o índio assassinado no estado apenas este ano, na luta pela posse da terra. Ortiz era o principal líder dos 2,5 mil índios guaranikaiowá que vivem na Kurussu Ambá, área indígena localizada entre os municípios de Amambai e Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai.

Ortiz foi atingido por cinco tiros. A mulher dele, Marluce Pereira Lopes, de 34 anos, ouviu o assassino dizer, enquanto atirava: — Os fazendeiros mandaram acertar contas com você.

A PF de Ponta Porã já abriu inquérito para investigar a morte, em janeiro, da líder religiosa Xurete Lopes, de 70 anos, durante a desocupação da Fazenda Madama, que pertenceria aos índios e que atualmente está ocupada por fazendeiros.

A área vizinha a Kurussu Ambá é reivindicada pelos índios e foi ocupada novamente em maio, mas sem registro de incidentes. Ortiz estava com o grupo de índios que promoveu as invasões e se tornou o líder mais importante dessa comunidade porque o cacique Francisco Ernandes foi preso.

Técnicos do governo visitam Rainha – Estado de São Paulo – Nacional – 11/07/2007

Assessores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciaram ontem visita de dois dias ao Pontal do Paranapanema (SP) para analisar o projeto de produção de biodiesel proposto pelo líder dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior. Ele disse que a organização da luta pela terra vai ficar “de lado” esses dias para que possa retomar a negociação do projeto com o governo federal. “Nossa preocupação é criar um projeto alternativo para as famílias assentadas do Pontal”, disse.

Índios invadem fazenda na Bahia em protesto contra transposição - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2007

Cerca de 300 tumbalalás ocupam fazenda onde estão previstas barragens

Cerca de 300 integrantes da tribo Tumbalalá invadiram, na madrugada de ontem, a Fazenda Palestina, em Curaçá (BA), a 593 quilômetros de Salvador, divisa com Pernambuco, às margens do Rio São Francisco. No local, está prevista a construção de duas barragens durante as obras de transposição.

Os tumbalalás, que habitam a aldeia Pambu, nas proximidades da fazenda, reivindicam a área onde serão realizadas as obras e temem que a transposição afete a pesca e a agricultura, principais fontes de renda dos índios. “Estamos perdendo nossas áreas e

vamos ter prejuízos com a transposição”, afirma a líder da aldeia, Maria José Marinheiro. De acordo com ela, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, visitou a tribo e prometeu melhorias para os índios, com a instalação de redes de saneamento básico. “Já explicamos a ele que essas melhorias não podem ser condicionadas à transposição, já que são obrigações do Estado, e que somos contrários à obra”, afirma Maria José. As intervenções para construção das barragens ainda não foram iniciadas no local.

A manifestação ocorre duas semanas depois de índios da tribo Trucá invadirem, na outra margem do São Francisco, a área onde tiveram início as obras de transposição, na zona rural de Cabrobó (PE). Os trucás deixaram a área na quinta-feira e as obras foram reiniciadas no fim de semana.

PROJETO CRITICADO

Desta vez, a crítica saiu de dentro do governo. A 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar aprovou pedido para que o governo federal suspenda imediatamente as obras de transposição do São Francisco.

Organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), a conferência tem representantes do governo e da sociedade civil, mas os governistas perderam feio na votação do documento final do encontro.

Por ser um conselho vinculado à Presidência, a distribuição do material sobre a conferência causou situação inusitada: o texto para a imprensa divulgando as críticas sobre a transposição foi enviado por e-mail do próprio Palácio do Planalto.

O Consea é formado por um terço de conselheiros do governo e dois terços de conselheiros da sociedade e pretende ser um órgão consultivo, que assessoria a Presidência da República na formação de políticas de segurança alimentar. Já a conferência, com 1,8 mil delegados, tem uma formação parecida, mas onde o governo tem ainda menor influência.

“Respeito a manifestação do Consea, mas ele é só um órgão consultivo e não deliberativo. O governo acata algumas sugestões do Consea, outras não. Esta, com certeza, não será acatada”, reagiu Geddel.

COLABORARAM LISANDRA PARAGUASSÚ e MOACIR ASSUNÇÃO

Após mais de um ano, Via Campesina desocupa área da Syngenta no Paraná -
Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2007

As 70 famílias que invadiram a Estação Experimental da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, no oeste do Paraná, começaram a desmontar o acampamento e a deixar o local na tarde de ontem. Eles acataram ordem de reintegração de posse expedida pelo juiz da 1ª Vara Cível de Cascavel, Fabrício Priotto Mussi. O juiz concedeu prazo até ontem para que o governo do Estado realizasse a retirada das famílias, se necessário com o uso de força policial, caso contrário o governador Roberto Requião (PMDB) seria obrigado a pagar multa diária de R\$ 2 mil.

Requião entrou com agravo de instrumento, no Tribunal de Justiça, com a intenção de rever a obrigatoriedade do pagamento da multa.

O advogado Darci Frigo apresentou pedido de maior prazo - pelo menos sete dias - para a saída dos sem-terra. Anteontem, o juiz já tinha recusado pedido semelhante.

A advogada da Syngenta, Rogéria Dotti, reclamou da lentidão na saída. “O prazo é para desocupação completa.”

A área foi invadida em 14 de março do ano passado. A Via Campesina alegou que a propriedade ficava dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu e, portanto, estaria contrariando a legislação ao produzir transgênicos. O Ibama aplicou multa de R\$ 1 milhão à empresa, justificando que não tinha licenças ambientais. A Syngenta recorreu. Disse que respeita a legislação.

O governador Requião chegou a desapropriar os 127 hectares da área, mas o decreto foi considerado inconstitucional pela Justiça. As famílias vão para o Assentamento Olga Benário, perto da propriedade.

Grupos rivais de sem-terra disputam lotes – Folha de São Paulo – Brasil – 12/07/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO - Com foices nas mãos, sem-terra ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e ao MLST (Movimento da Libertação do Sem Terra) montaram "barricadas" ontem na fazenda da Barra, em Ribeirão Preto. Eles disputam a posse dos lotes que serão demarcados pelo Incra. A propriedade foi considerada improdutiva em 2000 e invadida primeiro pelo MST e depois pelo MLST.

Contra desocupação, sem-terra fecham estrada e provocam caos no Pará - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 13/07/2007

Um grupo de 400 sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) causou tumulto ontem, por mais de três horas, na região metropolitana da capital paraense. Eles fecharam a rodovia BR-316, à altura do quilômetro 30, no município de Benevides, em protesto contra o cumprimento pela Polícia Militar de 49 mandados judiciais para a desocupação de fazendas.

Os sem-terra provocaram um engarrafamento de mais de 15 quilômetros, nos dois sentidos da rodovia federal. Pneus e galhos de árvore foram queimados pelos manifestantes e a Polícia Militar teve de ser chamada para conter o grupo e permitir a passagem dos motoristas.

“Não tem reforma agrária e tudo o que o Incra faz é para enganar os agricultores”, disse o coordenador estadual da Fetraf, Raimundo Nonato Coelho de Souza. “A governadora do Estado, Ana Júlia Carepa, foi eleita para apoiar e fazer a reforma agrária, não para ceder à pressão dos fazendeiros”, criticou Souza.

LIBERAÇÃO

Depois de muitas discussões, uma comissão reunindo representantes do governo estadual, da Polícia Militar e do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) conseguiu negociar a liberação da estrada.

Em troca, a comissão prometeu encontrar uma alternativa para amparar as famílias despejadas a mando da Justiça. A reunião para tratar do assunto será promovida na próxima terça-feira, na Vara Agrária do município de Castanhal.

“Se não cumprirem a promessa, fecharemos novamente a rodovia, agora em pontos diferentes”, ameaçou o coordenador estadual da federação.

'Lula não manda nada', ataca Stédile - Miguel Portela – Estado de São Paulo – Nacional – 13/07/2007

Líder do MST diz que os sem-terra se iludiram com o presidente

Em discurso ontem na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em Cascavel - durante a 6ª Jornada de Agroecologia, promovida pelo Movimento dos Sem-Terra e Via Campesina -, João Pedro Stédile, um dos principais líderes do MST, disse que o latifúndio deixou de ser o principal inimigo do movimento. Ele elegeu outros adversários: empresas transnacionais, o agronegócio e o governo Lula, na luta pela reforma agrária e mudança do modelo econômico.

“Antes era o latifúndio, agora são as empresas transnacionais que exploram as nossas riquezas e levam para fora do País”, afirmou Stédile, referindo-se a multinacionais como Cargil, Bunge e Monsanto. Segundo ele, as empresas que dominam o agronegócio brasileiro enviaram para o exterior cerca de US\$ 4 bilhões entre janeiro e junho deste ano, enquanto a reforma agrária necessitaria de US\$ 1 bilhão para ser executada pelo governo. De acordo com o MST, existem 4 milhões de famílias sem-terra no Brasil. A maioria, segundo o movimento, vive em acampamentos precários.

Para Stédile, a reforma agrária no governo Luiz Inácio Lula da Silva está muito longe da expectativa dos movimentos sociais. “O MST se iludiu com o Lula porque ele não manda nada, vive viajando. Quem manda nesse País são os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Por isso, a reforma agrária não avança.”

Para ele, o Estado fez uma “aliança” com o agronegócio e cria leis para protegê-lo. “O Lula fica quieto porque recebeu dinheiro de campanha das empresas transnacionais”, acusou.

Stédile admitiu que o MST vive um momento adverso, mas garantiu que o movimento não abandonará a luta pela mudança na política econômica, a qual, segundo ele, é o principal entrave da reforma agrária do governo Lula. “Vamos continuar as ocupações de terra.”

MST cobra apoio à agroecologia – Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2007

Dez movimentos sociais, entre eles Via Campesina e Movimento dos Sem-Terra, apresentaram ontem, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Cascavel, carta cobrando a criação de políticas públicas à agroecologia. O documento apresenta 10 reivindicações, como o estímulo à produção agroecológica, fortalecimento da educação no campo e combate ao plantio de transgênicos e uso de agrotóxicos. A carta elaborada pelos participantes da 6ª Jornada Nacional de Agroecologia foi entregue a autoridades presentes, como o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB).

Começam preparativos para a 4ª Feira de Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 13/07/2007

Na próxima semana, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), dá início ao ciclo de reuniões para planejar nos estados os detalhes da 4ª Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. O evento, que acontece todo ano em Brasília, está confirmado para outubro. A feira deve reunir cerca de 500 expositores, entre individuais e organizados em cooperativas, associações e outras entidades da agricultura familiar e reforma agrária.

Encontros simultâneos em diversos estados, nos dias 17 a 19 deste mês (veja o quadro), vão reunir representantes do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (DEGRAV), responsável pela organização do evento, delegados do MDA, representantes dos governos estaduais, Empresas Estaduais de Assistência Técnica e

Extensão Rural (Emater), movimentos sociais, bancos, Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e outros parceiros.

Além de apresentar o projeto da Feira, o objetivo dos encontros é também criar uma coordenação estadual que vai ter como tarefa principal a seleção dos empreendimentos da agroindústria e artesanato da agricultura familiar e reforma agrária, a serem expostos no evento de outubro. Segundo o coordenador da Feira, José Batista, a meta é garantir o mínimo de cinco empreendimentos por estado, sendo que 30% deles deverão ser de produção orgânica ou agroecológica.

Os representantes de empreendimentos interessados em concorrer ao espaço devem procurar as Delegacias Federais do MDA nos estados de origem. O critério básico para concorrer à vaga é que sejam empreendimentos oriundos de projetos enquadrados no Pronaf.

Evento cresce a cada ano

Idealizada com o objetivo de promover, divulgar e comercializar os produtos desse importante setor da economia brasileira – a agricultura familiar e a reforma agrária –, a Feira estreou em 2004 com 277 expositores de 21 Unidades da Federação. No ano seguinte, esse número saltou para 486 empreendimentos de todos os estados e do Distrito Federal. Em 2006, participaram 500 empreendimentos provenientes de todo o País.

Segundo José Batista, os resultados desse esforço têm sido expressivos. Em três anos de evento, houve um público que ultrapassa 120 mil pessoas. O volume de negócios realizados nas três edições da Feira ultrapassou R\$ 28 milhões – sendo R\$ 22 milhões nas rodadas de negócios e R\$ 6 milhões em vendas nos estandes.

Data	Estados
17/07	Tocantins, Amazonas, Paraíba, Ceará, Alagoas, Minas Gerais
18/07	Goiás, Maranhão, Rondônia, Sergipe, Espírito Santo e Mato Grosso
19/07	Distrito Federal, Piauí, Roraima, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina

Excepcionalmente, nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, as datas das reuniões foram antecipadas em função de agenda das entidades contatadas.

Preço de desapropriação deveria ser ligado a imposto, diz presidente do Incra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/07/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Para Rolf Hackbart, presidente nacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a declaração do ITR deveria estar atrelada a um eventual processo de desapropriação da área.

Ou seja, o governo pagaria pela terra o valor referente à declaração mais recente do proprietário.

Hoje, como o imposto é autodeclaratório e não há mecanismos eficientes de fiscalização e de cadastro de terras, o proprietário pode, em tese, subestimar o valor de área na declaração (para pagar menos imposto) e supervalorizá-la na Justiça numa ação de desapropriação de reforma agrária.

"O ITR deveria ter essa vinculação [entre declaração e desapropriação]. Hoje o valor arrecadado é pífio e cai direto num caixa do governo, sem uma aplicação direta à reforma agrária", disse Hackbart.

Na mesma linha vai Gérson Teixeira, ex-presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Segundo ele, a queda de arrecadação está ligada ao "pouco entusiasmo" da administração federal em torno do ITR.

Já a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) cita o fracionamento dos imóveis rurais e, principalmente, o aumento da produtividade nas áreas -quanto mais produtiva, menos ITR se paga.

"De 1997 pra cá, houve uma massificação da reforma agrária, o que trouxe um receio dos proprietários com as desapropriações e as invasões de terra. Isso fez com que todos aumentassem suas produções", afirmou o assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA, Anaximandro Doudement.

Para ele, seria "inconstitucional" colocar em prática a idéia do Incra de vincular a declaração de valor da propriedade com a desapropriação. "A Constituição deixa claro que a indenização [para fins de reforma agrária] deve ser justa e prévia. De qualquer forma, a CNA não recomenda que os proprietários subestimem o valor de suas áreas para pagar menos imposto", afirmou. **(ES)**

Documentário resgata história da primeira ocupação de terra no RS – Sítio Eletrônico do MST – 16/07/2007

O documentário "Sarandi" [\[clique aqui e veja o trailer\]](#), dos diretores Carlos Carmo e Ayrton Centeno, é uma rememoração da ocupação de terra ocorrida no dia 7 de setembro de 1979, quando um grupo de 185 famílias Sem Terra ocupou as granjas Macali (1.630 hectares) e Brilhante (1.433 hectares), duas fatias de um imenso latifúndio, a Fazenda Sarandi, no Norte gaúcho. O documentário é baseado em uma película de 30 minutos gravada em super-8 naquele ano, e que nunca fora exibido, o "Fazenda Sarandi".

A ocupação da Fazenda Sarandi foi a primeira ocupação de terra no Rio Grande do Sul, realizada ainda durante a Ditadura Militar, antes mesmo do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que só veio a surgir em 1984.

O documentário "Sarandi" explica de onde vieram as famílias que participaram da ação e a razão dessa ocupação, mostrando como está hoje o assentamento e a produção dessas famílias. "Mas mais do que isso, mostra a relação das pessoas com a terra e o entendimento que elas têm da importância da ocupação e de como é possível gerar renda através da agricultura familiar", afirma um dos diretores Carlos Carmo.

Para Carmo “é preciso entender também a consequência dessa ocupação para toda aquela região”. Ele afirma que a idéia do documentário é contar a história de coragem daquelas famílias, que mesmo após 28 anos, continuam representando muito para a história dos trabalhadores Sem Terra. “Esse ato de coragem ainda é muito importante para as pessoas e para as famílias envolvidas”, diz.

Para fazer o trabalho, os diretores exibiram o documentário de “Fazenda Sarandi” de 1979 para os assentados remanescentes da ocupação, que ficam nos assentamentos Brilhante e Macali I e II. “A sessão serviu de base para a produção do documentário que fizemos agora”, afirmou Carmo. “Foi uma emoção só”, disse.

O documentário “Sarandi” tem 24 minutos. É uma produção da Casanova Filmes e tem apoio do Apoio NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA. A previsão é lançar o documentário por volta do dia 7 de setembro, data em que a ocupação completa 28 anos.

História

O filme de 1979, “Fazenda Sarandi” – filmado em super-8, montado, mas nunca exibido - é, provavelmente, o mais antigo documento em filme sobre a ocupação. Ele conta a história da ocupação da Fazenda Sarandi, no Rio Grande do Sul. O episódio ajudou a estimular, com sua audácia, a resistência de outro acampamento, bem mais conhecido, o de Encruzilhada Natalino, na mesma região. Um dos principais personagens do documentário original, que organizou a ocupação é o João Pedro Stedile, que na época era um técnico da Emater.

MST volta a invadir fazenda no Paraná – Estado de São Paulo – Nacional – 17/07/2007

Cerca de 150 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) retornaram ontem à Fazenda Araçá, em Marmeleiro (PR), a 470 quilômetros de Curitiba, de onde haviam sido retirados na quinta-feira, após um ano de ocupação. Um dos funcionários da propriedade prestou queixa na delegacia local, dizendo que foi mantido como refém por três horas. O MST alega que a área pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ianomâmi se recusa a receber transplante – Estado de São Paulo – Nacional – 17/07/2007

Um índio ianomâmi que estava internado desde fevereiro na Fundação Instituto de Medicina Tropical de Manaus, com cirrose hepática, não admitiu ser submetido a um transplante de fígado, marcado para hoje. Segundo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), não há como obrigar o índio a passar pela cirurgia, apesar da gravidade do quadro. O paciente assinou um termo de responsabilidade e volta hoje para a sua aldeia, a 630 quilômetros de Manaus.

Políticos do Pará protestam e pressionam ministro do Trabalho contra operações que reprimem exploração Evandro Éboli

BRASÍLIA. Um grupo de políticos e empresários do Pará está pressionando o Ministério do Trabalho para rever a autuação da empresa Pará Pastoril e Agrícola (Pagrisa), acusada de expor funcionários à condição análoga ao trabalho escravo. A operação do Grupo Móvel de Fiscalização, que há duas semanas libertou 1.108 funcionários da fazenda, foi a maior realizada até hoje pelos auditores. Numa reunião tensa e constrangedora, ocorrida na última quinta-feira, no gabinete do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, parlamentares paraenses acusaram o governo de ter exorbitado na ação.

Na comitiva, estava o deputado Paulo Rocha (PT-PA), um dos autores da proposta de expropriação das terras onde são flagrados casos de trabalho escravo, que tramita na Câmara. Ele é o coordenador da bancada do Pará no Congresso Nacional. A Pagrisa é a maior produtora de açúcar e álcool do estado e fica em Ulianópolis, a 450 quilômetros de Belém.

Presidente da Pagrisa mostra vídeo a Lupi O presidente da Pagrisa, Marcos Zancaner, e o presidente da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), José Conrado, também participaram do encontro. Zancaner chegou a exibir um vídeo institucional sobre a empresa para Lupi.

Durante o encontro, o senador Flexa Ribeiro (PSDBPA), o mais exaltado, discutiu com a secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, coordenadora do Grupo Móvel. Ele a acusou de ser a responsável pela ação dos fiscais na Pagrisa.

— A reunião foi tensa, evidente. Queremos que o ministro apure se houve excesso dos fiscais. Discutimos sim. A secretária defendeu o ponto de vista dela, e sempre negava tudo — disse ontem Flexa Ribeiro.

Os auditores constataram que os colhedores de cana-deaçúcar trabalhavam e viviam em condições degradantes. Os fiscais encontraram diversas irregularidades, como alojamentos superlotados, jornada excessiva de trabalho e falta de água potável. O valor das indenizações a serem pagas aos trabalhadores chega a R\$ 1,8 milhão. A Pagrisa ainda deverá ser multada e pode ser incluída na chamada lista suja do trabalho escravo.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), também presente na reunião, fez duros ataques ontem às ações dos fiscais do ministério e também a Ruth Vilela.

— Foi uma ação premeditada. A secretária Ruth é a cascavel do grupo. Aquela ação foi uma palhaçada. Estão fabricando gente que vive como escravo no Brasil. É tudo um exagero — disse Segundo Flexa Ribeiro e Giovanni Queiroz, o deputado Paulo Rocha, na reunião, disse que, apesar de ser autor da proposta que endurece o combate ao trabalho escravo, estaria havendo exageros na aplicação da atual legislação. O GLOBO procurou ontem Paulo Rocha.

Sua assessoria informou que ele estava viajando e que retornaria a Brasília à noite.

Direção da empresa nega qualquer irregularidade No encontro no gabinete de Lupi, Ruth Vilela teria dito que a reunião teve caráter de “tribunal sumário”.

A direção da Pagrisa negou qualquer irregularidade, afirmando que todos os seus 1.600 empregados têm carteira assinada. A empresa informou ainda que os 27 alojamentos têm instalações sanitárias e um refeitório para servir aos trabalhadores.

O Ministério do Trabalho informou, por intermédio de sua assessoria de imprensa, que Carlos Lupi apenas atendeu a um pedido de audiência dos parlamentares e que se comprometeu a apurar se houve abusos da fiscalização.

De acordo com a assessoria, não é comum encontros entre o ministro com empresas autuadas, mas que, diante da repercussão do caso, Lupi decidiu recebê-los.

Ruth Vilela, que já havia decidido deixar a secretaria antes desse episódio, preferiu não comentar o assunto.

MST invade prefeitura para cobrar seguro – Estado de São Paulo – Nacional – 18/07/2007

Cerca de 600 sem-terra ocupam desde anteontem a sede da Prefeitura de Canindé, a 120 quilômetros de Fortaleza. Eles cobram o pagamento das parcelas atrasadas do seguro safra deste ano. Uma reunião foi realizada com o prefeito da cidade, Antônio Glauber Gonçalves Monteiro (PP), mas não houve avanço nas negociações. Grupo de manifestantes e representantes da prefeitura será recebido hoje pelo secretário do Desenvolvimento Agrário do Ceará, Camilo Santana. Segundo o Movimento dos Sem-Terra, os agricultores só receberam a parcela de maio do seguro.

Syngenta recebe hoje propriedade invadida – Estado de São Paulo – Nacional – 18/07/2007

Um ano e quatro meses após a invasão da Estação Experimental da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR), a multinacional deve retomar hoje a sua posse. “Esperamos que desta vez respeitem o que diz o Judiciário”, afirmou um dos advogados da empresa, Francisco Zardo. Os últimos integrantes do MST e da Via Campesina saíram ontem, 7 dias após o prazo estipulado pela Justiça. Como o governo do Paraná não cumpriu a reintegração no prazo fixado, a multa acumulada até ontem era de R\$ 14 mil (R\$ 2 mil por dia) a ser creditada ao governador Roberto Requião (PMDB).

Senador suspeita de abuso em ação no PA – Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2007

O Ministério do Trabalho analisa pedido para abrir processo administrativo e apurar eventuais abusos cometidos pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo durante operação, no fim do mês passado, que encontrou mais de 1,1 mil trabalhadores em condições degradantes na empresa Pará Pastoril Agrícola (Pagrisa), em Ulianópolis (PA). O número de trabalhadores resgatados foi recorde. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou o fato de a empresa haver sido multada por “trabalho degradante”. Ele disse que visitou a Pagrisa e não encontrou nenhuma irregularidade.

Projeto fixa limites para jornada de trabalho no campo – Sítio Eletrônico do MST –
20/07/2007

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que fixa limites para a jornada de trabalho no campo. O projeto (PLS 426/07) altera a lei que estabelece normas reguladoras do trabalho rural (Lei 5.889/73) para, entre outras propostas, definir que "a duração normal do trabalho, para o empregado rural, não será superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho".

Uma outra modificação determina que o intervalo obrigatório para repouso ou alimentação, já previsto na lei no caso de qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda seis horas, "será de no mínimo uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder duas horas".

Segundo a autora da proposta, a iniciativa tem por finalidade assegurar tratamento isonômico a todos os trabalhadores, sejam eles urbanos ou rurais. Lúcia Vânia destaca que a Constituição garante, no artigo 7º, a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos, mas ressalva que "a prática, em geral, revela um tratamento muito mais severo para os camponeses".

A parlamentar também lembra que, em recente audiência realizada no Senado, discutiram-se os abusos cometidos contra trabalhadores rurais, como os que ocorrem nas plantações de cana-de-açúcar. A proposição tramita na CAS em decisão terminativa.

A ilha de Marambaia – Denis Lerrer Rosenfield - Estado de São Paulo – Espaço Aberto –
23/07/2007

A invenção de quilombolas está se tornando uma perigosa prática nacional. Tanto mais perigosa porquanto encontra respaldo jurídico num decreto presidencial de 2003 e apoio político-administrativo em órgãos como o Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura. Ora, um decreto presidencial, ato administrativo do Poder Executivo, não poderia regulamentar um artigo constitucional, o 68, que dispõe sobre os quilombos, requerendo uma lei complementar, cuja aprovação é atribuição do Poder Legislativo. Por outro lado, órgãos como o Incra e a Fundação Palmares se tornaram ideologicamente engajados, tendo como objetivo central relativizar a propriedade em nome de supostas funções raciais e sociais, atentando, inclusive, contra o Estado de Direito.

O decreto estipula a autodefinição enquanto critério da negritude e a conseqüente auto-atribuição de terras e propriedades rurais e urbanas como condições de desapropriação. O arbítrio da autodefinição e da auto-atribuição se torna, então, a regra de ações ditas quilombolas, não sendo necessário, por exemplo, que essas pessoas residam nesses locais. Ou seja, não é necessária a existência de quilombos, como estipula a Constituição. Não seria a primeira vez na História que ações "legais" atentam contra o Estado de Direito, numa deriva autoritária que pode pôr em questão os fundamentos mesmos da democracia representativa.

A Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro, para quem não a conhece, é uma base dos fuzileiros navais. Um local esplêndido. A União comprou-a por “95 contos de réis” em 1905 e a transferiu para a Marinha em 1906. O seu título de propriedade remonta à fazenda do comendador Breves, tudo estando devidamente documentado. Em função de vicissitudes históricas do Estado brasileiro, em 1938 lá funcionou uma escola de pesca, desativada em 1971. Em 1981, foi instalado o Centro de Adestramento dos Fuzileiros Navais, encarregado do treinamento de seus membros. Está aos seus cuidados a conservação da ilha, que em nada interfere no que diz respeito às suas atividades propriamente militares. Trata-se de uma magnífica reserva ecológica, que vem sendo cuidadosamente preservada pela Marinha, com mata nativa e toda uma fauna e uma flora riquíssimas. Universidades lá realizam pesquisas. Não há plantações nem cultivo de espécie alguma. É quase um milagre que essa conservação tenha sido garantida, haja vista a destruição ambiental ocorrida em outras ilhas ao redor.

Mas nem milagres parecem resistir à arbitrariedade. Um grupo orientado por uma ONG, cuja direção é formada por pastores e bispos metodistas, anglicanos e presbiterianos, fomenta e reclama essa área como “quilombola”, tendo como respaldo o Decreto Presidencial 4.887. Habitam a ilha, além dos fuzileiros, 106 famílias, que vivem basicamente da pesca, de cesta básica, Bolsa-Família e aposentadorias. Até a intervenção dessa ONG não havia conflitos “raciais” na ilha. Aliás, sua população é completamente miscigenada, algo tipicamente brasileiro, segundo diversos matizes, vivendo em pequenas áreas costeiras. Suas moradias têm cerca ao redor, configurando, assim, a sua posse. Nada mais simples, do ponto de vista social, do que conceder direitos reais de uso a essas famílias em suas áreas respectivas, já delimitadas. Aliás, essa é proposta da própria Marinha.

Ora, o que quer essa ONG, com o apoio da Fundação Palmares e do Incra? Nada menos que 16 milhões de metros quadrados para 106 famílias, tornando-as “proprietárias” de praticamente metade da ilha e de quase toda a sua baía. Mas o que pretendem realmente? Tomar posse de paredes rochosas e da mata nativa? Destruir a reserva ambiental para lá “plantar” alguma coisa? Ou talvez, sob o belo nome de “turismo étnico”, dar início à especulação imobiliária? O que está realmente por trás de tudo isso? Há laudos ambientais segundo os quais não é aconselhável a ocupação humana dessa área de preservação, objeto precisamente dessa ação “racial”.

É curioso que o “laudo racial” que serviu de base para instrução do processo junto à Fundação Palmares e ao Incra tenha sido feito pela própria ONG. Ela seria simultaneamente parte, “juíza” e incentivadora de tudo o que acontece, estando milagrosamente em todos os lugares ao mesmo tempo, numa ubiqüidade ideológica digna de seres que agem segundo uma “causa” tida por “absoluta”. Ela fornece, assim, os “relatórios técnico-científicos”, que deveriam ser mais apropriadamente denominados “técnico-ideológicos”, como se, dessa maneira, a legalidade estivesse sendo preservada.

Imaginem o que - se nem a Marinha é respeitada - poderia bem acontecer com os pequenos proprietários rurais e urbanos, confrontados com “reivindicações raciais” dessa espécie. Quem os defenderia? Há todo um símbolo aqui em jogo. Se a Ilha de Marambaia for desapropriada, a mensagem passada é a seguinte: se nem as Forças Armadas resistem a

nós, o caminho está aberto a novas ações que podem reformatar completamente as relações de propriedade e, mesmo, partes inteiras do território nacional. Um trabalho preliminar, nesse sentido, já foi feito pela Universidade de Brasília, que construiu um “mapa racial” brasileiro, que serve de orientação para as ações ditas quilombolas. Unidades da Federação seriam amputadas de uma parte considerável de seu território, não importando a existência de títulos de propriedade privados ou públicos, nem a própria existência de cidades. Sabemos que bastam os critérios arbitrários da autodefinição e da auto-atribuição para dar início a uma reivindicação desse tipo, não valendo os direitos de propriedade, por mais antigos e legais que sejam.

Surge uma nova legalidade, a legalidade do arbítrio, passando a legislar sobre tudo. Estamos entrando no terreno da exceção em nome de supostos critérios de raça, criando o apartheid que não fez parte da História nacional.

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br

A nova central – Ricardo Patah – O Globo – Opinião – 23/07/2007

Nos últimos anos a representatividade das principais centrais sindicais brasileiras foi seriamente afetada por uma súbita mudança na sua forma de atuação. Distanciando-se dos interesses do movimento sindical, e abandonando o papel de articuladoras de um projeto nacional capaz de refletir as aspirações dos brasileiros enquanto trabalhadores e cidadãos, essas entidades se voltaram para as atividades políticopartidárias. Passou a ser comum ouvir que o movimento sindical perdeu a razão de existir por ter-se transformado em trampolim para a conquista de cargos políticos.

A criação de uma central capaz de garantir para o movimento sindical uma presença independente em todos os setores que afetam diretamente os trabalhadores brasileiros foi uma decorrência natural dessa situação.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) nasce da fusão de três centrais sindicais — Social Democracia Sindical (SDS), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) — e da adesão de uma série de sindicatos independentes, todos com um passado de expressivos serviços prestados aos trabalhadores, e tem como marca uma visão plural da sociedade brasileira.

O sindicalismo proposto pela UGT é um sindicalismo que insere o trabalhador no contexto da sociedade, para que ele participe da busca de soluções para os problemas que o afetam.

Queremos romper com a atual inércia do movimento sindical, que não pode apenas lutar por salários e pela redução das horas trabalhadas, quando tudo o que envolve a nova ordem econômica e social do país e do mundo tem conseqüências diretas na vida do trabalhador.

A cada dia fica mais evidente que o sindicalismo moderno deve ter compromisso com a inclusão social, a qualificação e requalificação profissional, a promoção da igualdade de direitos e cidadania, o respeito à diversidade e a proteção às minorias, e com a adoção de políticas solidárias com aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho: os

desempregados, os trabalhadores na informalidade e os que estão à margem do processo produtivo.

A UGT foi criada para unir a classe trabalhadora em torno dessas questões, e terá como sustentação política e institucional o compromisso assumido perante seus 8 milhões de representados de buscar com absoluta independência maior inserção no processo de tomada das grandes decisões nacionais.

A Ilha de Marambaia - Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 23/07/2007

A invenção de quilombolas está se tornando uma perigosa prática nacional

A invenção de quilombolas está se tornando uma perigosa prática nacional. Tanto mais perigosa que encontra respaldo jurídico num decreto presidencial de 2003 e apoio político-administrativo em órgãos como o Inbra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura.

Ora, um decreto presidencial, ato administrativo do Poder Executivo, não poderia regulamentar um artigo constitucional, o 68, que dispõe sobre os quilombos, requerendo uma lei complementar, cuja aprovação é atribuição do Poder Legislativo.

O decreto estipula a autodefinição enquanto critério da negritude e a conseqüente auto-atribuição de terras e propriedades rurais e urbanas como condições de desapropriação.

O arbítrio da autodefinição e da autoatribuição torna-se, então, a regra de ações então ditas quilombolas, não sendo necessário, por exemplo, que essas pessoas morem ou residam nesses locais. Ou seja, não é necessária a existência de quilombos, como estipula a Constituição.

A Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro, é uma base dos Fuzileiros Navais.

Um local esplêndido. A União a comprou por “95 contos de réis” em 1905 e a transferiu para a Marinha em 1906. O seu título de propriedade remonta à fazenda do Comendador Breves, tudo estando devidamente documentado. Em função de vicissitudes históricas do Estado brasileiro, em 1938 lá funcionou uma escola de pesca, desativada em 1971. Em 1981 foi instalado o Centro de Adestramento dos Fuzileiros Navais. Está aos seus cuidados a conservação da ilha, que em nada interfere no que diz respeito às suas atividades propriamente militares. Trata-se de uma magnífica reserva ecológica, que vem sendo cuidadosamente preservada pela Marinha. Universidades lá realizam pesquisas. É quase um milagre que essa conservação tenha sido garantida, haja vista a destruição ambiental ocorrida em outras ilhas ao redor.

Ora, nem milagres parecem resistir à arbitrariedade. Um grupo orientado por uma ONG, cuja direção é formada por pastores e bispos metodistas, anglicanos e presbiterianos, fomenta e reclama essa área como “quilombola”, tendo como respaldo o Decreto Presidencial 4.887.

Habitam a ilha, além dos fuzileiros, 106 famílias, que vivem basicamente de pesca, cesta básica, Bolsa Família e aposentadorias. Até a intervenção dessa ONG, não havia conflitos “raciais” na ilha.

Aliás, sua população é completamente miscigenada, segundo diversos matizes, vivendo em pequenas áreas costeiras. As suas moradias têm cerca ao redor, configurando, assim, as suas posses. Nada mais simples do ponto de vista social do que conceder direitos

reais de uso a essas famílias em suas áreas respectivas. Aliás, essa é a proposta da própria Marinha.

Ora, o que quer essa ONG com o apoio da Fundação Palmares e o Incra? Nada mais do que 16.000.000 de metros quadrados para 106 famílias, tornando-as “proprietárias” de praticamente metade da ilha e de quase toda a sua baía. O que pretendem realmente? Tomar posse de paredes rochosas e da mata nativa?

Ou talvez, sob o belo nome de “turismo étnico”, dar início à especulação imobiliária? O que está realmente por trás de tudo isso? Há laudos ambientais segundo os quais não é aconselhável a ocupação humana dessa área de preservação, objeto precisamente dessa ação “racial”.

Imaginem que, se nem a Marinha é respeitada, o que poderia bem acontecer com os pequenos proprietários rurais e urbanos, confrontados com “reivindicações raciais” dessa espécie.

Quem os defenderia? Há todo um símbolo aqui em jogo. Se a Ilha de Marambaia for desapropriada, a mensagem passada é a seguinte: se nem as Forças Armadas resistem a nós, o caminho está aberto a novas ações que podem reformatar completamente as relações de propriedade e, mesmo, partes inteiras do território nacional. Um trabalho preliminar, neste sentido, já foi feito pela Universidade de Brasília, que construiu um “mapa racial” brasileiro, que serve de orientação para as ações ditas quilombolas. Unidades da Federação seriam amputadas de uma parte considerável de seu território, não importando a existência de títulos de propriedade privados ou públicos, nem a própria existência de cidades. Surge uma nova legalidade, a legalidade do arbítrio, passando a legislar sobre tudo.

Reunião da Comissão Nacional de Mulheres da Contag e parceiras da Marcha das Margaridas em Brasília – Sítio Eletrônico da Contag – Hot Site da Marcha das Margaridas - 24/07/2007

A Coordenação Nacional de Mulheres da Contag, as coordenadoras de Mulheres das Federações de diversos estados brasileiros e as representantes das entidades parceiras da Marcha das Margaridas 2007 estão reunidas desde ontem (22) na sede da confederação, em Brasília. O encontro que termina amanhã (24), no final da tarde, tem como objetivo dar continuidade à organização da Marcha, a maior mobilização nacional das trabalhadoras rurais, que acontece nos dias 21 e 22 de agosto.

Discutir detalhadamente os pontos de reivindicações da pauta, debater a formação em massa das trabalhadoras rurais que vão participar das mesas temáticas simultâneas que acontecerão no dia 21 de tarde, atualizar o quadro de participantes por estado, definir como será o ato político de abertura do evento, enumerar as participantes da Feira Solidária das Margaridas e organizar a passeata do dia 22. Esses são alguns pontos da pauta de discussões desse encontro. "A Marcha das Margaridas reunirá 50 mil mulheres em Brasília. É um ato político de discussão, intercâmbio, protesto, denúncia e reivindicações. Por isso a importância da mobilização ser construída democraticamente", ressalta a coordenadora de Mulheres da Contag e vice-presidente da CUT, Carmen Foro.

Nas mesas temáticas de discussões as mulheres abordarão temas como terra, água e agroecologia, previdência, saúde, direito reprodutivo, valorização do salário mínimo e do trabalho e combate à violência, entre outros. A Marcha das Margaridas 2007 vai inovar ao apresentar uma maneira diferente de tratar o lixo que será produzido durante o encontro. "A idéia é conscientizar não só as pessoas do movimento sindical, mas todos aqueles envolvidos com a mobilização, do cuidado que devemos ter com o lixo que produzimos", disse Carmen.

Com o lema *Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista*, a **Marcha das Margaridas 2007** integra a agenda política do sindicalismo brasileiro - Contag, Federações e Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais na agricultura, CUT - e do movimento de organizações parceiras: Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu (MIQCB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede Lac) e Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam).

Fonte: Emmanuelle Nunes - Agência Contag de Notícias

MST reocupa área que seria de quilombo – Estado de São Paulo – Nacional – 24/07/2007

MST e Via Campesina reocuparam ontem a Comunidade Linharinho, em Conceição da Barra (ES), que integraria o quilombo Sapê do Norte. A área era usada pela Aracruz para plantar eucalipto.

Cassel reafirma a pauta da Marcha das Margaridas como um desafio positivo – MDA – 24/07/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu nesta quarta-feira (25), juntamente com os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, a pauta da Marcha das Margaridas 2007. A Marcha, organizada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), está programada para os dias 21 e 22 de agosto.

Cassel avaliou que, ao longo dos últimos anos, a pauta da Marcha tem sido um desafio afirmativo ao Governo Federal. "Por conta de um trabalho conjunto, os programas têm avançado", disse o ministro.

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2002/2003, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) firmou, nos seus diferentes grupos, 94 mil contratos de financiamento com trabalhadoras rurais. O recurso retirado nesses contratos foi de R\$ 2,62 milhões.

“Na safra da agricultura familiar 2005/2006, atendemos mais de 500 mil trabalhadoras com o Pronaf. O valor dos contratos foi bem maior que nos anos anteriores e chegou a R\$ 1,3 bilhão”, comparou Cassel.

Documentação e cidadania

Desde de 2004, promover o acesso facilitado e gratuito da trabalhadora rural à documentação civil e trabalhista tem sido objeto de esforço do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre), o Ministério criou os mutirões de documentação.

Desde então, afirma o ministro, aproximadamente 200 mil mulheres conseguiram ter, pela primeira vez, documentos como Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho, entre outros. “Esse resultado foi alcançado porque o MDA, com o apoio das Delegacias Federais do Ministério nos estados, promoveu 658 mutirões de documentação em 835 municípios”, destacou.

Ato político

A Marcha das Margaridas é um ato político e de reivindicação. A primeira foi realizada em 2000 e, depois, em 2003. Neste ano de 2007, a mobilização reafirma o lema “Duas Mil e Sete Razões para Marchar” e tem como temas centrais: soberania, segurança alimentar e nutricional; terra, água e agroecologia; trabalho, renda e economia solidária; garantia de emprego e melhores condições de vida para as assalariadas rurais; política de valorização do salário mínimo; defesa da saúde pública; e educação no campo e combate à violência sexista.

São parceiros da Marcha o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR/NE), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento de Mulheres da Amazônia (MMA), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (REDELAC) e a Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COOPROFAM).

Quilombolas invadem área da Aracruz no ES – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007

DA AGÊNCIA FOLHA

Quilombolas do Espírito Santo invadiram ontem uma área da Aracruz Celulose, reconhecida como território quilombola, em Conceição da Barra (264 km de Vitória). A invasão reuniu cerca de 500 pessoas, segundo lideranças da ação, e cerca de cem, para a Polícia Militar. Elas derrubaram eucaliptos, impediram a passagem de funcionários e montaram acampamento.

Os quilombolas pedem agilidade na demarcação e na vistoria da área reconhecida como território quilombola em portaria do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de 14 de maio.

Segundo Jefferson Correia, do Inbra no ES, o processo está atrasado por causa da greve do órgão.

Em nota, a Aracruz diz que a área é propriedade da empresa. "Vamos buscar na Justiça a garantia dos nossos direitos."

MST bloqueia rodovias no interior do RS – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007

Integrantes do MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) invadiram ontem a entrada de prédios públicos em Porto Alegre e bloquearam rodovias no Estado.

No Paraná, assentados ligados ao MST acamparam ontem na frente de agências do Banco do Brasil em 13 cidades e em frente à Companhia Nacional de Abastecimento, em Apucarana. Segundo o MST, cerca de 5.000 pessoas participam dos atos.

Na capital gaúcha, cerca de 600 sem-terra, segundo a PM, invadiram a entrada da Secretaria Estadual da Agricultura e do Ministério da Fazenda, impedindo a entrada de funcionários. Eles pedem renegociação de dívidas e acesso a novos créditos.

Houve bloqueios, até as 16h, nas BRs 116, 133, 153 e 386. A passagem era liberada a cada meia hora. A Polícia Rodoviária Federal estima que 1.350 pessoas estavam no bloqueio.

Yeda Crusius (PSDB), governadora do RS, aceitou receber os manifestantes sob a condição de liberação das vias bloqueadas e desocupação dos prédios. Ela recebeu as reivindicações e marcou encontro. Os prédios foram desocupados.

Reassentados tentam invadir Chesf na Bahia – Kamila Fernandes - Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

Reassentados da barragem de Itaparica entraram em choque com policiais militares ao tentar invadir o prédio da Chesf, ontem à tarde, em Paulo Afonso (480 km de Salvador). Houve feridos sem gravidade, mas policiais de plantão da delegacia de Paulo Afonso não souberam informar quantos.

Os manifestantes estão acampados diante do prédio desde 26 de junho. Ontem, porém, com a chegada de novos ônibus com mais reassentados de outros locais, o grupo tentou invadir a Chesf. A polícia estima que haja cerca de mil pessoas no local. A PM usou bombas de efeito moral e spray de pimenta para dispersar os manifestantes, que atiraram pedras nos policiais. Ninguém foi preso.

Após o confronto, os manifestantes decidiram continuar acampados nos arredores. Eles reivindicam o cumprimento de acordos indenizatórios prometidos desde a construção da barragem.

A barragem de Itaparica foi implantada no rio São Francisco, a cerca de 70 km de Paulo Afonso. Começou a operar em 1988. Para sua construção, foram desapropriadas cerca de 10.500 famílias nas duas margens do rio, na Bahia e em Pernambuco. **(KAMILA FERNANDES)**

Acusados de morte da freira são denunciados por outros crimes – Folha de São Paulo – Brasil – 25/07/2007

DA AGÊNCIA FOLHA

Dois acusados de envolvimento na morte de Dorothy Stang, em 2005, foram denunciados pelo Ministério Público Federal pelos crimes de redução à condição análoga à escravidão, frustração de direito trabalhista e outros.

Os fazendeiros Vitalmiro Bastos, o Bida, condenado a 30 anos de prisão em maio, e Regivaldo Galvão, que aguarda decisão, são apontados como mandantes da morte da freira. A Procuradoria denunciou outros dois fazendeiros, sócios de Bida e Galvão. A primeira audiência foi marcada para o dia 8.

Grupo de fiscalização do Ministério do Trabalho flagrou, em julho de 2004, 20 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão em fazenda em Anapu (PA) que pertencia a Bida.

Segundo a fiscalização, os trabalhadores tinham como abrigo um barraco coberto com palha, sem água potável, banheiros e fossas. Alguns deles estavam feridos.

O advogado de Bida disse achar "estranho" a denúncia ocorrer no momento em que entrará com pedido de habeas corpus em favor de seu cliente. Galvão disse que não era mais dono da fazenda quando houve a fiscalização.

Gente da Terra: documentário relata vida camponesa em Roraima – Sítio eletrônico do MST – 25/07/2007

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lança hoje, 25, no Centro de Cidadania Nós Existimos, o vídeo-documentário de média metragem Gente da Terra. O evento é uma produção local que aborda a difícil realidade dos camponeses no Estado de Roraima e está previsto para começar às 20h, com entrada gratuita.

Filmado no mês de abril, por ocasião da 2ª Marcha pela Reforma Agrária, o vídeo relata experiências de vida de duas famílias rurais que decidem somar à manifestação liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Motivado por um ideal de libertação e solidariedade, agricultores anônimos vão à Marcha para levar uma mensagem ao governador, além de se unirem por uma vida melhor no campo. “Eu vou, porque quanto mais gente eu acho que tenha, é melhor. Quero ajudar aqueles que estão na frente, enfrentado”, comenta no filme o colono Alexandre Pereira da Silva, protagonista do “Gente da Terra”.

O vídeo-documentário, com duração de trinta e três minutos, é uma produção do jornalista André Vasconcelos, com roteiro do fotógrafo Cleon Roberto Frota e argumento do acadêmico de Publicidade e Propaganda, Leandro Freitas. O investimento para a realização da película foi da Comissão Pastoral da Terra, com apoio dos Frades Franciscanos.

LIVRO: Além do vídeo-documentário, no Dia do Trabalhador Rural, a Pastoral da Terra realiza a exposição fotográfica e lançamento do Caderno de Conflitos, uma produção que relata todos os conflitos envolvendo agricultores no Brasil.

Fonte: Folha da Manhã de Boa Vista

Justiça dá reintegração de posse de área ocupada no ES - Carta Maior – 26/07/2007

Empresa consegue liminar judicial para retirar quilombolas que reivindicam suas terras reconhecidas pelo Incra.

SÃO PAULO - A Justiça Federal de Linhares (ES) concedeu à Aracruz Celulose liminar de reintegração de posse da área florestal ocupada por quilombolas na última segunda-feira (23), em Linharinho, município de Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo. O movimento quilombola reivindica o direito fundiário de um terreno de 9,5 mil hectares ocupado pela plantação de eucalipto da empresa. A ocupação da área nesta segunda teve participação de apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). (Leia: [Movimentos sociais articulam ações para pressionar Aracruz](#)).

Ao conceder a liminar, o juiz federal substituto Leonardo Marques Lessa considerou que a Aracruz Celulose é a legítima proprietária da área invadida. O juiz destaca ainda, em seu despacho, que não há documentos que comprovem que a comunidade que invadiu a área da Aracruz é, de fato, remanescente de quilombolas. O parecer contraria a portaria do Incra, publicada em maio deste ano, que atesta o local como pertencente às comunidades tradicionais de afro-descendentes.

Uma outra área da Aracruz foi ocupada por comunidades indígenas tupiniquins e guaranis na terça-feira (24). Os índios exigem a continuação da demarcação de terra indígena, cujo processo foi iniciado nos anos 70, mas não foi concluído. Segundo estudos antropológicos da Funai, cerca de 11 mil hectares, onde são plantados eucaliptos da empresa, pertencem a essas tribos. (Leia: [Ministério da Justiça decidirá se terras voltam para indígenas](#)).

A Aracruz, em nota, afirma que vai comunicar a ocupação à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal nesta sexta-feira (27) para tentar obter a reintegração de posse. “A Aracruz é legítima proprietária das terras reivindicadas, não ocupa terras indígenas e possui ampla documentação comprobatória”, afirma a empresa.

MST recebe cestas de alimentos e desocupa área em frente à Conab – Sítio Eletrônico da Conab – 26/07/2007

A Conab vai distribuir a assentados do Movimento Sem Terra (MST) no Paraná, 3,5 mil cestas de alimentos. A entrega ocorrerá na próxima segunda-feira (30), quando integrantes do movimento deverão desocupar a área em frente a estatal na cidade de Apucarana, norte do estado. A decisão foi ajustada em reunião nesta semana entre dirigentes da Companhia (Wagner Rossi e Pedro Beskow), representantes do Incra, da Ouvidoria Agrária Nacional e de trabalhadores rurais de vários estados. A Ouvidoria vai doar também 4 mil litros de óleo diesel para transportar a mercadoria dos armazéns até os acampamentos.

O MST entregou ainda aos dirigentes da Conab uma pauta com reivindicações que prevêem maior participação do movimento em todo o país no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Um dos pedidos é que o governo compre alimentos de trabalhadores do MST no Paraná para doação simultânea às famílias de assentados naquela região. Segundo Rossi, a experiência, que já ocorre em outros estados, será avaliada pela estatal.

Ao afirmar o seu objetivo em manter um diálogo franco e aberto com pequenos e grandes agricultores em torno das políticas nacionais, o presidente ressaltou a importância do setor agrícola familiar no processo de abastecimento alimentar e comprometeu-se a avaliar o pleito do MST junto aos parceiros governamentais, como os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para isso, antecipou na reunião a proposta de criar duas câmaras técnico-setoriais na Conab: uma para ouvir os movimentos sociais e outra para os temas do agronegócio. “São espaços em que pretendo debater, com os técnicos da Casa e com as mais diversas entidades, sugestões sobre os programas governamentais”, enfatizou.

Ele lembrou que o agricultor hoje tem uma postura diferente do passado, quando não se falava em agricultura familiar, mas de subsistência. “O governo conseguiu amarrar a ponta do segmento produtivo ao consumidor, funcionando como um espelho para o agricultor, ao eliminar o atravessador”. Segundo ele, a atuação do PAA tem contribuído com mais de 70% da aquisição da agricultura familiar e com o aumento da melhoria de vida nas regiões mais pobres.

PAUTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2007 – Sítio Eletrônico da Contag –
Hot Site da Marcha das Margaridas – 31/07/2007

Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista

A MARCHA DAS MARGARIDAS é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, 27 FETAG's - Federações de Trabalhadores na Agricultura, 4100 STTR's - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e CUT – Central Única dos Trabalhadores, em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas.

Com o lema *Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista* a Marcha das Margaridas integra a agenda política do sindicalismo brasileiro – CONTAG, FETAG's, STTR's, CUT e dos movimentos e organizações parceiras, de âmbito nacional e internacional - MMTR-NE – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste; MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros; MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Marcha Mundial das Mulheres; REDE LAC – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe; COPROFAM - Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul.

A Marcha das Margaridas 2007, em sua terceira edição, apresenta-se com temário e pauta, atualizados em função da conjuntura e cenário econômico e político da sociedade brasileira. Com essa iniciativa as mulheres trabalhadoras rurais assumem posicionamentos contundentes no enfrentamento dos grandes desafios colocados para a construção de um Brasil verdadeiramente soberano, justo e solidário, com garantia dos direitos e cidadania plena das mulheres do campo e da floresta, de todas as raças e etnias, gerações e faixas etárias.

No contexto atual o capitalismo amplia sua dominação e expansão sob novas configurações, alicerçadas pelo projeto neoliberal em sua dinâmica globalizada e impõe grandes desafios para os trabalhadores brasileiros, em especial para as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade.

A Marcha das Margaridas 2007 reconhece os esforços do Governo Lula para superar as desigualdades sociais, com iniciativas para distribuição de renda e inclusão social, porém ainda insuficientes diante da realidade das mulheres trabalhadoras rurais.

Com esse entendimento a Marcha das Margaridas constrói sua mobilização em 2007 com o seguinte temário e pauta política:

TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA

A realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva é para a Marcha das Margaridas uma condição primeira para mudar a realidade econômica e social das trabalhadoras e trabalhadores, no campo e na cidade, para vencer a fome, a pobreza e a violência e construir um país justo, soberano, democrático e sustentável.

É essencial que o Governo Federal tome, em caráter de urgência, as providências fundamentais e estratégicas para garantir a abrangência e o ritmo necessários às ações de reforma agrária. Para tanto, é imprescindível estabelecer medidas legais para limitar o tamanho máximo da propriedade da terra, especialmente para estrangeiros; atualizar os índices de produtividade agropecuária; reconhecer e descriminalizar a luta pela terra e exigir o cumprimento da função socioambiental da terra, não permitindo a existência de propriedades que tenham terras improdutivas, que degradem o meio ambiente e que não respeitem os direitos trabalhistas ou que pratiquem o trabalho escravo.

O compromisso verdadeiro com a Reforma Agrária passa, ainda, pela ruptura com o modelo de desenvolvimento dominante, excludente, concentrador da terra e da renda, comprometido com o agronegócio, que expande as monoculturas, destrói a biodiversidade e o meio ambiente, compromete a agricultura familiar, gera fome e o empobrecimento de mulheres e homens do campo, da floresta e da cidade.

A Marcha das Margaridas defende as águas como bem essencial à vida e condição primeira para fazer produzir a terra. A água é um direito de todas e todos e deve estar disponível para o consumo humano e para a produção de alimentos com a quantidade e qualidade necessárias. Essa perspectiva é incompatível com os grandes projetos que fortalecem o hidronegócio e a mercantilização da vida.

A Marcha das Margaridas 2007 assume o desafio de fazer crescer a consciência social agroecológica e demanda ao governo a adoção de estratégias eficazes para garantir a mudança do padrão produtivo convencional e dominante para a produção de base agroecológica. Essa é a alternativa de desenvolvimento que valoriza as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais favorecendo padrões de produção e consumo de baixo impacto ambiental, que possibilitam superar a crise ecológica e social.

EM DEFESA DA TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

1. Estabelecer limite máximo para o tamanho da propriedade da terra;
2. Adotar medidas para limitar a aquisição de terras por estrangeiros ou por empresa brasileira que tenha participação de capital estrangeiro, como providência essencial para garantir a soberania sobre o território nacional. Tal regulação deve atingir, também, os contratos de parceria, comodato ou arrendamento de terras de brasileiros com pessoa física ou jurídica estrangeira.
3. Publicar a Portaria Interministerial que atualiza os índices de produtividade da terra;
4. Revogar a Medida Provisória 2.183-56 que proíbe a desapropriação de áreas ocupadas por trabalhadoras e trabalhadores rurais;

5. Fazer gestões junto ao Congresso Nacional para aprovação da PEC 438/2001 que trata da expropriação de terras onde for constatado o trabalho escravo.
6. Assentar 250 mil famílias por ano até o ano de 2010, assegurando o acesso das mulheres a terra, assistência técnica, ao crédito e à infra-estrutura de qualidade, além da participação igualitária na gestão dos assentamentos.
7. Capacitar as servidoras e servidores do INCRA responsáveis pelas ações do Plano Nacional de Reforma Agrária, assegurando o efetivo cumprimento da Portaria nº. 981 e da Instrução Normativa Nº. 38, reconhecendo as mulheres como legítimas beneficiárias do processo de reforma agrária.
8. Ampliar o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, visando universalizar o acesso das trabalhadoras assentadas, agricultoras familiares, extrativistas, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e assalariadas à documentação civil e trabalhista.
9. Ampliar o número de Unidades Móveis para todos os Estados, de modo a atender as ações do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, como proposto acima.
10. Garantir as ações educativas no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural em todos os assentamentos, reservas extrativistas e acampamentos com programação e metodologia definidas com a participação das mulheres trabalhadoras rurais.
11. Estabelecer um processo crescente para que o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural seja consolidado em uma política pública permanente, estendida a todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais.
12. Inserir nos Programas de implantação e desenvolvimento dos assentamentos ações voltadas à prevenção e ao combate à violência sexista.
13. Apoiar a aprovação do Projeto de Lei Federal Babaçu Livre, PL nº. 231/2007, que dispõe sobre o livre acesso aos babaçuais pelas quebradeiras de coco em regime de economia familiar e a proibição de derrubadas de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências
14. Editar Medida Provisória para tornar livre o acesso e uso dos babaçuais e proibir a derrubada de palmeiras e a coleta de coco babaçu para produção de carvão.
15. Promover urgentemente estudos de viabilidade da inserção do babaçu na política de produção e uso de energias renováveis com a participação das organizações de mulheres quebradeiras de coco babaçu.

16. Realizar estudos sobre as culturas oleaginosas com a participação das mulheres agricultoras, tendo em vista a preservação das reservas extrativistas, matas e a biodiversidade.
17. Apoiar projeto de intercâmbio de experiências em Agroecologia protagonizadas pelas mulheres agricultoras nas diversas regiões do país e garantir a sua publicação e divulgação.
18. Realizar Campanha Nacional pela defesa das águas como bem público destinado ao consumo humano e à produção de alimentos, com a construção de um modelo de gestão pública da água, eficiente e participativo, redefinindo as taxas pelo serviço de água e a democratização do seu uso, contra a perspectiva do hidronegócio e a mercantilização da vida
19. Rever os critérios para contratação dos serviços para a construção das cisternas de placas, desburocratizando os procedimentos para celebração de convênios, contratos e termos de parceria retirando exigências, a exemplo do Pregão Eletrônico, para garantir a participação das comunidades beneficiárias e suas organizações.
20. Criar, homologar e regularizar reservas extrativistas, bem como agilizar todos os processos em tramitação, como estratégia para garantir o acesso das mulheres a terra e aos recursos naturais, e meio primordial de sustentabilidade e de reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, quilombolas e indígenas.
21. Regularizar as Reservas Extrativistas de Mata Grande e Ciriaco (MA) e Extremo Norte (TO) e criar da Reserva Extrativista Enseada da Mata, município de Penalva (MA).
22. Instituir uma força tarefa envolvendo o Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos afins para intensificar as fiscalizações e cobrar medidas mitigadoras dos impactos ambientais causados pelos grandes projetos, como a contaminação dos recursos hídricos e do solo por agrotóxicos, o comprometimento da biodiversidade pela monocultura de eucalipto, soja e algodão, dentre outros, e a expulsão das populações rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas por hidrelétricas e barragens.
23. Garantir a participação efetiva e democrática das comunidades afetadas pelos grandes projetos nos processos que integram o licenciamento ambiental, como na realização de Estudos de Impacto Ambientais/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), reuniões e audiências públicas.
24. Estimular e garantir a participação qualificada das mulheres nos Conselhos de Meio Ambiente e nos Comitês de Bacias Hidrográficas, espaços de formulação e gestão das políticas públicas específicas para a proteção dos recursos naturais, por meio de programas de capacitação.

25. Garantir o cumprimento das ações estabelecidas no Programa de Revitalização do Rio São Francisco com a recomposição dos 600 mil Hectares de área desmatada; garantia do acesso e monitoramento da água pelas agricultoras e agricultores familiares; preservação das identidades das comunidades; respeito aos saberes tradicionais; garantia dos territórios tradicionais das populações (regularização fundiária); ações de educação ambiental; tratamento de esgoto, lixo e resíduos industriais e a melhoria do aparato de fiscalização ambiental, iniciando pelo meio rural.
26. Realização de estudo de impactos sobre os direitos humanos das populações ribeirinhas e habitantes da Bacia Hidrográfica do São Francisco, fazendo um recorte de gênero, raça e etnia, de forma a garantir que os direitos das mulheres trabalhadoras rurais sejam primordiais no planejamento de investimentos e de políticas públicas.
27. Apoiar a aprovação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional - PEC Cerrado e Caatinga, para modificação do Art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Cerrado e a Caatinga na relação dos biomas considerados Patrimônio Nacional, pela importância dos biomas, berços dos maiores rios do Brasil e da maior diversidade da nossa fauna e flora, que vêm sendo devastados pelo agronegócio e atividades predatórias.
28. Desenvolver e implementar medidas de preservação da zona costeira e das águas continentais, combatendo a instalação de empresas de carcinicultura, obras de infraestrutura, turismo predatório, que geram impactos ambientais negativos.
29. Desenvolver e implementar medidas de preservação dos biomas brasileiros, caatinga e diversos ecossistemas como os manguezais, combatendo sua degradação.
30. Realizar campanhas nacionais de esclarecimento sobre os riscos ambientais e produtivos das queimadas, divulgando e incentivando práticas agrícolas ecologicamente corretas
31. Instituir como Membro efetivo para compor o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) representante das mulheres trabalhadoras rurais, levando em conta as dimensões transversais de gênero, geração, raça e etnia.
32. Promover o fortalecimento do Programa Pro-Ambiente como política pública, garantindo o reconhecimento da atuação das mulheres e famílias das populações do campo e da floresta na prática de preservação dos ecossistemas, e na construção do desenvolvimento sustentável e solidário, ambientalmente ético e justo.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

A Marcha das Margaridas identifica o modelo de política macroeconômica em curso na sociedade brasileira como a principal causa da insegurança alimentar e nutricional e da exclusão social. Esse modelo causa a insuficiência de renda, o elevado nível de desemprego, a concentração da terra, a mercantilização da água, a destruição da biodiversidade e o empobrecimento crescente da agricultura familiar, em especial das mulheres agricultoras. Nesse contexto destaca-se a exploração das assalariadas, sobretudo das mulheres negras, trabalhadoras do campo e da cidade, quadro este agravado com a expansão das monoculturas e do agronegócio.

Nesse contexto é preciso assegurar o fortalecimento da agricultura familiar e a autonomia e o direito dos povos, com atenção às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, de defenderem sua cultura alimentar. É preciso assegurar políticas de desenvolvimento que estimulem e protejam a produção, distribuição e consumos de alimentos de qualidade, seriamente ameaçados pelos impactos que a política de agroenergia anuncia ao país, em especial sobre a vida das mulheres trabalhadoras rurais.

Historicamente as agricultoras têm atuação de destaque na defesa da biodiversidade, na seleção e conservação das sementes. As trabalhadoras rurais reclamam o reconhecimento das suas atividades como essenciais à reprodução humana e ao autoconsumo, bem como dos conhecimentos que acumularam sobre plantas e alimentos, fundamentais para a preservação da cultura alimentar.

PARA GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONSTRUIR A SOBERANIA ALIMENTAR, A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

33. Estabelecer um pacto social no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social visando o controle da política de agroenergia e de seus impactos sobre a soberania nacional e alimentar com a garantia do fortalecimento da produção diversificada de alimentos pela agricultura familiar e de condições dignas de trabalho para as assalariadas e assalariados rurais.
- 34. Aprovar o Programa “Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade” apresentado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no PPA 2008-2011, base para a criação do Programa de Agrobiodiversidade.**
35. Reconhecer e divulgar amplamente os conhecimentos e atuação das mulheres agricultoras e em especial das populações tradicionais, ribeirinhas e povos indígenas na defesa da terra, água, recursos genéticos e biodiversidade, essenciais para a segurança alimentar e nutricional.
36. Promover ações de qualificação de grupos de agricultoras com base no saber acumulado pelas mulheres sobre o patrimônio genético para a formação de bancos e de redes de intercâmbios de sementes crioulas.

37. Garantir o acesso da agricultura familiar aos recursos da biodiversidade e impedir restrições ao uso próprio de sementes protegidas, dos resultados de suas colheitas, conforme previsto na Lei de Cultivares – Lei Nº. 9.456 de 25.04.97.
38. Manter as normas que garantem o controle e fiscalização dos agrotóxicos no país, impedindo-se toda e qualquer flexibilização dos critérios de importação e registro dos produtos.
39. Garantir que as decisões relativas aos procedimentos de registro, controle e fiscalização sobre o uso de agrotóxicos sejam tomadas de forma conjunta pelo Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como forma de proteção dos consumidores, da saúde, do ambiente e de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, à vida e à saúde
40. Estabelecer um processo transparente e democrático de consulta à sociedade civil, tendo por base um amplo debate público, para decidir sobre toda e qualquer modificação na legislação que regulamenta os agrotóxicos no Brasil
41. Divulgar a necessidade de novas práticas de consumo de alimentos, que sejam mais saudáveis, que valorizem a produção local da agricultura familiar, contribuindo para superar o quadro de degeneração biológica, ambiental e social,
42. Criar programas no âmbito dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente voltados para educação ambiental, sensibilização sobre o uso adequado da água e práticas promotoras de alimentação adequada e saudável garantidoras da segurança alimentar e nutricional dirigidos às populações das áreas rurais e urbanas.
43. Estimular e apoiar no meio acadêmico, estudos e pesquisas científicas voltados para o resgate das sementes crioulas e a análise da consequência dos agrotóxicos sobre os princípios nutritivos dos alimentos.
44. Garantir o monitoramento e avaliação dos programas sociais de combate à fome para que cumpram seus objetivos e contribuam efetivamente para diminuir as desigualdades sociais, com a melhoria das condições de renda, saúde e de vida com foco nas populações do campo e da floresta.
45. Concretizar os resultados da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e atender as Moções aprovadas.
46. Garantir a regulamentação da LOSAN e a implantação imediata do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com a participação das mulheres agricultoras, das populações tradicionais, ribeirinhas e povos indígenas, nos espaços de concepção, implementação e avaliação das ações de segurança alimentar e nutricional.

TRABALHO, RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Marcha das Margaridas vêm reafirmar a importância econômica e social das mulheres trabalhadoras rurais e denunciar a persistência de fortes obstáculos ao reconhecimento e comprovação das suas atividades produtivas. As mulheres trabalhadoras rurais sofrem, ainda, diversas formas de discriminação e desvalorização por suas atividades reprodutivas, garantidoras do exercício produtivo de todos os membros da unidade familiar. Essa situação coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade, comprometedora que é da sua inserção social e do seu acesso aos direitos sociais e cidadania.

Nesse contexto sócio-econômico, cultural e político de opressão e discriminação de gênero são as mulheres que compõem em maior parte o contexto de exclusão, vulnerabilidade e pobreza fortemente expressivo no meio rural, e áreas de agricultura familiar de subsistência. É grande o contingente de mulheres “chefes de família” reconhecido como indicador da feminização da pobreza sendo comprovada a condição de auferirem menor renda e na agricultura familiar não terem seu trabalho remunerado.

O quadro de empobrecimento das mulheres não pode ser superado sem estratégias e políticas públicas, bem articuladas – infra-estrutura, assistência técnica, crédito, apoio a geração de renda, comercialização, economia solidária - que favoreçam o desenvolvimento sustentável e solidário com o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. Nessa perspectiva é fundamental o direcionamento especial às mulheres jovens com políticas diferenciadas que viabilizem a realização de projetos viáveis econômica e socialmente, como alternativas para a sua permanência com dignidade no campo.

PARA GARANTIR TRABALHO, RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA, A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

47. Universalizar a assistência técnica permanente e de qualidade para as famílias assentadas, da agricultura familiar, extrativistas e comunidades tradicionais, qualificando suas ações para atendimento às necessidades das mulheres agricultoras.
48. Incluir a discussão das relações sociais de gênero como tema obrigatório das ações programáticas do Pronater 2007/2008 e no Programa de ATES de modo a reconhecer e estimular o protagonismo das mulheres na produção e gestão da unidade de produção familiar.
49. Estabelecer a participação mínima de 30% de mulheres como público das atividades de formação previstas nas ações programáticas do Pronater 2007/2008 e no Programa de ATES.
50. Incluir na ação programática do Pronater 2007/2008 – Apoio à transição agroecológica – cursos para grupos de mulheres agricultoras.

51. Garantir a capacitação de todos os agentes das Redes de ATER apoiadas pelo MDA e prestadoras de serviços de ATER para que se cumpram efetivamente os princípios de mudança da matriz de produção para a transição agroecológica.
52. Garantir em todas as Secretarias, diretorias e coordenações do MDA e do INCRA técnicas/os especialistas em questões de gênero assegurando o diálogo entre os Programas e ações específicas dessas instâncias com o PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA.
53. Realizar um estudo direcionado à avaliação da evolução e eficiência no acesso e utilização do crédito do Pronaf pelas mulheres agricultoras e o impacto do mesmo na melhoria de vida das famílias do campo.
54. Garantir a manutenção da modalidade do crédito Pronaf Mulher no processo de simplificação e desburocratização do Programa.
55. Tornar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA uma política estratégica de comercialização da agricultura familiar, articulada aos programas de ATER e Crédito com base nos princípios da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional.
56. Estimular e viabilizar a participação de representantes das organizações e movimentos de mulheres no Comitê Gestor da Política de Aquisição de Alimentos para garantir a proposição de ações, estratégias e monitoramento da inclusão das mulheres agricultoras, produtoras de alimentos, como beneficiárias diretas dessa política.
57. Apoiar as feiras agroecológicas estimulando as redes de agricultoras e agricultores e consumidores urbanos como espaços essenciais para trocas de conhecimento e desenvolvimento de práticas de consumo justo, ético e solidário.
58. Estimular e apoiar a inclusão das mulheres nos territórios rurais, com estratégias e ações que viabilizem e qualifiquem sua participação nos espaços de proposição e gestão dos projetos de desenvolvimento, com ênfase nos projetos produtivos e de infra-estrutura.
59. Criar um Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento de Experiências Produtivas agrícolas e não-agrícolas, geradoras de renda, para mulheres trabalhadoras rurais das diversas regiões do país, que viabilize estudos das cadeias produtivas e de mercados; garanta assessoria técnica para elaboração e implementação dos projetos produtivos; organize e oriente as demandas para o acesso ao Pronaf; articule com ações da Coordenação de Agregação de Valor da SAF/MDA, da Secretaria da Economia Solidária e do Programa de Aquisição de Alimentos; promova o acompanhamento e monitoramento das ações no âmbito local e territorial.

60. Criar o Programa de Habitação Rural com Comitê Gestor que integre a participação efetiva das mulheres trabalhadoras rurais e garanta moradias para as mulheres “chefes de família”.
61. Garantir os recursos necessários no Programa de Habitação Rural para atender a demanda e superar o déficit de moradia no meio rural, que equivale a cerca de 20% do déficit habitacional do país.

GARANTIA DE EMPREGO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS ASSALARIADAS

A Marcha das Margaridas *contra a fome, a pobreza e a violência sexista*, assume a luta das mulheres assalariadas rurais que vivem situações de alta vulnerabilidade social, expostas a intensa e desumana exploração de sua força de trabalho.

Nas últimas décadas constata-se a redução do emprego assalariado com vínculo empregatício e a ampliação de medidas que flexibilizam regras e direitos trabalhistas. As conseqüências desse quadro se expressam na proliferação de ocupações de baixa renda, nas cooperativas de mão de obra, na perda de conquistas históricas, no aliciamento da força de trabalho para o trabalho escravo e na ampliação da desigualdade de rendimentos entre homens, mulheres e jovens assalariados. Nesse caso as desigualdades se aprofundam ao tratar-se das mulheres negras, que sofrem dupla discriminação, de gênero e de raça.

PARA GARANTIR EMPREGO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS ASSALARIADAS A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

62. Ratificar a Convenção 156 e 184 da OIT, que trata respectivamente das responsabilidades compartilhadas e Projeto de Decreto Legislativo – PDC 2351/2006 – que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção 184 da OIT sobre segurança e saúde na agricultura.
63. Divulgar e fiscalizar o cumprimento das Convenções 100 e 111 da OIT já ratificadas pelo Brasil, visando combater qualquer discriminação no trabalho e desigualdades salariais.
64. Realizar campanha nacional para divulgação do direito à creche e educação básica em período integral para os filhos e filhas das assalariadas e assalariados rurais.
65. Garantir recursos orçamentários para fiscalização do trabalho no campo, com ênfase na ampliação da fiscalização trabalhista e previdenciária visando a formalização dos contratos de trabalho e o acesso aos direitos.
66. Implementar a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho – NR 31 para a proteção ao trabalho e à saúde das assalariadas rurais e garantia de condições adequadas ao trabalho para as mulheres.

67. Garantir o direito ao seguro desemprego na modalidade especial às assalariadas e assalariados rurais que trabalham com contrato de safra.
68. Criar instrumentos que assegurem a qualidade do emprego e da renda às trabalhadoras e trabalhadores rurais, principalmente do setor sucro-alcooleiro, tendo como referência o selo social-ambiental, a formalização do emprego, a qualificação e requalificação profissional, controle da jornada, etc.
69. Criação de uma força tarefa de combate a Migração irregular. Que seja encaminhada aos Sindicatos de Trabalhadores e trabalhadoras rurais a lista de empregados e empregadas, quando da certidão liberatória - IN 65/2006, que dispõe sobre os procedimentos para fiscalização do trabalho rural.
70. Incluir a Instrução Normativa 65/2006 como norma da CLT, prevendo punição ao seu descumprimento.
71. Ampliar a fiscalização no cumprimento dos instrumentos legais para combater as diversas formas de assédio moral e sexual nas relações de trabalho.

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

A MARCHA DAS MARGARIDAS historicamente apresenta como uma de suas principais proposições a adoção de uma política de valorização do salário-mínimo, ciente do seu amplo impacto social, em especial junto aos segmentos dos assalariados e da agricultura familiar. Essa proposição é fundamental para a distribuição da renda no Brasil, para a melhoria das condições sociais e econômicas de grande parte da população e elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável com justiça social.

É certo que nos últimos quatro anos o salário mínimo acumulou ganhos reais acima da inflação, elevou o poder de compra da população e permitiu uma ligeira melhora na distribuição da renda, demonstrando o quanto é essencial investir para ampliar a política atual. O valor do salário mínimo, em que pese as mudanças ocorridas, continua muito distante do necessário para cumprir sua função social, conforme previsto na Constituição.

A Marcha das Margaridas entende que uma Política de Valorização do Salário Mínimo deve estar alicerçada por uma política de desenvolvimento que não pode se confundir com crescimento econômico. Deve ser uma política de Estado comprometida com condições de vida digna e justiça social, para mulheres e homens, do campo e da cidade, em especial as mulheres, que sofrem intensamente as conseqüências da discriminação e desigualdade de gênero e raça.

PARA GARANTIR UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO, A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

72. Construir uma Política de Valorização do Salário Mínimo, garantida em Lei, para recuperar as perdas acumuladas durante quatro décadas, como uma medida real e efetiva de distribuição de renda, estabelecendo prazo e percentuais de aumento anual, para atingir a meta proposta.

EM DEFESA DE UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA, UNIVERSAL E SOLIDÁRIA

Os direitos previdenciários integram historicamente as bandeiras de luta das mulheres trabalhadoras rurais do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e são pautados pela Marcha das Margaridas desde a sua primeira edição. Nos últimos quinze anos a Previdência Social tem sido a política pública de maior impacto econômico e social no meio rural e na vida econômica da maioria dos municípios brasileiros.

Atualmente as mulheres trabalhadoras rurais dos diversos movimentos do campo estão mobilizadas no debate nacional da Reforma da Previdência, por meio da participação da Contag no Fórum Nacional da Previdência Social. A principal questão é a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro sem comprometer as conquistas históricas dos trabalhadores rurais, em especial das mulheres trabalhadoras rurais.

NA DEFESA DE UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA, UNIVERSAL E SOLIDÁRIA A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

73. Assegurar uma política de Previdência pública, solidária e redistributiva, que garanta as atuais regras diferenciadas para o acesso aos direitos entre mulheres e homens e urbanos e rurais, em especial a idade para aposentadoria.
74. Manter as regras atuais de cumulação de benefícios de aposentadoria e de pensão.
75. Encaminhar ao Congresso Nacional solicitação para que o Projeto de Lei nº. 6852/2006, que trata de novas regras para a previdência rural, volte a tramitar em regime de urgência constitucional, e que seja garantida a sua aprovação nos termos negociados.
76. Manter o valor mínimo do benefício da Previdência Social vinculado ao salário mínimo, como instrumento de melhor distribuição de renda.
77. Assegurar às assalariadas e assalariados rurais o direito ao acesso à aposentadoria por idade mediante a comprovação da atividade rural, prorrogando-se o prazo previsto no Artigo 143 da Lei 8213/91 para agosto de 2009, visando nesse interstício de tempo a negociação de regras definitivas para esse segmento na Previdência Social.
78. Criar e implementar um sistema de proteção pela Previdência Social para as assalariadas e assalariados rurais, principalmente para aqueles que trabalham em atividades de curta duração, com regras que levem em consideração o exercício da

atividade rural e as especificidades das relações de trabalho no campo.

79. Implementar a partir de janeiro de 2008, o cadastramento das trabalhadoras e trabalhadores rurais no Regime Geral da Previdência Social.
80. Ampliar o quadro funcional do INSS e realizar capacitação permanente das servidoras e servidores, incluindo peritos e atendentes, visando um atendimento mais humanitário e de melhor qualidade para as trabalhadoras rurais.

EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA E DO SUS

A Marcha das Margaridas reafirma a Defesa da Saúde Pública e do SUS que garanta o atendimento e assistência integral à saúde das mulheres trabalhadoras rurais em toda sua diversidade racial, étnica, geográfica e cultural, com atenção à dimensão geracional. Grande é a expectativa da aprovação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta no âmbito do Conselho Nacional de Saúde. Essa política, elaborada com a participação das populações do campo e da floresta, pretende assegurar a intervenção sobre os problemas relacionados ao processo de trabalho e às ameaças à vida no campo e na floresta, bem como para a saúde da mulher, com atenção à saúde sexual e reprodutiva e à violência sexual e doméstica.

A implementação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta se relaciona à efetivação do SUS – Sistema Único de Saúde, cuja qualidade depende da participação e controle social, para o atendimento das demandas das mulheres trabalhadoras rurais.

EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA E DO SUS, A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

81. Aprovar e implementar a Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta pelo Conselho Nacional de Saúde, pactuada com o CONASS e CONASEMS, contribuindo para a implementação das políticas intersetoriais voltadas para o desenvolvimento rural territorial sustentável, com interfaces nas questões de saúde das populações do campo e da floresta, por meio da articulação dos órgãos co-responsáveis (MS/MDA/MDS/MMA/SPM/SEPIR e outros).
82. Assegurar o não contingenciamento dos recursos da saúde, e a não Desvinculação dos Recursos da União – DRU ou de qualquer proposta que venha sugerir esse procedimento para os estados e municípios.
83. Construir e implementar um Plano de Metas a médio e longo prazo para ampliar a estrutura pública de saúde, em especial nos municípios abaixo de 50 mil habitantes, assegurando:
 - unidades básicas de saúde com equipes multiprofissionais, assegurando o Pronto-Atendimento das mulheres que demandarem serviços de saúde com horários expandidos nos três turnos e nos finais de semana;

- Centros de Atendimentos Especializados de média complexidade, incluindo a prevenção e o tratamento de câncer-cérvico uterino e mamário, bem como o atendimento às especificidades das mulheres negras (anemia falciforme, maior incidência de miomas, etc.). Esses centros de atendimento devem estar vinculados ao Sistema de Regionalização do SUS, com participação e controle social.
84. Manter o Ministério da Saúde como principal órgão regulador de todos os procedimentos relacionados aos servidores da saúde, implementando uma política clara de contratação por concurso público, remuneração, formação e qualificação profissional, valorizando e incentivando, em especial, os profissionais que atuam no campo e na floresta.
85. Incorporar à Política de Educação Permanente:
- proposta específica para formação dos profissionais de saúde que atuam nos municípios e territórios rurais,
 - Formação de Lideranças Comunitárias e Educadores Populares permanente e efetiva, que respeite os contextos do campo e da floresta, e seja construída a partir de experiências exitosas de formação em gestão participativa e controle social.
86. Implantar o Cartão SUS em todos os estados e municípios informatizando, em rede nacional, o acesso e os atendimentos de todas usuárias e usuários do sistema.
87. Que o Poder Público (Executivo, Legislativo e Judiciário) garanta às mulheres o direito de planejar e decidir sobre sua reprodução, garantindo o acesso de qualidade a todos os métodos contraceptivos, assegurando todos os cuidados e orientações médicas necessárias, bem como o direito de interromper uma gravidez indesejada, podendo fazê-lo na rede de saúde pública.
88. Corrigir as distorções da propaganda do Governo Federal sobre Planejamento Familiar que exclui a participação do homem desta responsabilidade, reproduz e dissemina a idéia de que as mulheres são as únicas responsáveis pela sua efetivação, e desconsidera os diversos tipos de família e arranjos familiares existentes na sociedade brasileira, tanto no campo quanto na cidade.
89. Promover campanhas educativas permanentes, voltadas especificamente para as mulheres rurais, sobre gravidez na adolescência, prevenção das DST's e AIDS, prevenção de câncer, estímulo ao uso de preservativos, etc.
90. Realizar Pesquisa Nacional sobre Juventude Rural e Saúde.
91. Criar o Programa Nacional de Parteias Tradicionais, de modo a garantir capacitação e justa remuneração para esse segmento.
- 92. Convocar a II Conferência Nacional de Saúde da Mulher.**

93. Compor a Lista de Medicamentos para disponibilizar às Unidades Básicas de Saúde de acordo com o perfil epidemiológico da população do campo e da floresta
94. Incorporar ao SUS as práticas complementares, como o uso de fitoterápicos, com a regularização das farmácias fitoterápicas e fortalecer as experiências com farmácias vivas nas áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NÃO-SEXISTA

95. A Marcha das Margaridas afirma a educação como elemento estruturador e articulador de um projeto de desenvolvimento que assegure, especialmente às mulheres trabalhadoras rurais, condições dignas de vida no campo e na floresta.
96. Nessa perspectiva o Governo Federal deve dirigir sua ação para a construção de diretrizes que orientem as políticas públicas de educação do campo, assegurando a negociação e pactuação dessas diretrizes nas instâncias de gestão das políticas e dos entes federados (estados e municípios).
97. É imperativa a prioridade e garantia no orçamento da União de recursos para que as políticas de educação do campo tenham efetividade na dinâmica democrática do país.

POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NÃO-SEXISTA, A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

98. Assegurar na construção das orientações das políticas nacional de educação do campo, princípios e diretrizes metodológicas, curriculares e pedagógicas que busquem assegurar relações igualitárias de gênero, que não reforcem a homofobia, o racismo e qualquer preconceito e discriminação contra as mulheres.
99. Assegurar a construção de uma política pública de educação do campo articulada com um projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro, que promova o envolvimento e participação das trabalhadoras e trabalhadores rurais, especialmente que assegurem as mulheres o direito a educação, com elevação da escolaridade, geração de renda e participação social.
100. Definir estrategicamente pela participação e envolvimento das mulheres como público prioritário nos processos educativos, especialmente nas políticas públicas de educação básica e superior definidas pelo governo federal, que assegurem o acesso a formação escolar e profissional das mulheres, uma vez que estas são as que mais saem do campo em busca de educação.
101. Assegurar processos de formação inicial e continuada das mulheres trabalhadoras da educação do campo, numa perspectiva metodológica e curricular que possibilite um novo olhar e uma nova relação entre mulheres e homens e que dialoguem com uma educação do campo enraizada nas matrizes e lutas históricas dos povos do campo e da floresta.

102. Construir mecanismos que garantam maior acesso das jovens rurais ao ensino superior.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Marcha das Margaridas integra os processos desencadeados pelos movimentos feministas de debate, proposição e negociação de políticas de combate às diversas formas de violência contra as mulheres. As mulheres trabalhadoras rurais focalizam a perspectiva da desconstrução da cultura sexista e da promoção de condições que viabilizem a autonomia econômica e pessoal das trabalhadoras rurais, e fortaleça a participação política das mulheres.

O grande desafio atual é a implementação da Política Nacional de Combate a Violência Contra a Mulher, a ser pactuada com os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, nas diversas instâncias da federação, com a garantia de orçamento público, espaços de formulação e controle social, participação e acompanhamento.

A Lei Maria da Penha significa um avanço no tratamento à violência contra as mulheres, mas requer divulgação, pronto e efetivo cumprimento, por meio de um conjunto de ações adaptadas ao espaço e realidade rural, associadas a outros programas e políticas para as mulheres trabalhadoras rurais.

PARA AVANÇAR NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES A MARCHA DAS MARGARIDAS PROPÕE:

103. Garantir que o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em construção no processo das Conferências, seja pactuado nos três níveis de poder, assegurando a implementação de políticas integradas, as condições necessárias para a sua efetivação -inclusive condições orçamentárias - , com ampla participação e controle social dos movimentos e organizações de mulheres;
104. Instituir o Fórum Nacional de Combate à Violência Contra as Mulheres no Campo com a finalidade de debater e formular propostas de políticas públicas relacionadas à esta problemática adequadas à realidade das mulheres trabalhadoras rurais ;
105. Estabelecer um Plano de Metas de médio e longo prazo, que articule políticas públicas e assegure a implementação de ações de prevenção e combate à violência orientadas para as mulheres rurais, negras e jovens.
106. Assegurar condições para efetiva implementação da Lei Maria da Penha, em especial nos municípios rurais abaixo de 50 mil habitantes.
107. Criar Programa Nacional voltado às jovens rurais em situação de exploração sexual, que articule processos de apoio psicológico, capacitação profissional e geração de renda.
108. Apoiar as ações educativas desenvolvidas pelas Organizações, Movimentos de

Mulheres/feministas voltadas para a conscientização das trabalhadoras rurais, propiciando condições para enfrentamento da violência.

109. Realizar Campanha Nacional de Combate a Violência, com ênfase na prevenção e construção de mecanismos de fortalecimento da autonomia das mulheres, divulgação da Lei Maria da Penha e adoção de diversas estratégias para a sensibilização e comprometimento dos diversos setores da sociedade, levando em consideração as especificidades das crianças, jovens, mulheres negras e mulheres rurais.

Reivindicações da Marcha das Margaridas nas mãos do governo Lula – Emanuelle Nunes – Sítio Eletrônico da Contag – Hot Site da Marcha das Margaridas – 26/07/2007

A coordenadora de mulheres da Contag e vice-presidente da CUT, Carmen Foro, entregou ontem (25) a pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas 2007 a representantes do governo Lula. Soberania e segurança alimentar, trabalho, renda e economia solidária, garantia de emprego e melhores condições de vida e de trabalho, política de valorização do salário mínimo, defesa da saúde pública e educação do campo e combate à violência sexista são os temas de reivindicações da Marcha deste ano.

"Há muitas mãos e pés femininos envolvidos nessa Marcha, e principalmente, envolvidos na luta por um mundo mais igualitário", disse Carmen Foro. Em seu discurso, ela ressaltou que o documento entregue ao governo contém parte do que as mulheres discutiram nos encontros das trabalhadoras do campo. Disse ainda que o modelo de desenvolvimento social do governo precisa levar em consideração a importância da reforma agrária e o apoio à agricultura familiar.

A ministra da Secretaria Especial da Presidência da República para Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Matilde Ribeiro, sinalizou empenho em atender às reivindicações das mulheres rurais. "Para viabilizar mudanças do ponto de vista governamental, precisamos que os movimentos sociais estejam presentes, e façam parte do processo de transformação". O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ressaltou que para o MDA, a pauta das mulheres rurais tem sido um desafio positivo. "Essa é uma pauta contemporânea, que contém questões urgentes a serem respondidas e nós estamos abertos para negociar e atender o que for possível".

O secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci, lembrou que a Marcha das Margaridas é a maior mobilização de mulheres do segmento rural no país e, por isso, é tão expressiva. "O governo tem a convicção de que a Marcha das Margaridas é o caminho da autonomia para milhares de brasileiras. E a mobilização também fortalece o governo para agir em função das necessidades das mulheres rurais". Dulci se comprometeu a encaminhar a pauta aos ministérios afins.

Estavam presentes também no evento o vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da Contag, Alberto Broch, a chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Elisabete Carvalho, e as 20 coordenadoras de mulheres das federações ligadas à Contag. No dia 22 de agosto, 50 mil mulheres dos quatro cantos do país estarão em Brasília para receber respostas às reivindicações.

Pauta de reivindicações

Sem-terra mobilizam 10 mil pessoas para ações em 9 Estados - Roldão Arruda – estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2007

Houve bloqueio de estradas, invasões e protesto diante de repartições públicas ligadas à reforma agrária

Para lembrar o Dia Nacional do Trabalhador Rural, os sem-terra voltaram ontem a promover uma onda de manifestações pelo País. Cerca de 10 mil pessoas, espalhadas em 9 Estados, foram mobilizadas em ações que envolveram bloqueio de estradas, invasões de propriedades e atos de protesto diante de prédios de repartições públicas ligadas à reforma agrária. Os manifestantes exigiam sobretudo o aceleração dos processo de desapropriação de terras, a criação de assentamentos rurais e a redução das dívidas dos pequenos agricultores.

Em Pernambuco, militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) bloquearam o tráfego da BR-101, na altura do município de Escada, na região da Zona da Mata. No mesmo Estado, 2 mil pessoas fecharam a ponte que vai de Petrolina à vizinha cidade de Juazeiro, na Bahia.

Houve invasões em São Paulo, Pernambuco e Alagoas. No Paraná, em 14 cidades, mil integrantes do MST montaram acampamentos diante de agências do Banco do Brasil. Em Curitiba, eles protestaram contra a lentidão da reforma agrária, na frente da sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No Rio Grande do Sul, militantes do MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores mantiveram o acampamento montado no pátio de acesso ao prédio da Receita Federal, obrigando a suspensão do atendimento ao público.

Outro grupo, acampado no Parque Harmonia, no centro da capital gaúcha, promoveu uma marcha pela cidade, até a agência central da Caixa Econômica Federal, onde entregou um documento com reivindicações. A principal delas é a redução de 70% das dívidas dos agricultores. “Isso deve ser considerado como investimento na agricultura”, explicou um dos coordenadores do MST no Estado, Cedenir de Oliveira.

Em Campos dos Goytacazes, na região norte do Estado do Rio, integrantes do MST também se dirigiram a uma agência da CEF e a mantiveram sob ocupação até serem

recebidos pelo superintendente da instituição. Eles pediram a liberação de recursos para financiar lavouras e habitações e cobraram mais crédito agrícola.

De acordo com a assessoria do banco, o financiamento para as casas não foi liberado porque o movimento ainda não apresentou a documentação sobre os imóveis - não teria informado quantas casas serão construídas nem exibido plantas assinadas por engenheiros.

No Rio Grande do Norte, estudantes ligados ao MST ocuparam a sede regional do Incra. Eles cobravam a liberação de recursos federais para escolas e projetos educacionais dos assentamentos.

GREVE - De maneira indireta, as manifestações refletiram a greve dos funcionários do Incra, que já dura mais de dois meses. A paralisação tem provocado atrasos na liberação de créditos e até de cestas básicas para famílias acampadas e assentadas.

Segundo uma nota divulgada ontem pelo Fórum Nacional da Reforma Agrária, que reúne 47 entidades, o Brasil é um dos poucos países que não realizaram a reforma agrária. Isso, segundo integrantes do fórum, provoca “uma contradição entre os avanços tecnológicos no campo da produção e o crescente avanço da pobreza rural, que, aliado ao êxodo, tem influenciado de forma definitiva a situação de milhões de trabalhadores no campo e na cidade”.

A Via Campesina, organização internacional representada no Brasil pelo MST, divulgou nota lembrando que na safra 2007/2008 o governo deve liberar R\$ 58 bilhões para o agronegócio, “ao passo que a agricultura camponesa receberá R\$ 12 bilhões”. A nota lembra ainda que “há aproximadamente R\$ 40 bilhões em dívidas acumuladas pelos ruralistas, negociadas nos anos anteriores - só os juros não pagos destas dívidas ultrapassam os R\$ 4 bilhões por ano, mais do que o governo disponibiliza para toda a reforma agrária”.

COLABORARAM ANGELA LACERDA, RICARDO RODRIGUES, CLARISSA THOMÉ, EVANDRO FADEL, CHICO SIQUEIRA e ELDER OGLIARI

No Pontal, alvo é o projeto de regularização fundiária - Silvia Amorim – estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2007

A onda de invasões de fazendas em São Paulo tem como alvo o projeto do governador José Serra (PSDB) de regularização fundiária na região de maior conflito agrário no Estado, o Pontal do Paranapanema. O Movimento dos Sem-Terra (MST) exige a retirada do projeto de lei da Assembléia Legislativa de São Paulo. Essa foi a principal reivindicação dos manifestantes que ocupam três fazendas no Estado desde anteontem.

Uma das propriedades invadidas, em Itapetininga, pertence à Secretaria de Estado da Agricultura. Ocupada ontem por cerca de 100 famílias, é uma das unidades de pesquisa

da secretaria e já havia sido ocupada em fevereiro deste ano. O governo estadual informou que entrou com pedido de reintegração de posse na Justiça.

Ontem também, em Itapura, 400 famílias invadiram a Fazenda Lagoão, na região de Andradina. A área pertence a um grupo paulistano, ligado a italianos, e está arrendada para engorda de gado de corte. A Lagoão é uma das 18 propriedades paulistas cuja desapropriação está sendo discutida na Justiça.

Na terça-feira, os sem-terra acamparam na Fazenda Barra 2, em Ribeirão Preto. No mês passado, 12 propriedades no oeste do Estado, 10 no Pontal, já haviam sido alvo do MST.

O movimento alega que o plano de Serra vai dificultar a reforma agrária no Estado. O diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro, contestou. “O projeto abre a possibilidade de uma arrecadação mais ampla de terras na região do Pontal na medida em que condiciona a regularização fundiária à oferta pelo fazendeiro de uma área de 15% a 25% da propriedade ou de uma outra de valor equivalente.”

O projeto de lei para regularizar a posse de terras devolutas no Pontal do Paranapanema foi anunciado no mês passado. A intenção é corrigir proposta lançada na gestão passada, que fracassou ao não permitir a regularização das grandes propriedades, aquelas com mais de 500 hectares. De acordo com o governo, o novo projeto deve permitir a regularização de 200 fazendas de 300 mil hectares - disputadas sob a alegação de estarem em terras devolutas.

MST queria invadir fórum e cartório na cidade de Renan - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 26/07/2007

Grupo fez churrasco com bois de irmão do senador

Cerca de 2.500 trabalhadores rurais de quatro siglas - Movimento dos Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e Movimento Terra Trabalho Liberdade (MTL) - promoveram ontem uma manifestação em defesa da reforma agrária e contra a grilagem de terras em Alagoas. O ato, seguido de passeata, foi em Murici (AL) - cidade natal do clã Calheiros -, a cerca de 60 quilômetros de Maceió.

Os manifestantes ameaçaram invadir a fábrica de refrigerantes Schincariol, o cartório, o fórum e a prefeitura da cidade, governada por Renan Calheiros Filho (PMDB). Seu pai, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), é alvo de processo no Conselho de Ética e suas transações com gado em Murici estão sendo alvo de perícia da Polícia Federal.

Anteontem, 400 famílias já haviam invadido a Fazenda Boa Vista, do deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan. Olavo foi dono da fábrica de refrigerantes Conny, vendida depois para o Grupo Schincariol, em operação que vem sendo colocada sob suspeita.

As lideranças dos movimentos acusaram a família Calheiros de grilagem e vão entrar na Justiça exigindo intervenção no Cartório de Murici. Eles dizem que a dona do estabelecimento, Maria de Lourdes Ferreira Moura, falsificou escrituras e certidões para “legalizar” terras supostamente griladas pela família do senador.

“Em 2005, ocupamos esse cartório para perguntar onde estão as escrituras de terras das usinas falidas, que devem ao INSS e ao Banco do Brasil, mas tomamos conhecimento de que a documentação tinha sido desviada”, afirmou Carlos Lima, coordenador da Comissão Pastoral da Terra.

MARCHA - A manifestação começou na frente da fábrica da Schincariol, na entrada da cidade. Os manifestantes chegaram a forçar o portão de entrada, protegido por apenas três policiais militares e alguns vigias. Os funcionários tiveram de oferecer refrigerantes para controlar os ânimos dos manifestantes, que levavam foices e outros instrumentos de trabalho. “Vamos embora minha gente, da próxima vez a gente entra”, disse um dos líderes, do carro de som.

Durante o ato público, os sem-terra lembraram a denúncia de venda superfaturada da fábrica. Segundo os manifestantes, Olavo gastou R\$ 10 milhões na montagem da fábrica de tubaína Conny, usando dinheiro emprestado do Banco do Nordeste, depois vendeu o empreendimento para o grupo paulista por R\$ 17 milhões, em troca do perdão de uma dívida, estimada em R\$ 100 milhões, que o Grupo Schincariol tinha com a Previdência Social. “Essa fábrica sempre foi uma grande lavanderia para o dinheiro sujo da família Calheiros”, disse Carlos Lima, coordenador da CPT. A família Calheiros e a Schincariol negam irregularidades.

O grupo seguiu rumo à entrada principal da cidade. Com receio de saque, os comerciantes fecharam as portas. Depois de passarem pelo cartório e pelo fórum, os manifestantes se dirigiram à prefeitura, onde queriam um encontro com Renan Filho, mas ele estava em Maceió. Depois do ato público, os manifestantes seguiram em passeata até a entrada da cidade, onde vários ônibus e caminhões os esperavam. Um desses ônibus tinha o adesivo do Grupo João Lyra, do ex-deputado João Lyra, presidente do PTB de Alagoas e adversário de Renan. A invasão na Fazenda Boa Vista foi mantida ontem. Os sem-terra confirmaram que na terça-feira mataram pelo menos cinco bois de Olavo e fizeram churrasco.

FRASE -Carlos Lima - Coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Alagoas

“Essa fábrica nunca foi de refrigerante, sempre foi uma grande lavanderia para o dinheiro sujo da família Calheiros”

Projeto no Amazonas está ameaçado, dizem cientistas – Estado de São Paulo – Vida & -
26/07/2007

Em artigo na 'Nature', pesquisadores alertam para pressão de assentamentos; Suframa nega problema

Um dos projetos científicos mais antigos e produtivos da Amazônia Central está cercado por assentamentos agrícolas que ameaçam destruir um patrimônio de três décadas de pesquisa, segundo um comentário publicado hoje na revista Nature.

O artigo, assinado pelos pesquisadores William Laurance e Regina Luizão, acusa a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) de desrespeitar um plano de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) produzido em 2004, que deveria proteger o entorno das áreas de estudo, ao norte da capital amazonense.

Laurance é pesquisador do Smithsonian Tropical Research Institute, no Panamá, e Regina, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus. Ambos fazem parte do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), que desde 1979 estuda o impacto da fragmentação de áreas de floresta sobre a biodiversidade.

Os cientistas relatam uma situação alarmante, em que encontros com caçadores e madeireiros e roubo de equipamentos estão se tornando cada vez mais frequentes. “Está aterrorizante. Os nervos estão à flor da pele”, disse Regina ao Estado.

“Se ainda estivessem desenvolvendo uma agricultura produtiva, vá lá. Mas a maior parte da floresta está sendo queimada para produzir carvão”, completa Laurance. Segundo ele, as pesquisas do PDBFF já renderam perto de 500 publicações científicas. O projeto está organizado em 23 áreas de pesquisa (mil km² no total), dentro do Distrito Agropecuário do entorno de Manaus.

A Suframa informou que desde 2003 não são criados assentamentos próximos às áreas de pesquisa e que o ZEE está em fase final de avaliação. “Ressaltamos que a Suframa tem buscado dar total apoio ao trabalho das instituições de pesquisa (...) sem prejuízo ao objetivo-fim do Distrito Agropecuário, que é o de possibilitar a atividade de produtores rurais”, diz a nota.

MST tenta invadir fábrica que foi do irmão de Renan - Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 26/07/2007

Cerca de 2.500 sem-terra forçaram portão da Schincariol, mas PM barrou invasão - Os manifestantes também ameaçaram entrar na Prefeitura de Murici (AL), que é governada pelo filho do presidente do Senado

Um dia após sem-terra invadirem uma fazenda do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB) em Murici (AL), um protesto contra a grilagem de terras reuniu 2.500 pessoas na cidade, terra natal do clã Calheiros. Os manifestantes acusavam o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e seu irmão Olavo de apropriação irregular de terras públicas. Os manifestantes tentaram invadir a fábrica de refrigerantes que pertencia a Olavo e foi comprada pela Schincariol. Forçaram o portão, mas foram dissuadidos por policiais militares. Eles também tentaram entrar na prefeitura, administrada por Renan Calheiros Filho (PMDB), filho do senador.

Agricultores com bandeiras dos movimentos sociais chegaram a subir na varanda do prédio, mas não entraram. A reportagem não conseguiu confirmar se o prefeito estava no local. Os manifestantes também protestaram em frente ao cartório e ao fórum de Murici. Muitas lojas fecharam.

O protesto foi organizado pelo MST, MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e CPT (Comissão Pastoral da Terra) para marcar o Dia do Trabalhador Rural. Sindicalistas ligados à CUT também participaram.

Segundo a PM, o protesto reuniu 2.500 pessoas. Os organizadores se disseram surpresos com o número de participantes. "Foi maior do que a gente imaginou. A idéia era reunir mil pessoas, mas foi aparecendo muita gente. Acho que chegou a 3.000 pessoas", disse Carlos Lima, da CPT. Segundo Lima, os movimentos sociais denunciam a grilagem de terras na região há muito tempo, mas agora "tiveram mais eco".

A assessoria de imprensa do MST disse que as suspeitas contra Renan contribuíram para impulsionar a ação em Murici. O presidente do Senado é investigado pelo Conselho de Ética por suspeitas de ter gastos pessoais pagos por um lobista.

A Folha não conseguiu falar com Olavo. À TV Gazeta, de Maceió, anteontem à noite, Renan disse que não comentaria a invasão, pois a fazenda Boa Vista pertence a seu irmão.

A fazenda foi invadida anteontem por 400 sem-terra. Segundo a PM, um funcionário relatou que os sem-terra mataram 15 cabeças de gado.

A juíza de Murici, Aida Cristina Antunes, disse que foi apresentado um pedido de reintegração de posse, mas ela se declarou impedida de julgá-lo por "motivo de foro íntimo".

O pedido foi encaminhado à juíza de Messias, Marcli Guimarães, que também se disse impedida. O juiz José Lopes Neto, de União dos Palmares, recebeu o pedido. Até a conclusão desta edição, não se sabia se a reintegração fora concedida.

Assentamento ameaça pesquisa no AM – Giovana Giradi – Folha de São Paulo – Ciência – 26/07/2007

Experimento sobre desmatamento da Amazônia pode perder 30 anos de trabalho para estabelecimento de colonos

Projeto avalia impacto da fragmentação da floresta sobre a biodiversidade; aumento da população de Manaus pressiona região

Um dos mais antigos projetos científicos na Amazônia corre o risco de acabar por conta da colonização desordenada da floresta. O alerta está sendo lançado por pesquisadores do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas) e da Instituição Smithsonian, dos Estados Unidos, na edição de hoje da revista "Nature".

Os cientistas alegam que o plano de assentar colonos nos arredores de Manaus ameaça o PDBFF (Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais). Segundo eles, em locais já ocupados, caçadores invadiram as áreas estudadas e parte das matas usadas em estudos foram queimadas.

O projeto foi criado no final dos anos 1970 para avaliar o impacto da fragmentação da floresta na biodiversidade. A idéia partiu do cientista Thomas Lovejoy, hoje presidente do Centro Heinz para Ciência, Economia e Ambiente, dos EUA. No auge do desmatamento, ele conseguiu convencer proprietários de terra que iam derrubar a floresta a deixar um espaço predeterminado intacto.

Os cientistas comparam a situação desses fragmentos com o de outros localizados dentro da floresta e vêm mostrando ao longo de décadas como a fragmentação afeta fauna e flora nos trechos remanescentes.

O problema é que a área de estudo, de cerca de 1.000 km², fica a apenas duas horas do norte de Manaus, no chamado distrito agropecuário da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), e agora está sofrendo pressão do crescimento populacional na capital do Estado. Novas áreas de assentamento foram demarcadas nas proximidades dos sítios do PDBFF (veja mapa acima), e os pesquisadores temem que este seja o começo do fim.

Quando este espaço foi criado, há cerca de 30 anos, ele de fato tinha como objetivo assentar pequenos agricultores, mas logo a área se mostrou improdutiva, conta a pesquisadora do Inpa Regina Luizão, uma das autoras do artigo. "O distrito foi em grande

parte abandonado e essa região virou um paraíso para a pesquisa. Mas nos últimos anos, de repente, começamos a ver chegar gente de todo lado", afirma.

Segundo ela, de milhões de dólares investidos por Brasil e EUA no programa pesquisa estão em risco. "Já ficou bem claro que esta área não é propícia para o plantio. Por que, então, voltar a ocupar a região?", questiona Regina.

Ladrões e caçadores

O PDBFF funciona hoje com o estudo de 23 fragmentos. Os trechos dentro das fazendas até estão protegidos, mas aqueles na floresta aberta que são a base de comparação para o estudo estão mais vulneráveis, explica a ecóloga. Isso porque algumas áreas ficam localizadas na beira de estradas vicinais da BR-174 (Manaus-Boa Vista), como a ZF3. Construída justamente para o transporte dos cientistas, ela agora facilita o acesso dos colonos. "Nosso principal acampamento já foi assaltado duas vezes. Onças e pumas que vivem nessas áreas estão sendo caçados", reclama.

"É desencorajador ver que o futuro da ciência não parece estar pesando muito na decisão de retomar os acampamentos", disse Lovejoy à Folha. "O valor de estudos ecológicos assim se compõe com o tempo e o conhecimento acumulado."

Os pesquisadores alertam que há risco para outros estudos científicos localizados nesta mesma região, como o LBA (Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia). Segundo Flávio Luizão, um dos coordenadores do projeto e marido de Regina, a ocupação já começou a afetar alguns trabalhos.

Uma das pesquisas, por exemplo, mede a emissão e captura de gases na floresta, sobretudo o gás carbônico, o que tem servido para avaliar o papel da mata no combate ao efeito estufa. Recentemente, os pesquisadores notaram que um assentamento localizado perto da torre de medição estava afetando os números, já que as queimadas da floresta elevaram a emissão de CO₂.

Os cientistas pedem que seja estabelecida pelo menos uma área tampão de alguns quilômetros para impedir que os assentamentos fiquem na borda dos sítios científicos.

Sem-terra invadem fazenda de Olavo Calheiros – Odilon Rios – O Globo – O País – 26/07/2007

Deputado diz que vai recorrer à Justiça

MACEIÓ. A fazenda Boa Vista, do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDBAL), foi invadida por 400 famílias sem-terra anteontem.

Ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), eles ocuparam a casa grande da fazenda, em Murici, a 47 quilômetros de Maceió.

Os sem-terra armaram tendas, colocaram esteiras e colchões de campanha, levaram fardos de arroz e macaxeira, e afirmaram que só saem quando “a fazenda for entregue ao povo”. Inicialmente, o grupo invadiu o alpendre, mas depois entrou na residência principal da propriedade.

Além disso, três mil trabalhadores marcharam pelas ruas de Murici, terra natal de Renan e Olavo, cobrando uma solução para a fazenda e para marcar o dia nacional do agricultor. Órgãos públicos fecharam as portas, durante a passeata. A fazenda Boa Vista tem 572 hectares.

— O deputado Olavo Calheiros grilou essas terras.

Elas foram dadas como improdutivas em 2001, por decreto presidencial. Depois, a coisa foi alterada e apareceu nas mãos dos Calheiros — acusou o coordenador estadual da CPT, Carlos Lima. Ele disse que hoje vai ao Tribunal de Justiça de Alagoas pedir intervenção no cartório da cidade.

Olavo Calheiros desmentiu a versão dos sem-terra, falou em “esculhambação” e disse que entrou no TJ para pedir a reintegração de posse: — Não conseguimos ainda a reintegração de posse porque a juíza de Murici se declarou suspeita e pediu que o TJ fizesse isso. O tribunal é que vai julgar. Essa fazenda é minha desde 1997.

Renan Calheiros considerou a invasão às terras “uma brutalidade”.

— Vamos recorrer à Justiça.

Os sem-terra chegaram armados — disse.

MST propõe ao Ministério do Desenvolvimento Social expansão do Programa de Aquisição de Alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 26/07/2007

A ministra interina Márcia Lopes recebe dirigentes do Movimento do Sem Terra (MST) em Brasília.

A ministra interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, reuniu-se nesta quinta-feira (26/07) com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No encontro, do qual também participou o secretário interino de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, foi discutida a possibilidade de ampliar os programas do governo que também atendem aos acampados e assentados da reforma agrária. Uma das reivindicações é expandir o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra a produção de hortifrutigranjeiros e a distribui para escolas, creches, entidades socioassistenciais ou diretamente às famílias em situação de vulnerabilidade. Os pedidos serão analisados Ministério.

ASCOM/MDS - (61) 3433- 1068/ 34331021

Jornada de Lutas da Via Campesina alcança 10 estados – Sítio Eletrônico do MST – 26/07/2007

As ações que integram a Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina, iniciada nesta segunda-feira, dia 24, alcançaram dez estados brasileiros nesta quarta-feira, 26. Foram realizadas, hoje, quatro novas mobilizações contra a não realização da Reforma Agrária no país.

Em São Paulo, cerca de 150 Sem Terra ocuparam pela manhã a sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE), em Presidente Prudente. Foram ocupadas também as sedes da Procuradoria em São José dos Campos, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto, onde também foi montado um acampamento em frente à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). O MST protesta contra as taxas abusivas cobradas pela empresa, que considera a área um imóvel urbano, ignorando sua condição de assentamento rural.

No Paraná, cerca de 3 mil trabalhadores assentados do MST mantêm ocupação em nove agências bancárias e vigília em frente ao prédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para cobrar a renegociação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), infra-estrutura aos assentamentos, um programa para construção de agroindústrias e assistência técnica às famílias assentadas. As agências com mobilizações ficam em Manuel Ribas, Pitanga, Bituruna, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Londrina, Piabiru, Santa Cecília do Pavão.

Na Bahia, 700 famílias ocuparam durante a madrugada uma Fazenda em Iuiu, região oeste do estado. A área pertence ao ex-governador Nilo Coelho, tem mais de 8 mil hectares e é improdutivo.

Também nesta madrugada, 70 famílias do MST ocuparam a Fazenda da Gurita, no município de Nova União, em Minas Gerais. A fazenda tem cerca de 300 hectares e é improdutivo. Além de exigir maior compromisso e agilidade do governo com as famílias acampadas e assentadas, os trabalhadores querem que o Incra realize as vistorias nas fazendas da região, com finalidade de desapropriação das terras improdutivas no estado.

Ontem, dia 25, Dia do Trabalhador Rural, camponeses de Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também promoveram mobilizações exigindo o assentamento de 150 mil famílias acampadas em todo o Brasil e infra-estrutura para os assentamentos, como crédito para habitação, produção, assistência técnica, educação e saúde.

Movimentos do campo fazem dia de protesto – Valor Econômico – Política - 26/07/2007

Para marcar o Dia do Trabalhador Rural, movimentos sociais do campo realizaram, ontem, em todo o país, uma série de ações para cobrar agilidade na realização da reforma agrária e lembrar que o incentivo à agricultura familiar não tem sido prioridade do Estado brasileiro.

Os trabalhadores rurais denunciam que, para a safra 2006/07, o governo federal repassou R\$ 50 bilhões para o agronegócio, enquanto a agricultura camponesa recebeu R\$ 10 bilhões (via Pronaf). Na safra 2007/08, a brutal diferença se repete: R\$ 58 bilhões foram liberados para o agronegócio, ao passo que a agricultura camponesa recebeu R\$ 12 bilhões.

Desde terça-feira, os camponeses promovem mobilizações que integram a Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina, exigindo o assentamento de 150 mil famílias que

estão acampadas em todo o Brasil e infra-estrutura para os assentamentos, como crédito para habitação, produção, assistência técnica, educação e saúde.

Na manhã de ontem, cerca de 500 famílias bloquearam a BR- 101 no município de Escada, em Pernambuco, próximo a escola agrícola da cidade. No Rio Grande do Sul, cerca de 10 mil agricultores protestam pela negociação da dívida da pequena propriedade e realizam vigílias durante todo o dia em agências da Caixa Econômica Federal, para pressionar o governo e a Caixa a criarem um programa específico de habitação para a agricultura camponesa e assentados da reforma agrária.

Ontem, em Alagoas, mais de 400 famílias ligadas ao MST, CPT, MLST e MTL ocuparam a fazenda Boa Vista, no município de Murici, dos irmãos Calheiros. Os movimentos acusam os Calheiros de grilarem a terra depois de ter sido vistoriada pelo Incra, que determinou sua desapropriação para fins de Reforma Agrária. O processo foi encaminhado para Brasília, onde ficou arquivado. Hoje, em Murici, movimentos sociais do campo e da cidade promovem um ato contra a grilagem de terras e a violência no campo.

Em São Paulo, 200 famílias ocuparam a Fazenda da Barra II, no município de Ribeirão Preto - para denunciar o avanço predatório do agronegócio e da cana-de-açúcar e todas as suas implicações sociais e ambientais. No Rio Grande do Norte, estudantes do curso de magistério e enfermagem do MST no estado ocuparam o prédio do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para exigir liberação dos recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

No Rio Grande do Sul, cerca de mil trabalhadores rurais organizados pelo MST e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam os prédios da Secretaria Estadual da Agricultura e do Ministério da Fazenda, na capital Porto Alegre, e bloquearam 9 rodovias em todo o Estado.

No Paraná, cerca de cinco mil famílias assentadas realizaram protestos nas agências do Banco do Brasil em 16 municípios, para reivindicar a renegociação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), infra-estrutura nos assentamentos para o escoamento da produção, além de um programa para a construção de agroindústrias para os assentados.

Morte de pajé causa protesto em MS – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007

A morte por atropelamento do pajé da etnia guarani-nhandeva Hilário Fernandes, anteontem à noite, aumentou a tensão entre os 20 mil índios da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Anteontem, 300 indígenas bloquearam a Rodovia MS-384, entre Antônio João e Bela Vista. O pajé andava no acostamento da estrada quando foi atropelado por um carro não identificado. Segundo os índios, o atropelamento foi proposital. Eles acusam fazendeiros da região de persegui-los.

Juiz manda desocupar fazenda - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 27/07/2007

A Justiça Estadual de Alagoas decretou ontem a reintegração de posse da Fazenda Boa Vista, na zona rural de Murici - cidade natal do clã Calheiros -, a cerca de 60 quilômetros de Maceió. A área pertence ao deputado Olavo Calheiros, irmão do presidente do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB, e está ocupada desde terça-feira por cerca de 400 famílias de sem-terra.

A ordem foi assinada pelo juiz José Lopes Netto, da Comarca de União dos Palmares, e determina a desocupação da propriedade em 24 horas.

Uma equipe do Centro de Gerenciamento de Crises da Polícia Militar, chefiada pelo coronel Robson Cavalcante, deslocou-se no início da tarde para o local, a 15 quilômetros do centro de Murici. A cidade é governada pelo prefeito Renan Calheiros Filho. Até o início da noite, a área continuava invadida.

Segundo o coronel, a determinação é cumprir a ordem no prazo. 'Vamos mostrar às lideranças dos sem-terra que o nosso objetivo é fazer uma desocupação pacífica, deixando o uso da força para o último caso', garantiu Robson, antes de seguir para Murici.

Os líderes sem-terra dizem que só vão desocupar a área depois que a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) negociar uma pauta de reivindicações, que inclui a investigação de casos de violência no campo e grilagem de terras em Alagoas.

CAMPO MINADO: SEM-TERRA TERÃO QUE SAIR DA FAZENDA DE OLAVO CALHEIROS – Folha de São Paulo – Brasil – 27/07/2007

A Justiça de Alagoas determinou um prazo de 24 horas -que termina ao meio-dia de hoje- para que sem-terra desocupem a fazenda Boa Vista, em Murici. A propriedade é do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan Calheiros. A propriedade foi invadida na terça-feira por cerca de 400 pessoas, membros de quatro movimentos: MST, CPT (Comissão Pastoral da Terra), MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) e MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra). Os sem-terra acusam o deputado de ter grilado a fazenda, com a conivência da tabeliã local.

No Pontal, MST invade prédio da Procuradoria – Folha de São Paulo – Brasil – 27/07/2007

COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PRESIDENTE PRUDENTE DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

Em protesto contra a proposta do governo de São Paulo de regularizar áreas supostamente devolutas (públicas, que pertenceriam ao governo paulista) no Pontal do Paranapanema, integrantes do MST invadiram ontem o prédio da Procuradoria Regional do Estado em Presidente Prudente.

Um grupo de 60 pessoas, segundo a Polícia Militar, permaneceu cerca de quatro horas no local. Alguns manifestantes quebraram um portão. A Polícia Civil abrirá inquérito para investigar o caso.

Laércio Barbosa, da direção estadual do MST, anunciou uma onda de invasões na região. "Vamos ocupar todas as áreas devolutas do Pontal."

O projeto, encaminhado por Serra à Assembléia em junho, prevê a regularização de áreas superiores a 500 hectares na região. O diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro, disse que o projeto é "uma forma de pôr fim ao conflito agrário na região".

Integrantes do MST também protestaram ontem em frente ao Incra em Porto Alegre.

Apoio à produção ajuda agricultor a realizar o sonho de se manter em sua terra – Sítio Eletrônico do MDS – 27/07/2007

Sonho de muitos: Rogério (primeiro em pé, à esq.) cultiva sua produção na terra onde nasceu

No Dia do Agricultor - 28 de julho – muitos deles, apoiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, comemoram a segurança e a alegria de trabalhar em sua própria região

Os segredos da terra só eles conhecem bem: deixá-la descansar para depois produzir, respeitar o tempo e os perigos do fogo, evitar tudo o que contamina o alimento e compromete a saúde das pessoas. "A terra não pode ser maltratada", resume, com a sabedoria de quem nasceu e se criou no mesmo chão, Rogério Moura, um homem que aos 41 anos de idade até tentou a vida em Brasília, mas voltou logo para o distrito de Jordão, em Sobral, Ceará. Voltou para a mesma serra de clima bom na qual, aos 10 anos, aprendeu a plantar com o pai e mais sete irmãos. De estudo, só tem até a quarta-série do ensino fundamental, mas de experiência com a agricultura, difícil contabilizar o que acumulou durante mais de trinta anos.

Neste sábado, 28 de julho, quando se comemora o Dia do Agricultor, ele vai estar trabalhando, afinal, para a natureza a cronologia formal não faz diferença. O calendário que vale é o da lua, do sol, das estações, da chuva. Rogério é presidente da Associação Comunitária dos Moradores Sítio São Francisco e representa 81 pequenos agricultores familiares, hoje responsáveis pela qualidade dos alimentos servidos no Restaurante Popular de Sobral. “A terra não é nossa, mas o que a gente produz tem o mesmo valor que teria se fôssemos os donos”, garante.

E isso eles provaram, ao recepcionarem a delegação estrangeira que quis conhecer de perto a vida dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Rogério e seus companheiros tiveram a oportunidade de contar que hoje podem trabalhar na terra com mais tranquilidade porque não dependem mais do atravessador. “O dinheiro que a gente recebe é certo e dá para oferecer mais conforto para a família”, diz ele. As duas filhas, de 9 e 14 anos, estão na escola e, ao contrário do que viveu quando criança, estudam sem precisar assumir precocemente a lida difícil da roça.

Se o distrito de Jordão hoje está “com outra cara”, como Rogério mesmo diz, com certeza boa parte do mérito pode ser atribuída aos agricultores da região. “Toda terça-feira, a gente acompanha o carro que vem buscar a produção e levar para o Restaurante”, lembra. Tem produtor familiar até ultrapassou a cota mínima de produtos e já pode ajudar quem precisa mais. Milho, mandioca, feijão, hortaliças, e agora o aproveitamento total do caju, são apenas alguns dos principais itens da variedade agrícola do distrito, um dos 14 pertencentes administrativamente a Sobral.

Mais de 150 mil pequenos produtores foram beneficiados pelo PAA só no ano passado

Programa que dá segurança - O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um programa chave nas estratégias do Fome Zero do Governo Federal. Embora aparente alguma complexidade por conta de suas várias modalidades, o PAA é simples. Tem o objetivo de garantir preços e mercado para os pequenos agricultores e, na outra ponta, suprir as necessidades de pessoas em insegurança alimentar e nutricional. O programa tem dois ministérios parceiros no financiamento: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também tem um papel importante na execução, juntamente com Estados e Municípios.

Com a parceria entre Sobral e o Governo Federal, mais de 1.124 moradores pobres estão sendo beneficiados, além de outros 200 agricultores da região. A mesma estratégia que norteia o programa do MDS para a Agricultura Familiar, só no ano passado, apoiou mais de 150 mil pequenos produtores em 3.574 cidades do País, com a compra de 466.656 toneladas de alimentos, que contribuiram com a segurança alimentar e nutricional de 7 milhões e 667 mil brasileiros de famílias pobres. Tudo isso por meio de convênios e parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios.

Mas, afinal, qual é o maior sonho na vida de um agricultor? “Ter o que comer e trabalhar para sua família sem nunca ter que sair de perto da terra”, responde Rogério Moura. Apesar de reconhecer a importância dos grandes produtores, para ele, a ligação do

pequeno com a terra é muito maior. “A gente fica feliz quando vê o que plantou alimentando tanta gente”.

Serviço

O Dia do Agricultor foi criado pelo Decreto 48.630/60, em comemoração ao centenário de criação do Ministério da Agricultura.

Aracruz vai à Justiça para retomar área no ES – Estado de São Paulo – Nacional – 28/07/2007

A Aracruz Celulose pediu ontem à Justiça Federal, no Espírito Santo, a reintegração de posse de uma área de plantações invadida na terça-feira por índios tupiniquins e guaranis. Segundo os invasores, a área pertence às suas comunidades. Na segunda-feira, a empresa tinha obtido na Justiça Federal de Linhares a liminar de reintegração de posse de outra área com florestas, invadida por quilombolas, que também reivindicam parte das terras. A invasão foi apoiada pelo MST.

INVASÃO: SEM-TERRA NÃO DEIXAM FAZENDA DE OLAVO CALHEIROS – Folha de São Paulo – Brasil – 28/07/2007

Apesar de o prazo de desocupação da Justiça ter acabado na tarde de ontem, os sem-terra que invadiram a fazenda Boa Vista, em Murici (AL), não saíram da propriedade. O secretário de Defesa Social do Estado, Edson Sá Rocha, disse que está tentando uma saída pacífica e que a força policial só será usada em último caso. "Temos muito terreno para uma negociação racional", disse.

Sem-terra saem da fazenda de irmão de Renan – Folha de São Paulo – Brasil – 28/07/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - O grupo de sem-terra que havia invadido uma fazenda do deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), em Murici (AL), saiu da área na madrugada de ontem, após ter expirado o prazo dado pela Justiça para que deixasse o local.

Segundo a tenente Joyce Bezerra, do Centro de Gerenciamento de Crises da Polícia Militar, os agricultores decidiram deixar a fazenda Boa Vista após uma reunião com o corregedor do Tribunal de Justiça de Alagoas, Sebastião Costa Filho, em Murici.

A Polícia Militar não soube informar o destino do grupo. A reportagem não conseguiu contato com lideranças dos trabalhadores rurais.

Sem-terra deixam fazenda dos Calheiros – Odilon Rios – O Globo – O País – 28/07/2007

Propriedades em Murici poderão ser investigadas

As 400 famílias de trabalhadores rurais sem terra que invadiram fazenda da família Calheiros, terça-feira, iniciaram ontem à noite a desocupação.

A propriedade fica em Murici, a 46 quilômetros de Maceió, e está em nome do irmão de Renan Calheiros, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL).

A decisão saiu após acordo com o corregedor do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Sebastião Costa Filho, que foi ao município. Ele disse que semana que vem analisa pedido de intervenção no cartório da cidade.

— A intervenção é a única maneira para que as fraudes venham à tona, e a sociedade reconheça isso, para que estas terras sejam colocadas para reforma agrária — disse o coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Carlos Lima.

Pela proposta dos movimentos, se houver intervenção, todas as terras de Murici vão passar por varredura, incluindo as propriedades do deputado e de Renan. Os trabalhadores querem ter acesso às certidões vintenárias dos Calheiros, uma espécie de mapa, para saber quem comprou e vendeu as terras.

A desocupação da fazenda Boa Vista foi determinada quinta-feira pelo juiz José Lopes.

Desde terça-feira, 18 bois foram mortos para churrascos. Ontem, os sem-terra a jogar futebol antes do início da desocupação.

Eles chegaram a armar tonéis de gasolina para enfrentar a polícia, que está preparada para cumprir a ordem judicial de desocupação, se necessário.

Agricultores brigam para ficar em reserva – Estado de São Paulo – Nacional – 29/07/2007

Ao menos 50 famílias não-indígenas continuam buscando junto ao Poder Judiciário uma possibilidade para regulamentar sua permanência na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (RR). Produtores de arroz e pecuaristas apelam para sua participação na economia local que, segundo eles, seria determinante para impedir a retirada.

Sem-terra desocupam fazenda do irmão de Renan - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 29/07/2007

Grupo condiciona saída à intervenção no cartório de Murici, cidade do clã - As 400 famílias de sem-terra que na terça-feira invadiram a Fazenda Boa Vista, na zona rural de Murici (AL), a cerca de 60 quilômetros de Maceió, desocuparam pacificamente a área entre a noite de sexta-feira e a manhã de ontem. A propriedade é do deputado federal Olavo Calheiros, irmão do presidente do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB.

A desocupação começou após a realização de várias reuniões entre os líderes dos sem-terra, policiais do Centro de Gerenciamento de Crise da Polícia Militar alagoana e o

corregedor do Tribunal de Justiça (TJ) de Alagoas, desembargador Sebastião Costa Filho. Ônibus e caminhões cedidos por prefeituras foram usados para a retirada das famílias do local.

A Boa Vista foi invadida na tarde de terça-feira, como parte dos protestos pelo Dia do Trabalhador Rural. Participaram da ação 400 famílias ligadas a quatro movimentos - Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e Movimento Terra, Trabalho e Liberdade. Foi um protesto contra a influência do clã Calheiros, a demora na reforma agrária e a grilagem de terras no Estado.

‘ABSURDO’

De acordo com o coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Alagoas, Carlos Lima, a desocupação da fazenda ficou condicionada à intervenção no Cartório de Murici. Os sem-terra alagoanos acusam a tabeliã Lourdes Ferreira de fraudar documentos para “legalizar” escrituras de terras griladas.

“Ela já foi denunciada na Corregedoria de Justiça, acusada de fraudar certidões e escrituras de terras para beneficiar a família Calheiros, mas até hoje não foi punida nem afastada”, disse Lima, na semana passada. Lourdes nega as acusações.

Para o deputado, a ocupação de sua fazenda foi “um absurdo”. Ele negou qualquer ligação com a grilagem de terras no Estado e relatou que adquiriu a propriedade em 1999. Para Olavo, a invasão foi um ato de vandalismo, pois a fazenda é produtiva e está com toda a documentação legalizada.

A decisão de retirar os sem-terra foi determinada pela Justiça estadual de Alagoas na quinta-feira. A ordem foi assinada pelo juiz José Lopes Netto, da Comarca de União dos Palmares. Temendo o conflito, foi acionada uma equipe do Centro de Gerenciamento de Crises da PM para negociar. Apesar do acordo que garantiu a saída dos sem-terra, o grupo não descarta, agora, invadir o cartório, como já fez há dois anos.

PROTESTOS - A semana foi tumultuada em Murici. Na quarta-feira, cerca de 2.500 sem-terra promoveram uma manifestação e uma marcha pela cidade, ameaçando invadir a fábrica de refrigerantes Schincariol, o cartório, o fórum e a prefeitura da cidade. O prefeito de Murici é Renan Calheiros Filho (PMDB).

A manifestação começou na fábrica de refrigerantes, alvo de outra acusação envolvendo Olavo Calheiros. Segundo os manifestantes, o irmão de Renan gastou R\$ 10 milhões na montagem da fábrica de tubaína Conny, usando dinheiro emprestado do Banco do Nordeste. Depois, teria vendido o empreendimento para a Schincariol por R\$ 17 milhões, em troca do perdão de uma dívida, estimada em R\$ 100 milhões, do grupo com a Previdência. A empresa, Renan e Olavo negam as acusações dos sem-terra.

Partido procura movimentos sociais para discutir relação - Verena Glass - Carta Maior
– 30/07/2007

Em vista de seu 3o Congresso, PT convoca movimentos sociais para diálogo com a perspectiva de reavivar relações. Conservadorismo do partido e do governo são apontados como principal obstáculo a uma reaproximação.

SÃO PAULO – Como parte do processo de preparação do seu III Congresso Nacional, que acontece de 31 de agosto a 2 de setembro em São Paulo, o PT decidiu reaquecer as relações com os principais movimentos sociais do país. Tanto para reavivar o contato com suas bases históricas, como para que a “efervescência do movimento social contamine o congresso do PT”, como colocou o secretário de Movimentos Populares do partido, Renato Simões.

O convite para o diálogo, que aconteceu nesta segunda (30) em São Paulo e reuniu dirigentes do PT com o MST, a CUT, a UNE, a Assembléia Popular e os movimentos feminista, de direitos humanos, negro e de moradia, ocorre após a realização dos congressos do MST (o maior encontro da história do movimento, com cerca de 17 mil militantes) e da UNE (com cerca de 8 mil participantes). Também se antecipa à marcha nacional da CUT a Brasília no próximo dia 15, quando a central pretende exigir do Congresso Nacional e do governo uma posição contrária a várias medidas, como a Emenda 3, que flexibiliza direitos trabalhistas, a reforma previdenciária, a proibição de greve no funcionalismo e a criação de fundações privadas para gerir serviços públicos, entre outros.

Segundo Renato Simões, com a conversa desta segunda, que pautou os temas “Os Movimentos Populares e o Brasil que queremos”, “Os Movimentos Sociais e o Socialismo” e “O PT e sua relação com os Movimentos Sociais”, o objetivo do partido é buscar um diálogo mais permanente com os movimentos após um afastamento do governo e do PT do setor.

“Há situações em que o PT dialoga muito menos com os movimentos do que gostaríamos”, afirma Simões, para quem, mantida a autonomia das partes, seria preciso potencializar as pautas comuns e buscar acordos nas divergentes, já que o PT nasceu dos movimentos e seria ainda a principal referência partidária para eles.

Avaliando a iniciativa do PT como positiva, os movimentos não deixaram de cutucar partido e governo. Segundo João Paulo Rodrigues, dirigente nacional do MST, a última conversa com a direção do PT havia ocorrido há quatro anos, com José Genoíno, então presidente, Delúbio Soares, tesoureiro, e Silvío Pereira, secretário geral do partido. De lá pra cá, nem o PT nem o governo teriam se mostrado muito abertos ao diálogo.

Para os movimentos, a principal queixa é a falta de disponibilidade de ambos de debater com as organizações sociais as estratégias políticas para o país. Segundo Rodrigues, nos dois primeiros anos de Governo Lula ainda havia a expectativa de que seus rumos estariam em disputa, mas o quadro atual apresentaria um desequilíbrio onde a balança estaria pendendo francamente a favor das forças conservadoras e dos interesses do capital financeiro. “A situação agora está tão desigual que parece que o time adversário tem o

campo, a bola, a torcida e o juiz. A perspectiva histórica de mudanças não está dada”, afirma.

Nesse sentido, infelizmente os movimentos ainda estariam em um estágio de resistência. “O capital financeiro domina em todas as instâncias. Seria bom podermos discutir a atualização dos índices de produtividade no campo, o salário mínimo”, mas não é a condição posta no momento, diz Rodrigues.

Segundo Antônio Carlos Spis, membro da direção nacional da CUT e secretário da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), o principal elemento de oposição entre movimentos e o governo é a política econômica implementada com participação fundamental de dirigentes do PT. Sem mudanças radicais neste quesito, avalia, não é possível uma aproximação com os movimentos, assim como fica mais difícil discutir a sucessão presidencial em 2010.

Adotando a linha ‘relação histórica PT-Movimentos’, Spis reforçou a persistência de algum tipo de conexão entre a CMS, o partido e o governo – o que a diferenciaria de outras forças sociais que se colocaram na oposição partidária e política a Lula -, e seu engajamento teria sido fundamental para definir os resultados do segundo turno nas últimas eleições presidenciais, mas adiantou: os movimentos têm que ter a tranquilidade, num quadro de sucessão, de que serão implementadas políticas sociais concretas, e não apenas “bolsas isso e aquilo”. E adentrou: “queremos discutir a conjuntura nacional, e não só em alguns momentos”.

Por outro lado, Spis criticou duramente a incapacidade do PT e do governo de avançar em algumas questões prioritárias para os movimentos. Entre estas, além da política econômica estaria a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, eleita pelos movimentos como bandeira emblemática da corrupção do governo de Fernando Henrique e o empoderamento do capital financeiro; ou a democratização dos meios de comunicação, uma vez que, na contramão desta pauta, o governo não apenas estaria perpetuando o poder dos grandes grupos sem a discussão do direito às concessões públicas de rádio e TV, como também teria aderido à campanha de criminalização das rádios comunitárias. “Tem concessão para todo mundo, menos para nós”, afirmou Spis.

O distanciamento do PT de bandeiras históricas do partido e dos movimentos tem sido o elemento mais visível de um processo de amortecimento das lutas sociais e da participação popular. Segundo Roseana Queiroz, dirigente do Movimento Nacional de Direitos Humanos, a institucionalização que passou a dominar as estratégias do partido e de suas relações com o poder não apenas levaram à desmobilização social das bases partidárias, substituindo o debate político pelo clientelismo, como deixou órfãos vários segmentos.

“Muitas Comissões de Direitos Humanos [nas Assembleias estaduais] não estão mais nas mãos do PT. No partido, nós nos deparamos inclusive com a defesa pela não abertura dos arquivos da ditadura”, criticou Roseana. Por outro lado, denunciou, projetos prioritários do governo, como a construção de hidrelétricas na Amazônia e a transposição

do rio São Francisco, são grandes violadores de direitos humanos. “Quem deu carta branca ao PT e ao governo para defender a transposição? Os movimentos são contra!”, afirmou.

Encaminhamentos

Apesar de ter partido da Executiva Nacional, a iniciativa do diálogo com os movimentos sociais e a ressurreição das secretarias setoriais do PT – gênero, raça, juventude, movimentos populares, cultura, etc – não deverá ser um processo simples. Já na abertura do evento, o presidente do partido, Ricardo Berzoini, advertiu que o PT “é uma junção de muitas correntes partidárias” com várias visões, e a combinação partido/governo/movimento é conflitiva por defender interesses específicos. As diferenças, segundo Bersoini, não se resolvem de forma simples, e têm de ser tratadas “à luz dos interesses e das institucionalidades”.

Apesar de ter no PT o partido mais influente, o governo é composto de uma coalizão que, nas disputas, nem sempre possibilita os resultados mais favoráveis para o setor social, argumenta o presidente do PT. Questionado como vê a relação do partido com os movimentos, Berzoini, no entanto, não pareceu preocupado. “Ha um conflito natural [entre as partes]. Mas muitos movimentos que criticam a política econômica continuam perto do PT”, resolve a equação.

Por outro lado, tanto o dirigente da CUT e secretário sindical do PT, João Felício, quanto Renato Simões defendem um posicionamento mais claro do partido sobre questões cruciais e bandeiras dos movimentos.

“O PT nunca defendeu as fundações privadas, nem a reforma trabalhista. Às vezes nem o PT aprova as posições do governo”, diz Felício. Para ele, se é verdade que é necessário um governo de coalizão, há que se fazê-lo sobre projetos, não sobre partidos. “[O governo] tem tido idéias muito à direita”, afirma.

Já Simões nega que existam diferentes avaliações entre as correntes do PT acerca da relação com os movimentos. “Foi uma decisão da Executiva Nacional. A expectativa é que se reconheça o papel dos movimentos no PT, e isso tem que ser estendido ao governo. É a coalizão [no governo] que dificulta os encaminhamentos. O PT tem que ter posição sobre temas polêmicos, como a crise aérea, os biocombustíveis, as fundações, a Vale do Rio Doce. O PT tem que deixar claras as suas posições”.

Sobre a avaliação de que os movimentos estariam “assegurados”, Simões reage com cautela. “O governo está queimando suas reservas com os movimento sociais. Na esfera política e econômica tem sido muito conservador. Não tem que assumir todas as posições dos movimentos, mas tem que responder às suas pautas”, avalia.

Estrangeiros já possuem cerca de 10% das terras na Argentina - Marco Aurélio Weissheimer - Carta Maior – 30/07/2007

Livro de jornalistas argentinos denuncia o crescente processo de estrangeirização da propriedade da terra no país. Aproximadamente 10% do território argentino já estão em mãos de investidores internacionais. São algumas das terras mais férteis do país, ricas em água e outros recursos naturais.

BUENOS AIRES - Cerca de 10% do território argentino (aproximadamente 270 mil quilômetros quadrados) pertence hoje a estrangeiros, segundo levantamentos da Federação Agrária Argentina (FAA). Até setembro de 2006, 4,5 milhões de hectares correspondentes às melhores terras cultiváveis do país estavam à venda ou em processo de venda para investidores, entre pessoas físicas, empresas ou sociedades anônimas. Deste total, quase 24 milhões de hectares foram vendidos a grupos transnacionais. Esses dados são do livro “Tierras S.A – Crônicas de un país rematado”, dos jornalistas argentinos Andrés Klipphan e Daniel Enz (Aguilar, 2006), que denunciam o crescente processo de estrangeirização da propriedade da terra na Argentina. Após três anos de pesquisas, Klipphan e Enz chegaram à conclusão de que a concentração de terras e recursos naturais avança sem cessar no país.

Segundo os autores, muitas destas transações são feitas com fundos de procedência duvidosa, às vezes em nome de sociedades anônimas de origem incerta. Uma das conseqüências mais evidentes desse processo, advertem, é a apropriação privada de espaços que eram de acesso público. Eles dão nome aos bois (ou melhor, aos novos donos dois bois). Milionários como Luciano Benetton, Douglas Tompkins e Ted Turner são alguns dos novos proprietários de terras e recursos argentinos. “Muitos dos hectares foram comprados a preços insignificantes e com a cumplicidade ou indiferença de políticos e funcionários do governo, correspondendo às melhores áreas cultiváveis ou encontrando-se em zonas estratégicas de fronteira”, escrevem. Trata-se da primeira obra a fazer esse levantamento e a apresentar as dramáticas conseqüências sociais deste processo de concentração de terras e recursos naturais.

Benetton, o maior latifundiário do país

O processo de estrangeirização das terras argentinas é mais forte nas regiões da Patagônia e do norte do país. Nestas áreas, verifica-se também a maior concentração de milionários estrangeiros, “beneficiados com atitudes flexíveis de distintos governos – tanto nacionais como provinciais – que permitiram a venda de milhões de hectares e recursos naturais não renováveis, sem restrições e a preços módicos”, denunciam Klipphan e Enz. Segundo eles, chegou-se ao cúmulo de investidores estrangeiros comprarem enormes extensões de terra ao preço de um hambúrguer do McDonald’s ou de um par de tênis Nike ou Adidas. Um dos resultados dessas transações é que, hoje, o maior latifundiário privado da Argentina é o grupo italiano Benetton, que possui cerca de 900 mil hectares no país (uma área equivalente a 4.500 vezes a superfície da cidade de Buenos Aires).

Conforme um estudo da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso), dos 80 mil proprietários de terras na região pampeana, na província de Buenos Aires (a zona mais fértil e cara do país), os primeiros 1250 possuem 35% das terras. Além disso, os

50 maiores proprietários detêm 2,4 milhões de hectares, 15% mais do que final da década de 1980 (segundo dados do Censo Nacional Agropecuário, realizado em 2002). A concentração de terras pode ser ainda maior, advertem os jornalistas argentinos, uma vez que muitas vezes é praticamente impossível seguir o rastro dos verdadeiros donos das terras, porque as mesmas aparecem em nome de dezenas de sociedades anônimas, grande parte das quais, sediadas em paraísos fiscais como Bahamas, Uruguai e Ilhas Cayman.

“O ano de ouro na Argentina”

O interesse dos investidores internacionais está dirigido também para o que existe debaixo do solo na Argentina. Em San Juan, La Rioja, Jujuy e Catamarca estão instaladas as maiores empresas mineradoras do mundo, que exploram reservas de ouro e prata. Klipphan e Enz citam alguns números para caracterizar a dimensão deste mercado. A produção mineira argentina passou de 481 milhões de dólares, em 1994, para cerca de 900 milhões, em 2005. O número de empresas estrangeiras no setor saltou de quatro, em 1986, para 50. Os ex-presidentes Carlos Menem e Fernando de la Rúa incentivaram essa expansão de investimentos estrangeiros no setor minerador. De la Rúa chegou a dizer que 2000 seria “o ano de ouro na Argentina”. Como se sabe, não foi exatamente isso que ocorreu.

O entusiasmo de De la Rúa com a mineração, assinalam os jornalistas, ocorreu depois de uma viagem aos Estados Unidos. Na bagagem de retorno, o ex-presidente argentino trouxe a promessa de investimentos de aproximadamente 1 bilhão de dólares por parte de empresários norte-americanos. No dia 17 de junho de 2000, a revista argentina “Notícias” denunciou que De la Rúa havia omitido um “pequeno detalhe” em torno deste grande negócio: um primo dele e um contador da família possuíam investimentos milionários no setor minerador.

Zonas de fronteira à venda

O livro investiga ainda um fenômeno que também está ocorrendo no Brasil: a compra de terras em áreas de fronteira por investidores estrangeiros (como ocorre no Rio Grande do Sul, por exemplo, envolvendo grandes empresas de celulose). Durante o governo de Carlos Menem, estrangeiros adquiriram 1.773.000 hectares de terras em zonas de fronteira. Nos primeiros quatro anos do governo Kirchner, esse número caiu para 160 mil hectares.

Não há legislação proibindo essas compras na Argentina. Existem, atualmente, na Câmara de Deputados e Senadores e em oito assembleias provinciais, 38 projetos protocolados propondo a adoção de regras de controle e limitação para a compra de terras por parte de estrangeiros. Estão, ou parados, ou em fase de tramitação. Uma das conseqüências sociais mais danosas deste novo processo de colonização, denunciam os jornalistas em seu livro, é que cerca de 200 mil produtores agropecuários perderam suas terras nas últimas décadas do século XX, tendência que se manteve nos primeiros anos do século XXI. A jornalista Maria Seoane advertiu para os riscos desta situação: “o processo de estrangeirização da terra e dos recursos naturais e estratégicos, ocorrido nos últimos 15

anos, e com singular força nos anos 90, é tão acelerado e complexo que ainda é difícil de medir todas as suas conseqüências”.

Um alto funcionário do Ministério do Interior revelou aos jornalistas que, entre 2002 e 2006, foram protocolados na Secretaria de Segurança do Interior, 2358 pedidos de investimentos em zonas estratégicas denominadas “zonas de segurança”. Essas áreas compreendem 150 quilômetros de fronteira, abrangendo a Cordilheira dos Andes e 50 quilômetros na faixa de litoral. E possuem uma das maiores concentrações de recursos naturais, água potável e terras cultiváveis do país. Do total destas áreas em mãos de estrangeiros, 90% do total estão sendo usadas para exploração mineradora.

Mas esses dados já envelheceram, destacam Klipphan e Enz. No final de agosto de 2006, Bill Gates anunciou que investiria cerca de 120 milhões de dólares na Argentina para extrair prata das minas de Santa Cruz. A água também é objeto de forte interesse dos investidores internacionais. Douglas Tompkins, maior proprietário privado de recursos naturais vinculados à água na Patagônia e ns Esteros do Iberá, é dono de cerca de 90 mil hectares de terras em zonas de fronteira. Além disso controla a nascente e a desembocadura do rio Santa Cruz, o mais caudaloso da Patagônia.

Contag invade fazenda do reverendo Moon - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional – 30/07/2007

Sem-terra cobram partilha de 5 mil hectares em MS - Cerca de 300 sem-terra ligados à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) invadiram a Fazenda Jamaica, pertencente ao reverendo Moon, sul-coreano que preside a Associação das Famílias para a Paz Mundial. O objetivo é forçar uma decisão do governo brasileiro sobre as 43 propriedades rurais que a entidade internacional possui no Pantanal de Mato Grosso do Sul. O imóvel fica às margens da BR-276, no município de Jardim, região oeste do Estado.

A invasão ocorreu na sexta-feira à noite. Os manifestantes chegaram ao local munidos de correntes e cadeados novos, substituindo os utilizados nas entradas e saídas da propriedade. Tomaram conta da sede e expulsaram todos os ocupantes, com exceção de um sul-coreano que se recusou a deixar a fazenda, de 3 mil hectares, sob a alegação de que ali é “um lugar sagrado”.

O homem adoeceu e foi levado para um hospital da cidade. O sul-coreano deveria ser liberado ontem mesmo e seguiria para a Fazenda Nova Esperança - da mesma entidade, também em Jardim -, que hospeda outros estrangeiros.

POLÊMICA

A manifestação dos sem-terra visa a tentar uma solução para a questão das terras do reverendo Sun Myung Moon, de 87 anos. Em nome de sua associação, ele comprou

fazendas em uma extensão que vai do município de Bonito até Porto Murtinho. Ao todo, são 43 áreas registradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Denunciadas como áreas improdutivas em 2004, todas foram alvo de vistorias do Incra.

O órgão constatou um processo de agrupamento dessas fazendas. As 43 áreas originais foram fundidas em apenas 17 pela entidade do reverendo Moon. Dessas últimas, o Incra definiu como terras próprias para a reforma agrária as Fazendas Jamaica, Nossa Senhora de Fátima, Morro Azul, São Jorge e Paraíso Figueira - um total de 5 mil hectares.

Em 2005, o Incra concluiu o processo de seleção das áreas do reverendo Moon consideradas apropriadas para a reforma agrária, incluindo a Fazenda Jamaica. Até agora, porém, não houve distribuição de nenhum lote para os sem-terra.

De acordo com Saulo Barcellos, funcionário da associação, os advogados da entidade vão entrar hoje com um pedido de reintegração de posse.

Greve no Incra permanece e metas estão comprometidas - Verena Glass - Carta Maior – 31/07/2007

Depois de mais de dois meses parados, servidores do Incra esperam proposta concreta do governo para retornar. Reunião com Planejamento, marcada para esta segunda, não ocorreu. Ações da reforma agrária ficaram prejudicadas e metas não serão cumpridas.

SÃO PAULO – O fim da greve do Incra, previsto para esta segunda feira (30), continua indefinido. Paralisados há mais de dois meses, os servidores do órgão esperavam uma reunião com o Ministério do Planejamento para decidir posteriormente, em assembléia, quais os rumos da mobilização. Como a reunião não ocorreu, por 15 votos a 14 as superintendências regionais decidiram pela manutenção da paralisação e iniciaram um processo de consulta às bases, que deve levar a um encaminhamento mais concreto no próximo dia 2.

Na última quinta (26), os Ministérios do Planejamento (MP) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) propuseram aos grevistas que, no prazo de até 15 dias a contar da suspensão da greve, deverá ser construída uma “proposta remuneratória acabada e transformada em instrumento legal, a ser aprovado ainda em 2007”. Concretamente, a proposta do governo, que está sendo analisada nos estados, não atende de fato a nenhuma reivindicação do movimento grevista, reconhece o MDA, mas é um termo de compromisso de que haverá um entendimento.

De acordo com o comando de greve, porém, sem propostas concretas o movimento não vislumbra possibilidades de negociação – tanto que a minuta de acordo do governo não foi assinada pelos grevistas -, apesar da ameaça de corte de salários. O corte já ocorreu em junho, e pode se estender a julho. Neste processo, denunciam os servidores, nos estados do Pará, Pernambuco e Ceará o governo acabou penalizando não apenas os grevistas, mas

também funcionários que não aderiram ao movimento, aposentados e cargos comissionado, porque as superintendências regionais não disponibilizaram uma lista dos que paralisaram as atividades.

A principal reivindicação dos servidores – que, segundo o comando de greve, é a mesma das greves de 2004, 2005 e 2006 – é a elevação do piso base (R\$ 368, 81, valor abaixo do salário mínimo e um dos mais baixos do funcionalismo federal), e um plano de carreira, além da incorporação das gratificações aos vencimentos básicos e a paridade entre ativos e inativos. No aspecto mais político, os grevistas também exigem a “inclusão efetiva da Reforma Agrária na agenda do governo”, e a contratação de mais funcionários para o Incra.

De acordo com o chefe de gabinete do ministro do Desenvolvimento Agrário, Caio França, as perspectivas de acordo nesse momento são boas. “No Ministério do Planejamento, havia uma posição inicial de não abrir negociação. Foi um grande esforço do Incra chegar à proposta atual”.

Prejuízos

Na avaliação dos servidores, do MDA e dos movimentos sociais, os maiores prejudicados pela demora de uma solução consensuada nesta greve foram a reforma agrária, os acampados e os assentados. De acordo com o assessor da superintendência regional do Incra no Rio Grande do Sul, Leonardo Melgarejo, a maior parte das ações do programa de reforma agrária está comprometida.

“Os meses de julho a setembro são na verdade o que nos sobra para preparar os convênios e contratos com os assentados, que serão executados em 2007 e parte de 2008. Perder junho já foi algo muito pesado, e talvez sem recuperação, para alguns dos INCRAS regionais. Os processos que começam a andar em agosto e setembro talvez morram na praia por falta de tempo hábil para empenho dos recursos até o final do ano”, avalia Melgarejo.

Para Marina dos Santos, dirigente nacional do MST, a situação dos acampados e assentados está cada vez pior, e o maior temor é que, em função do atraso na liberação dos créditos, a produção de alimentos fique inviabilizada. “O início do processo produtivo tem que seguir o ciclo natural da cultura. Se for perdido, o que resta é a ameaça da fome”. Segundo Marina, o investimento em qualificação dos assentamentos, apresentado como prioridade do governo pelo MDA, não apenas não se concretizou, como está havendo um retrocesso neste sentido.

Sobre as perspectivas de cumprimento das metas de reforma agrária deste ano – 100 mil famílias assentadas em todo país -, Caio França, do MDA, avalia que houve um profundo comprometimento do processo. “A obtenção de terras foi interrompida, bem como a imissão de posse, a celebração de convênios e a tomada de crédito”, lamenta.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, considerado pelo MST o estado mais problemático em termos de arrecadação de terra para a reforma agrária, no primeiro semestre de 2007 foram criados apenas dois assentamentos novos, com 84 famílias. Isto

frente a uma meta anual de 1,1 mil famílias. De resto, de acordo com dados do Incra-RS, foram atendidas ainda 69 famílias em assentamentos criados em 2006, e em lotes vagos de assentamentos antigos foram realocadas outras 88 famílias.

Segundo Leonardo Melgarejo, no cálculo onde são considerados como assentados todos os indivíduos que ‘chegam’ aos assentamentos, mesmo que sejam apenas reocupações de lotes abandonados, serão contabilizadas oficialmente para a meta de 2007 mais 184 famílias, que, no entanto, “não saíram da lona este ano”. O problema nesta lógica, para Melgarejo, está no fato de que, quanto maior o número de pessoas que desistirem de seus lotes por falta de apoio, maior é o número de novas famílias cadastradas, e maior a contabilidade global da reforma agrária nacional.

Para os movimentos sociais, que estiveram em processo de mobilização pela reforma agrária desde o início da semana em função do Dia do Trabalhador Rural (25 de julho), toda a conjunção dos fatos tem demonstrado que o tema está caindo da agenda do governo. “A reforma agrária está dando lugar às transnacionais, aos transgênicos, ao agronegócio na pauta do governo. Até o momento, por exemplo, não temos um acordo fechado sobre nossas demandas de renegociação das dívidas dos agricultores familiares e assentados. Os grandes fazendeiros já receberam um abono de 15% e um prazo de 30 anos para pagar o que devem, para os pequenos não há proposta fechada”, diz Marina, do MST.

Nos processos de negociação com vários ministérios esta semana, segundo Marina dos Santos foram fechados dois acordos concretos. Com o Ministério do Desenvolvimento Social, acordou-se a garantia de cestas básicas para os acampados, e com o MDA a constituição de um grupo de trabalho para criar uma nova linha de crédito para os assentados.

MST invade nove fazendas na Bahia – O Globo – O País – 31/07/2007

Sem-terra derrubam, em três dias, 30 mil pés de eucalipto

SALVADOR E EUNÁPOLIS (BA). O MST realizou um “Julho vermelho”, com nove invasões de fazendas na última semana deste mês na Bahia. Uma delas, a Céu Azul, é usada para o plantio de eucalipto pela Suzano Celulose no Sul do estado, e outra, a Itaúna, no Sudoeste, pertence ao exgovernador e prefeito de Guanambi, Nilo Coelho. Márcio Matos, um dos coordenadores estaduais do MST, reclamou do fato de o governo estadual não ter atendido às reivindicações feitas em abril pelo movimento.

As duas mil famílias do MST que ocupam a Fazenda Céu Azul, derrubaram, em três dias de invasão, cerca de 30 mil pés de eucaliptos (uma área aproximada de 20 hectares). A fazenda, de 1.400 hectares, fica no município de Teixeira de Freitas no extremo Sul da Bahia (a 790 quilômetros de Salvador), e já havia sido ocupada, em abril do ano passado pelos sem-terra. A área foi reocupada porque o MST considera que o acordo firmado anteriormente com o Incra, para acelerar o processo de desapropriações de fazendas na região não foi cumprido.

Segundo a assessoria da empresa, a justiça já concedeu uma liminar garantindo a reintegração de posse da área invadida, mas os líderes do MST dizem que só sairão depois de ter assegurado o cumprimento do acordo anterior. No local onde foram derrubados os

eucaliptos, já estão instalados cerca de 250 barracos, construídos com a madeira retirada e com folhas de coqueiro. Uma escola e um posto de saúde estão sendo montados para atender os acampados.

O MST quer que a Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária do Estado negocie com a Suzano a cessão de uma área de dez mil hectares para assentar as duas mil famílias que invadiram a Fazenda Céu Azul.

— Sabemos que a empresa já conseguiu a reintegração de posse, mas estamos dispostos a resistir, caso não haja negociação — disse Matos.

Outro ponto da pauta é que o Incra, em conjunto com o governo estadual, realize vistoria em 30 propriedades no extremo Sul baiano para assentar outras cinco mil famílias.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

